SENASP

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Relatório Final

Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas em Justiça Criminal e Segurança Pública

Proponente

Estruturação – Grupo Homossexual de Brasília

Autor (s)

Roberto Menezes de Oliveira

Título da Pesquisa

Avaliação dos Centros de Referência como Estratégia para Superação da Violência Contra Gays, Lésbicas e Transgéneros

Estes relatórios de pesquisa constituem os produtos resultantes do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal. Fornecerão importantes subsídios para a qualificação das políticas nacionais de segurança pública. Destacamos que eles não constituem a opinião oficial do Ministério da Justiça sobre os assuntos tratados.

Abril 2006

Ministério da Justiça

GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PESQUISAS APLICADAS EM SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA CRIMINAL

ESTUDOS COMPARADOS QUE VISAM DESCREVER E AVALIAR PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA VOLTADOS PARA GARANTIR O ACESSO IGUALITÁRIO DOS CIDADÃOS AOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PREVENIR ATITUDES E COMPORTAMENTOS DISCRIMINATÓRIOS DOS OPERADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA (HOMOFOBIA, MISOGINIA, RACISMO), EM ESPECIAL AS INICIATIVAS DESENVOLVIDAS EM PARCERIA COM OUTROS ATORES INSTITUCIONAIS E ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

PROPONENTE

ESTRUTURAÇÃO – GRUPO HOMOSSEXUAL DE BRASÍLIA

RESPONSÁVEL TÉCNICO

PROF. DR. ROBERTO MENEZES DE OLIVEIRA

RELATÓRIO

DEZEMBRO DE 2002

ESTRUTURAÇÃO
Grupo Homossexual de Brasília

RESUMO

Os Centros de Referência – CR - são indicados pelo Plano Nacional de Segurança Pública como o mais apropriado programa na superação da violência contra *gays*, lésbicas e transgêneros por sua eficácia no aumento do acesso de cidadãos e cidadãs homossexuais aos serviços de segurança pública e no trabalho de sensibilização de operadores de segurança pública no respeito à homossexualidade e pelo seu caráter de parceria entre sociedade civil e órgãos de segurança pública. A pesquisa estudou o CR contra a Violência e Discriminação ao Homossexual (CERCONVIDH) do Estado do Rio de Janeiro e o CR GLTTB de Campinas (SP). Foram objetivos da pesquisa: conhecer o processo de estruturação dos Centros de Referência, descrever e avaliar o seu funcionamento, fazer levantamento de tipos de serviços prestados, avaliar o nível de comprometimento de diferentes níveis de agentes públicos de segurança na gestão e na sustentabilidade financeira e política dos CR e avaliar a eficácia das estratégias de comunicação destes programas com o seu público-alvo. A presente pesquisa teve como intenção, por meio da análise e da sugestão, colaborar no que diz respeito à gestão destas instituições, servindo de norteador para os centros instalados no Brasil e até para o aperfeiçoamento dos já existentes. O Plano de Trabalho consistiu em contato com CR estudados e pedido de documentação produzida; elaboração de entrevista para levantamento de dados junto aos Centros de Referência; pesquisa *in loco* junto aos CR (Rio de Janeiro e Campinas – SP); sistematização de informações, elaboração, aplicação e tabulação de dados de pesquisa e elaboração deste relatório final.

ESTRUTURAÇÃO
Grupo Homossexual de Brasília

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE DE CENTROS DE REFERÊNCIA PARA GLBTT 05

2. SOBRE OS CENTROS DE REFERÊNCIA 09

3. OS CENTROS DE REFERÊNCIA GLBTS 12

OBJETO, OBJETIVOS, PLANO DE TRABALHO E MÉTODO DA PESQUISA

1. OBJETO 12

2. OBJETIVOS 13

3. PLANO DE TRABALHO 14

4. MÉTODO 14

RESULTADOS E DISCUSSÕES

1. CENTRO DE REFERÊNCIA CONTRA A VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO AO HOMOSSEXUAL (CERCONVIDH) DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1.1. HISTÓRICO 16

1.2. SERVIÇOS 20

1.3. IMPRESSÕES DA VISITA 22

1.4. ANÁLISE DA ENTREVISTA 24

2. CENTRO DE REFERÊNCIA GLTTB DE CAMPINAS (SP)

2.1 HISTÓRICO 40

2.2 SERVIÇOS 41

2.3. IMPRESSÕES DA VISITA 45

2.4. ANÁLISE DA ENTREVISTA 47

CONSIDERAÇÕES FINAIS 75

BIBLIOGRAFIA 80

ANEXOS

1. ANEXO 1: PROJETO DE PESQUISA
2. ANEXO 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA
3. ANEXO 3: TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

ESTRUTURAÇÃO
Grupo Homossexual de Brasília

APRESENTAÇÃO

1. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE DE CENTROS DE REFERÊNCIA PARA GLBTT

Não cabe nos limites desta pesquisa uma análise minuciosa das mudanças que alteraram as expressões culturais, psicológicas, sociais e políticas da homossexualidade no Brasil, e que a transformaram, de uma categoria puramente marginal, para uma categoria cidadã, referenciada por instituições governamentais como os Centros de Referência. Contudo, dentro da história recente do Brasil, vale a pena analisar dois fenômenos de amplo alcance que modificaram as expressões da homossexualidade, favorecendo a sua inserção na vida política oficial, formal, do país e a sua associação aos Centros de Referência.

Em primeiro lugar, o impacto social da epidemia HIV-Aids. Em que pese o rastro de morte e violência que acompanhou seu avanço, a epidemia mudou drasticamente as normas de discussão pública sobre a sexualidade ao deixar também como legado, uma ampliação sem precedentes da visibilidade e do reconhecimento da presença socialmente disseminada dos desejos e das práticas homossexuais.

O HIV-Aids deflagrou uma "epidemia de informação" em torno de questões como sexo anal, sexo oral, doenças venéreas e uso de camisinha – práticas e circunstâncias ligadas ao exercício e à expressão da sexualidade deixaram a clandestinidade para adentrar o debate público. Da mesma forma, categorias sexuais identitárias distintas da homossexualidade, mas a ela associadas, como a bissexualidade, o travestismo e os transgêneros, começaram a aparecer na cena pública de forma mais diferenciada.

A partir de meados da década de 80, sobre o impacto público mais geral da epidemia, com o adoecimento e óbito de pessoas famosas e caras ao gosto e imaginário popular - como o compositor e cantor Cazuza -, artistas e intelectuais começaram demonstrando solidariedade às vítimas do HIV-Aids para, em seguida, continuarem

expressando publicamente – e de forma ainda mais direta – sua homossexualidade, ou sua simpatia e receptividade para com ela.

Outrossim, as produções artísticas como peças teatrais, obras literárias, filmes e, principalmente, telenovelas, vêm explorando com alguma regularidade o tema, seja reinvestindo velhas caricaturas e estereótipos, seja ensaiando uma aproximação a imagens mais modernas e realistas de gays, lésbicas, travestis e transexuais.

Nesse percurso, a própria militância política em torno da homossexualidade passou por muitas mudanças, mas também acabou revitalizada. Em contraste com o antiautoritarismo e o comunitarismo que marcaram a primeira onda de militância homossexual nos fim dos anos 70, as décadas seguintes assistiram à busca de formatos mais institucionais (no modelo das Organizações Não-Governamentais - ONGs) e ao estabelecimento de parcerias e alianças com agências governamentais e organizações internacionais, sobretudo em razão de respostas à epidemia.

Desde então, a militância tem se engajado nas iniciativas de políticas públicas que incluem os homossexuais como público-alvo preferencial, no campo da saúde e no combate à violência – e sua agenda passou a adotar uma ênfase crescente em reivindicações por direitos civis, principalmente os ligados à luta contra a discriminação, à conjugalidade e à parentalidade.

Um segundo fenômeno a analisar é a crescente importância do mercado na promoção e difusão de imagens, estilos corporais, hábitos e atitudes associados à política de identidades e às emergentes culturas identitárias homossexuais. Isso se nota na expansão e diversificação dos espaços destinados aos homossexuais. Saunas, bares, danceterias e casas noturnas multiplicaram-se em número e em variedade de formatos, estilos e serviços.

Da mesma forma, nos últimos anos apareceram várias revistas, jornais, livrarias, editoras, agências de turismo e de namoro voltadas ao público homossexual, assim como seções dedicadas à homossexualidade em grandes jornais, livrarias, editoras e agências de viagem. Assiste-se também, recentemente, ao incipiente aparecimento de uma espécie de "empresariado homossexual" organizado.

Acrescente-se, ainda, a emergência e a expansão do espaço "virtual" destinado a homossexuais. A *internet* é hoje um espaço importante para a busca de parceiros, trocas, sociabilidade, discussões políticas e comunicação, com suas salas de bate-papo, suas listas de discussão e seus inúmeros e variados *sites* e portais dirigidos à homossexualidade em suas múltiplas manifestações.

Nesse movimento de orientação crescente para o mercado e para a mídia, inovação marcante dos anos 90 foi a implantação e a difusão da categoria GLS – sigla cunhada para designar "gays, lésbicas e simpatizantes". A agregação da idéia de "simpatizante" teve um claro sentido de exortação ao pluralismo e à mútua tolerância, ao estimular a reunião, no mesmo espaço físico, de pessoas de diferentes (ou múltiplas) orientações e identificações sexuais.

Sob essa ótica, o GLS contribuiu para certa flexibilização das fronteiras do espaço homossexual. Mas a ênfase mercantil e abrangente do GLS também levou a outros esforços de diferenciação. Assim, alguns grupos organizados de militância passaram a se denominar GLT[1] – com o T simbolizando travestis, transexuais e, mais recentemente, transgêneros, como forma de distinção em relação ao GLS, que consideravam uma sigla mercadológica. Além disso, o GLS passou a ser fortemente associado a um estilo moderno e "deslocado", um padrão de vida que envolve poder aquisitivo mais alto e capital simbólico distintivo.

Esses desenvolvimentos recentes parecem indicar um modo peculiar de combinar mecanismos de diferenciação e segmentação da cena homossexual com tendências em favor de sua massificação e integração social. Resultados dessa mistura, que também envolve uma situação de interação mais intensa da militância, num sentido amplo, com o poder público, tanto quanto com o mercado, podem ser observados na Parada do Orgulho GLBT, a Parada Gay. A Parada de São Paulo, uma das maiores do mundo, faz parte do calendário turístico da Prefeitura de São Paulo, da qual recebe apoio logístico para a sua realização, e conta com a participação de estabelecimentos comerciais destinados ao público gay.

[1] É grande a discussão no Movimento Homossexual sobre a sigla que melhor contemple todos os segmentos ligados a este. Nesta Pesquisa adotaremos a sigla GLBTS por entendermos que a intenção é contemplar Gays, Lésbicas, Transgêneros e Simpatizantes com a causa homossexual. Vale notar que entendemos as Travestis e os Transexuais como Transgêneros. Naturalmente respeitaremos a sigla adotada por autores consultados e colaboradores entrevistados.

Pondo em prática uma espécie de "visibilidade em massa", a Parada também é representativa das complexidades ligadas à perspectiva da militância, em meio à incorporação de uma linguagem globalizada de ativismo: sua nomenclatura oficial expressa a articulação de vários recortes identitários aparentemente segmentados – gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros -, mas a multidão nas ruas dilui a rigidez das divisões simbólicas que separariam esses segmentos entre si – e todos eles, inclusive os heterossexuais simpatizantes, têm a possibilidade de conviver com a diversidade em um mesmo espaço.

Assim, foi na confluência da epidemia do HIV-Aids com as exigências do mercado que a homossexualidade, bem como as orientações e identidades sexuais a ela associadas, ganha visibilidade e novas categorias identitárias, bem como novas modalidades de interação com o Poder Público. Este participa, principalmente, como agente constitucional que garante a possibilidade dos diferentes cidadãos – gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e heterossexuais - conviverem com a diversidade em um mesmo espaço, aquém e além da Parada Gay. Por fim, os Centros de Referência são paradigmáticos desta nova modalidade de relação entre a militância homossexual e o Poder Público, agora, co-partícipes na luta contra a homofobia e na construção de uma sociedade capaz de constituir e acolher suas diferenças.

2. SOBRE OS CENTROS DE REFERÊNCIA

"Nenhuma sociedade será moderna, democrática e justa
se não puder se orgulhar de sua **pluralidade.**"
Plano Nacional de Segurança Pública

Segundo o PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – PNSP - alguns setores da população são particularmente expostos às violências, ou porque as agressões criminais podem assumir formas específicas quando dirigidas a eles, ou porque são vítimas de criminalidades com dinâmicas próprias. É o que ocorre muitas vezes quando a vítima é da população homossexual, bissexual, travesti e transexual (transgênera) – GLBTS - ou identificada com outra particularidade que a torna frágil diante do agressor ou da polícia.

Em uma estratégia de planejamento racional de segurança, que vise a redução da violência, tem mais chances de sucesso a elaboração de programas – e em alguns casos seu desenvolvimento e execução – que conta com a colaboração direta da sociedade civil. Esse princípio é particularmente verdadeiro quando a população-alvo desse planejamento envolve minorias socialmente relevantes como a GLBTS.

Além de assegurar direitos específicos de cidadania, é fundamental traçar políticas de segurança para minorias[2] porque a valorização da diferença dentro de uma sociedade e o combate à intolerância são um sinal evidente de uma civilização democrática. Assim, nenhuma sociedade será justa se não puder acolher e conviver com a sua pluralidade.

No relacionamento da polícia com a população é importante considerar que comportamentos estereotipados e discriminatórios por parte de agentes da ordem freqüentemente são generalizados e produzem, na sociedade, a noção de que o próprio Poder Público é preconceituoso e insensível. Isto traz conseqüências danosas para a democracia, pois nada corrói mais as relações de confiança entre Governo e Sociedade do que a impressão de que os mais fracos estão sendo deixados desprotegidos, em

[2] O conceito de minoria é polêmico e é tomado no âmbito desta Pesquisa não no seu sentido estatístico, mas para indicar segmentos da população que se reconhecem e são reconhecidas social, política e

detrimento das elites e dos que já são favorecidos social, econômica e culturalmente. Infelizmente, essa tem sido a marca das políticas tradicionais voltadas para a polícia no Brasil.

Os programas de segurança voltados para minorias possuem o marcante simbolismo de transmitir para toda a sociedade a mensagem de que o Estado se interessa, pode e vai desenvolver políticas compensatórias de construção de autoconfiança e de autonomia de populações marginalizadas.

Por fim, deve-se considerar que as comunidades são detentoras de informações e conhecimentos vitais para o diagnóstico, planejamento e avaliação de programas de combate à violência. Além disso, devido ao grande potencial de talentos existentes na base da sociedade, a participação comunitária em programas contra a violência e a promoção da segurança pode ser o meio mais criativo, democrático e não dispendioso de inclusão de setores historicamente desprivilegiados em relação às políticas públicas.

Em decorrência, para melhor abordar a execução de políticas públicas, notadamente na área de segurança - envolvendo população, polícia e Estado -, o PNSP propôs a criação dos Centros de Referência de Proteção de Minorias.

Os Centros de Referência de Proteção de Minorias – CR –baseiam-se nas idéias de colaboração, participação, divisão de responsabilidades, bem como a abertura das instituições policiais ao diálogo e ao controle externo. Eles podem ser entendidos como espaço de elaboração de políticas de segurança de populações alvos, como a GLBTS. Os CR devem ser formados dentro ou junto aos órgãos de segurança, de preferência próximos aos gestores superiores. Mas devem ser flexíveis para se adequar às dinâmicas e às especificidades organizacionais próprias de cada população alvo, sabendo respeitar limitações e aproveitar potenciais.

Nos CR, entidades da sociedade civil e representantes dos órgãos de segurança, em conjunto, devem estabelecer um programa mínimo exeqüível, que possa ser acompanhado e corrigido ao longo do tempo, a partir da experiência de trabalho comum e do aprendizado de convivência.

As etapas a serem percorridas na criação dos CR incluem:

---

identitariamente como grupos que necessitam de direitos e garantias específicos para a conquista e desenvolvimento da cidadania plena.

a) Levantamento dos problemas de segurança mais enfrentados por aquela população, queixas e necessidades; é a etapa do inventário;
b) Definição de metas conjuntas possíveis de serem alcançadas, com eleição de prioridades, inclusive de desafios relacionados à confiança na polícia;
c) Estabelecimento de diretrizes de um programa mínimo, inclusive de sensibilização e capacitação da polícia;
d) Divisão de responsabilidades sobre as tarefas definidas;
e) Avaliação permanente do desenvolvimento dos programas, do desempenho da parceria e correção dos rumos inicialmente estabelecidos, com a definição de novos projetos.

3. OS CENTROS DE REFERÊNCIA GLBTS

No que se refere especificamente aos CR contra a homofobia, estes devem ser voltados para a defesa da população GLBTS, constituído junto com entidades representativas da mesma, além de empresários da "noite *gay*", editores de revistas especializadas, artistas identificados com a causa etc.

Além da sensibilização e da capacitação da polícia para assegurar o respeito à diversidade de orientação e de identidade sexual, os CR devem buscar enfrentar as violências específicas que afetam a população GLBTS, como extorsões, inclusive policias, bem como violência homofóbica em geral.

A criação de um Disque Defesa Homossexual – DDH -, operado em conjunto com representantes e voluntários de entidades de defesa de minorias GLBTS, foi uma iniciativa bem sucedida no Rio de Janeiro e se estendeu a outras cidades do Brasil. Além da proteção de minorias sexuais, os DDH possibilitam o levantamento do perfil de vitimização da população, invariavelmente desconhecido dos órgãos de segurança e muitas vezes desconhecido da própria comunidade homossexual. Assim, a associação dos CR com os DDH são sugeridos pelo PNSP.

Por fim, os CR são indicados pelo PNSP como o mais apropriado programa na superação da violência contra a população GLBTS, por sua eficácia no aumento do acesso de cidadãos e cidadãs GLBTS aos serviços de segurança pública e pelo trabalho de sensibilização de operadores de segurança pública no respeito à diversidade de orientação e de identidade sexual, bem como pelo seu caráter de parceria entre sociedade civil e órgãos de segurança pública.

OBJETO, OBJETIVOS, PLANO DE TRABALHO E MÉTODO DA PESQUISA.

1. OBJETO

A presente pesquisa - ver Projeto no Anexo I -, tem como objeto de estudo os seguintes CR:

- CENTRO DE REFERÊNCIA CONTRA A VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO AO HOMOSSEXUAL (CERCONVIDH) do Estado do Rio de Janeiro;
- CENTRO DE REFERÊNCIA GLTTB de Campinas (SP).

A criação, a estrutura, as estratégias de comunicação com o público-alvo, os serviços e a gestão do Centro de Referência Contra a Violência e Discriminação ao Homossexual (CERCONVIDH) do Estado do Rio de Janeiro, que existe há cinco anos – o mais antigo do Brasil - e o Centro de Referência GLTTB de Campinas (SP), aberto em 2003, e o nível e a efetividade de parceria entre a sociedade civil e órgãos de segurança pública na execução destes programas são, também, objetos de estudo desta pesquisa. Até o momento da elaboração do Projeto de Pesquisa, em levantamento prévio realizado pelo Estruturação, esses foram os únicos Centros de Referência para homossexuais do país.

•

2. OBJETIVOS

São objetivos da pesquisa:

- Conhecer o processo de estruturação dos CR;
- Descrever e avaliar seu funcionamento;
- Fazer levantamento de tipos de serviços prestados;
- Avaliar o nível de comprometimento de diferentes agentes públicos de segurança na gestão e na sustentabilidade financeira e política dos Centros de Referências;
- Avaliar a eficácia das estratégias de comunicação destes programas com o seu público-alvo.
- Avaliar a eficácia das estratégias de comunicação destes programas com outros CR.

A presente pesquisa tem como objetivo, ainda, por meio da análise e da sugestão, colaborar no que diz respeito à gestão destas instituições, servindo de importante norteadora para os futuros CR a serem instalados no Brasil e até para o aperfeiçoamento dos já existentes.

•

3. PLANO DE TRABALHO

O plano de trabalho consiste em:

- Contato com CR e pedido de documentação produzida;
- Elaboração de entrevista para levantamento de dados junto aos CR;
- Pesquisa *in loco* junto aos CR (Rio de Janeiro e Campinas – SP);
- Elaboração de relatório final.

•

4. MÉTODO

O método é o da pesquisa participativa com uso de observação participante e de entrevistas semi-estruturadas sobre o tema, bem como o uso de pesquisa documental sobre os registros dos objetos envolvidos.

A pesquisa participativa mostra-se o melhor método de trabalho no desenho desta pesquisa, pois a mesma pressupõe uma interação entre pesquisadores e objeto de pesquisa. Da mesma forma, a pesquisa pressupõe uma atuação dos pesquisadores sobre o objeto que, de imediato, tem como conseqüência uma influência sobre o mesmo no sentido de sensibilização para o tema em investigação.

No que se refere à visita, esta seguiu os padrões da pesquisa participativa com observação participante. Assim, após os contatos iniciais do pesquisador, da apresentação pessoal do mesmo e da convivência com os sujeitos pesquisados, registrava-se, ao final do dia, as impressões sobre as equipes, o trabalho, os CR, bem como as impressões sobre os afetos circulantes durante a visita.

No que se refere à entrevista, após a revisão da literatura sobre o tema, da leitura do material produzido e enviado pelos CR, elaborou-se um roteiro de entrevista semi-estruturada (ver Anexo 2). A entrevista semi-estruturada permite um aprofundamento das questões do roteiro e, da mesma forma, permite a exploração de temas novos surgidos nas respostas às perguntas estabelecidas no roteiro original. Após a transcrição literal das entrevistas (ver Anexo 3), passou-se a uma leitura flutuante das mesmas, com o sublinhado de temas que se destacaram aos pesquisadores como importantes nas respostas às perguntas, o sublinhado das Zonas de Sentido; em seguida passou-se a uma sintetização do material sublinhado, resumindo-o aos seus principais significados, a fase da Atribuição de Significado.

Nos Resultados e Discussão reproduz-se esta Atribuição de Significado para cada pergunta/resposta de cada entrevista, bem como se discute as mesmas. Nas Considerações Finais, comparam-se os resultados e discussão com as características idealizadas pelo PNSP para os CR, bem como com os objetivos gerais e específicos da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do contato inicial com os CR, da análise de documentação produzida e enviada pelos mesmos, bem como da visita e entrevista posteriores, temos, como resultados e discussões, para cada CR estudado, a apresentação de um HISTÓRICO crítico, a descrição analisada dos SERVIÇOS prestados à população-alvo e à população em geral, as impressões da VISITA e, por fim, a apresentação discutida das ENTREVISTAS.

1. CENTRO DE REFERÊNCIA CONTRA A VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO AO HOMOSSEXUAL (CERCONVIDH) DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

1.1. HISTÓRICO

Em 05 de julho de 2005, o DDH – Disque Defesa Homossexual completou seis anos de funcionamento. Esta data é importante para a história do Movimento Homossexual do Rio de Janeiro e do Brasil, pois representou o início de um processo de construção de uma política de segurança e de exercício da cidadania plena, objetivando a "comunidade" homossexual. Foi o primeiro serviço deste nível, a ser criado em toda a América Latina. O serviço de Disque Defesa Homossexual – DDH foi uma iniciativa significativa que já se estabeleceu e serviu como modelo para outros projetos. Este serviço inicialmente esteve fisicamente instalado dentro da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Posteriormente, com a transferência de suas instalações para a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão, o serviço continuou atuante, não perdendo sua característica e seus objetivos iniciais.

Esta iniciativa possibilitou uma aproximação entre a Sociedade Civil e o Estado. Anteriormente, esta relação era realizada de forma unilateral, o Estado impunha suas ações sem consultar a Sociedade Civil. Atualmente, pode-se dizer que a Sociedade Civil organizada, sobretudo os GLBTS, está interferindo e atuando como um agente no processo de construção de políticas de segurança. A própria história do DDH do

CERCONVIDH foi paradigmática de como isto vem acontecendo. Fazendo uma breve avaliação destes seis anos de serviços, é possível observar alguns avanços relativos à questão da segurança, dos direitos humanos e sexuais, bem como de legislação que vêm proporcionando uma maior igualdade social.

Com a posse em 1999, como Secretário de Segurança, do Dr. Luiz Eduardo Soares, e como Subsecretária de Pesquisa e Cidadania, da Dra. Sílvia Ramos, foi convocado um encontro com as lideranças do Movimento Homossexual (GLBTS) carioca, contando com a parceria de alguns parlamentares, dentre eles o Deputado Carlos Minc, para a abertura de diálogo e trabalho relevante com este setor da sociedade. Deste encontro também foi criado um Fórum contra a discriminação homossexual, hoje Fórum LGTB, com sede e representatividade itinerantes de grupos organizados e parceiros desta causa. Tal fórum vem discutindo problemas específicos à população homossexual (GLBTS), historicamente excluída e discriminada, porém sem vínculo direto com o CR.

A partir daí – 1999 -, aproveitando as experiências dos grupos organizados que, em sua estrutura respaldavam a luta contra as violências e as violações dos direitos humanos e da cidadania, foi posta em prática a idéia de se criar e manter um serviço voltado para esta "comunidade" a partir dos sérios relatos de barbáries cometidos cotidianamente contra homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais; fatos de discriminação e violência, com apoio do discurso homofóbico da maioria da sociedade. Com estes objetivos aconteceram reuniões entre os representantes do Governo do Estado, o Deputado Estadual Carlos Minc e os Grupos organizados de conscientização, afirmação e lutas homossexuais: Atobá - Arco-Íris - Movimento D'ELLAS - Grupo Água Viva - ASTRAL - COLERJ - 28 de Junho; e pelas Instituições ligadas às minorias: PIM - CEDUS - IBISS - ABIA - Fórum de ONG's / Aids-RJ - DAVIDA - AFADA e ISER.

O CERCONVIDH, através do serviço de DDH, teve como objetivo principal desobstruir os canais de comunicação entre os órgãos de segurança e defesa dos direitos humanos e a população homossexual. Além disso, visou orientar gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, em como agir em casos de violências e discriminação. Esta orientação se deu através de encaminhamentos a serviços de apoio

jurídico, psicológico, psicossocial, acompanhamento das vítimas às delegacias e batalhões, bem como todas as ações necessárias para que se fizesse respeitar os direitos humanos e sexuais, possibilitando o exercício da cidadania plena. Neste sentido destacou-se a cooperação de várias instituições parceiras que ajudaram a construir e dar suporte aos serviços.

Há dois (02) anos funcionando na Secretaria de Justiça e Direitos do Cidadão, em nova parceria firmada com o Governo do Rio de Janeiro, os serviços funcionam de 2a a 6a feira, das 10h às 19h.

O CR e o DDH-RJ inicialmente estiveram ligados diretamente à Secretaria de Segurança do RJ e à Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania, esta última extinta, e teve como fato culminante a saída do então Subsecretário Dr. Luiz Eduardo Soares, do governo no ano de 2000. A partir daí, o serviço passou por uma fase de reestruturação, em que os grupos organizados e parceiros indicaram a Coordenação Geral e equipe que estariam na gestão do serviço. Esta forma de ação foi estabelecida pela certeza da necessidade de se criar condições para que o DDH continuasse sendo mantido de forma eficiente, que o CR efetivamente funcionasse dentro das necessidades da população-alvo, com o estabelecimento de uma equipe capacitada que fosse responsável por uma ligação entre a Sociedade Civil e o Estado.

É importante lembrar que a população Homossexual – GLTTB – como segmento historicamente excluído, com o CERCONVIDH-DDH-RJ vem sendo inserida dentro da estrutura de Secretarias de Estado, instituições extremamente marcadas pela homofobia, o que vem demonstrando, uma relativa melhoria no trato dos assuntos interligados aos direitos dos homossexuais e aos órgãos de instâncias governamentais.

O CERCONVIDH-DDH-RJ vem representando um marco de estabelecimento de um espaço onde a sociedade organizada GLBTS vem atuando, gerenciando, implementando e ajudando a construir políticas de segurança e de cidadania com o Governo. Tem sido uma das instâncias de reconhecimento dos homossexuais como interlocutores importantes na discussão de uma nova sociedade brasileira.

Esta iniciativa vem apontando para uma tendência, a tentativa de se instaurar um processo de transformação de cultura homofóbica em cultura de cidadania, com respeito às diversidades, onde os GLBTS têm que ser reconhecidos como cidadãos e ter

assegurados seus direitos, principalmente no âmbito da segurança, com o Estado como agente desta segurança.

O serviço de DDH tem permanecido tão inovador que despertou e desperta a atenção e o interesse de organizações governamentais e não-governamentais de outros estados em criar serviços semelhantes, inspirados no modelo carioca. Hoje em dia existem pelo menos dois DDH, em Belo Horizonte e em Campinas.

As ocorrências do CERCONVIDH-DDH-RJ vêm sendo registradas em Banco de Dados para construção de informações e análises estatísticas. É importante destacar que as estatísticas vêm demonstrando uma maior incidência de violência contra homossexuais em locais públicos e por parte das polícias; na violência civil inclui-se o "Boa noite Cinderela"; seguido de violência intrafamiliar, praticada no contexto da casa e/ou vizinhança; revelando que a violência doméstica figura como um grave problema para os GLBTS. A população feminina vem demonstrando estar mais atenta a direitos e limites. As violências contra travestis e transexuais (transgêneros) têm sido uma realidade do cotidiano.

Nas palestras, o CERCONVIDH-DDH-RJ vem expondo as estatísticas recentes, com material didático e material informativo. As polícias, agentes de educação, profissionais da saúde, legisladores, juristas, estudantes de todas as áreas e níveis têm sido contemplados com material atualizado que busca desfazer a discriminação e marginalização dos GLBTS. O CR também vem conscientizando a população-alvo, através de material e de conversas, nos locais de alto índice de freqüência GLBTS, pois, a maioria desta população não freqüenta grupos organizados e também lhes falta o acesso a informações.

Por fim, de acordo com o próprio CR em análise, para que o CERCONVIDH-DDH-RJ continue a funcionar adequadamente e cumpra sua meta de atender à população GLBTS em seus problemas e dúvidas relativos à segurança, cidadania, direitos humanos, direitos sexuais, informação sobre saúde, cultura e lazer, se faz preciso um ajuste diferenciado na linha de atuação, como:

- Divulgação mais ostensiva, pois a pouca transparência da parceria com o Estado, através da SSP/RJ prejudicou a expansão e plena consolidação dos serviços.
- Parcerias com indicativos nas ações do Programa Brasil sem Homofobia.

- Atuação expressiva em todos os eventos relativos à luta política GLBTS, bem como parcerias com quem promovem os direitos humanos no geral e dos GLBTS em particular, sem personalismos, partidarismos e outras formas de utilização da ideologia que vêm prejudicam os serviços.
- Parcerias diretas com as polícias, formando assim uma rede de atendimento à população-alvo, proporcionando dados concretos e reais dos fatos que envolvem denúncias policiais.
- Parcerias com outras instituições da sociedade civil para que não falte material de divulgação e o mínimo financeiro para ações específicas.

Assim, embora seu pioneirismo e vitórias na luta dos direitos GLBTS, ainda há o que ser conquistado pelo CERCONVIDH-DDH-RJ na luta contra a homofobia, que depende não só da constante militância dos membros do mesmo, dos ativistas (independentes e de grupos organizados), mas também da disposição das instituições públicas. Avaliamos, então, o CERCONVIDH-DDH-RJ como representante de uma das mais importantes conquistas do movimento GLBTS brasileiro.

1.2. SERVIÇOS

O CERCONVIDH-RJ mantém os seguintes serviços:

a) DISQUE DEFESA HOMOSSEXUAL – DDH: o papel deste serviço tem sido atender, orientar e acompanhar as denúncias telefônicas. Sendo composto por equipe de atendentes treinados e habilitados para este tipo de atendimento e atividades afins.
b) CENTRO DE ATENÇÃO A HOMOSSEXUAIS, BISSEXUAIS E SIMPATIZANTES: tem realizado o atendimento *in loco* e vem acolhendo, atendendo, orientando, encaminhando, intervindo e acompanhando homossexuais, bissexuais e simpatizantes, colaborando para a construção da cidadania dos mesmos.
c) CENTRO DE ATENÇÃO A LÉSBICAS: tem tido como prioridade a mulher lésbica e vem buscando, além dos objetivos que são inerentes a todos os serviços do CR, ampliar o atendimento para as áreas de direitos humanos e sexuais, redução de danos no uso indevido de drogas ilícitas, saúde (física e mental) e educação.

d) CENTRO DE AÇÃO EXECUTIVA: sua prioridade tem sido buscar parcerias, participar, organizar e informar, visando a visibilidade dos projetos ligados ao desenvolvimento psicológico, político, cultural, jurídico e de saúde, no diálogo permanente com a comunidade GLBTS. Faz interface da divulgação e do monitoramento das ações do CERCONVIDH-DDH-RJ.

e) CENTRO DE ATENÇÃO A TRANSGÊNEROS: seguindo os objetivos dos demais serviços apresentados, tem buscado dar atendimento preferencial a Travestis e Transexuais, através do Cartão de Identificação para Transgêneros – CIT, com o objetivo de evitar o constrangimento a que freqüentemente este público é submetido. Portanto, vem fornecendo aos transgêneros uma identificação de parceria com o CERCONVIDH-DDH-RJ, onde consta o nome social, foto atualizada, nome e documentos civis e número de identificação para cadastro específico neste serviço.

f) COMUNICAÇÃO: toda e qualquer informação vem sendo repassada para a mídia por este serviço, assim também tem sido feito com os contatos e repasses de informações aos parceiros.

g) BANCO DE DADOS: neste serviço, vem-se catalogando toda a informação pertinente e relevante no decorrer dos anos de funcionamento, possibilitando o monitoramento das ações e reações relativas à população GLBTS.

Todas as informações vêm sendo atualizadas semanalmente junto à mídia, parceiros e financiadores e a quem as busca para fins estudantis e de pesquisa.

A Coordenação Geral e a Coordenação Administrativo–financeira, vêm fornecendo suporte necessário em planejamentos, implementando, objetivando, propondo ações, projetos e capacitações: atualizando as informações para benefício dos serviços, equipe e participantes, sejam eles assistidos, voluntários ou parceiros.

Como ganhos políticos, nos 06 (seis) anos de funcionamento do CERCONVIDH-DDH-RJ, podemos reconhecer: bolsas-auxílio; material de divulgação e publicação especifica com leis e explicações detalhadas de direitos e limites de homossexuais, em parceria com a SEDH e com o Movimento D´ELLAS; visibilidade massiva na mídia, através das parcerias com mídias eletrônica, escrita, falada e televisada; criação e manutenção de Projetos que levem à comunidade GLBTS noções

de direitos e deveres enquanto cidadãos e, também, educação e esclarecimento das Polícias, Profissionais de Saúde, da Educação e serviços ligados ao atendimento público diverso e plural; parceria palpável e evolutiva com a SEJDIC; ampliação e consolidação de parcerias governamentais e não-governamentais; criação e implementação dos Centros de Referência; parcerias para ganhos da população-alvo, como os atendimentos jurídicos, psicológicos, capacitações profissionais e encaminhamento ao mercado de trabalho. As propostas de ações imediatas vêm ocorrendo, em sua grande maioria, devido às denúncias constatadas de violações de direitos humanos de GLBTS.

1.3. IMPRESSÕES DA VISITA

ESPAÇO FÍSICO – o CR funciona em um prédio público (Central do Brasil) do governo estadual do Rio de Janeiro. Como em Campina, não existe nenhuma identificação externa que confirme a presença do CR, o que garante uma certa invisibilidade do mesmo. O que se observa em relação a Campinas cabe, aqui, no Rio de Janeiro, a "invisibilidade" levanta dois aspectos, um, positivo, a promoção de um cuidado com o público-alvo; outro aspecto negativo, a dificuldade de reconhecimento do local pelos usuários, além disso, esta invisibilidade vai ao encontro de antigos preconceitos que dizem que esta comunidade deva se manter oculta ou invisível.

Todavia a localização do CR do Rio de Janeiro é privilegiada, pois o mesmo situa-se no coração da cidade, na Central do Brasil, onde transitam diariamente milhares de pessoas, principalmente das classes menos favorecidas. Isso facilita a divulgação do CR, bem como de suas ações e serviços, por exemplo, por meio da distribuição de panfletos, *folders* e cartazes, no espaço da própria Central do Brasil.

O CR não tem nenhuma recepção específica ao público-alvo, contudo a recepção da Secretaria de Justiça acolhe e identifica o local do referido Centro aos visitantes e usuários. O CR funciona em uma sala, no quinto andar da Central do Brasil. Compartilham esta sala, a Coordenadora e seus Assessores (cinco), dentre eles, uma Psicóloga e uma Assistente Social. O CR conta, ainda, com toda a infra-estrutura física do prédio e da Secretaria (copa, banheiros etc.).

O local é cedido pelo Governo do Estado. A coordenação informou que o CR estava de mudança para uma sala maior e com melhor estrutura física, no mesmo andar. O fato de o CR estar localizado em um prédio público faz com que o mesmo tenha um suporte, no que se refere a segurança e proteção. A localização do CR em um prédio público, além da proteção sugere respeitabilidade e credibilidade para este serviço.
O CR possui infra-estrutura suficiente (mobiliário, material de escritório, computadores, telefones, fax, etc.). Conta com os serviços de transporte (automóvel e motorista), que devem ser previamente agendados na Secretaria de Justiça. Vale lembrar que toda esta infra-estrutura vem da Secretaria a qual o CR está subordinado.

RECURSOS HUMANOS – o pessoal do CR é composto por uma Coordenadora; uma Psicóloga e uma Assistente Social.
A equipe é remunerada por meio de bolsas do Governo do Estado do Rio de Janeiro, com a particularidade de que as mesmas são oriundas do DETRAN, graças a um convênio direto, firmado com a Coordenadora. Por fim, não foram observadas e relatadas as presenças de estagiários e bolsistas acadêmicos e/ ou de ONG's.

ROTINA DE ATENDIMENTO – assim com o CR da cidade de Campinas, o CERCONVIDH funciona de segunda a sexta-feira, das oito às dezoito horas, os atendimentos psicológicos, sociais e jurídicos, podem ser feitos pontualmente ou previamente agendados. As oficinas, os cursos e as palestras não são realizados na sede do CR, mas nos locais onde os mesmos são solicitados ou agendados, por limitação de espaço do próprio CR e pela estratégia de alcance da população.
O Disque Denúncia Homossexual – DDH, funciona na sede do CR. Durante a visita, foram observadas diversas ligações telefônicas oriundas dos usuários. Da mesma forma que no CR/Campinas, não foi observada nenhuma visita de usuários ao CR, durante a visita e a entrevista. Outrossim, nenhuma atividade fora da sede, tais como, palestras, cursos e oficinas, estavam sendo ministradas pelo CR.

RECEPTIVIDADE DA EQUIPE À PESQUISA E À VISITA – todos os envolvidos na rotina diária do CR se mostraram receptivos para a visita, disponibilizando as

informações necessárias para a mesma e para a entrevista. Vale lembrar que, apesar da boa receptividade da equipe, a entrevista foi feita de forma individual, ou seja, com a participação apenas da Coordenadora.

Assim como a equipe de Campinas, a equipe do CR do Rio de Janeiro, demonstrou grande interesse nos resultados da presente pesquisa.

1.4. ANÁLISE DA ENTREVISTA

Rio de Janeiro – RJ

Centro de referência contra a violência e a discriminação ao homossexual - CERCONVIDH

Entrevistada: Ione – Coordenadora

01. JURIDICAMENTE, O QUE É O CR?

R. Fomos institucionalizados no dia quinze de novembro de 2004. Hoje, o CR é parte da Secretaria de Justiça e Direitos do Cidadão, é componente da Central da Cidadania. Agora nós somos... Governo.

DISCUSSÃO: percebemos uma certa tensão ou desconforto em se reconhecer como Governo. Apesar da Coordenadora do CR demonstrar, pela visita e pelo corpo geral da entrevista, ter uma boa mediação entre Governo e Movimento Homossexual.

02. COMO SE DEU O PROCESSO DE CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO CR?

R. Nasceu da necessidade de ampliar os serviços à população homossexual. A estrutura, foi do Movimento Delas e Dom da Terra e do Cidade Viva.

A estrutura: Coordenação Geral, as Assessorias (Administrativa e de Informática), de Mídia, Social, a Jurídica e a Psicológica. Todo mundo é atendente.

2.1. QUANTO A ESSA ESTRUTURA, É CONTRATADA PELO CR OU FAZ PARTE DA SECRETARIA. QUEM CONTRATA ESSE PESSOAL?

A parceria das bolsas continua sendo da Secretaria de Segurança com a de Justiça. Temos o espaço, a logística, mínima, mas temos! Além do pagamento e da institucionalização, inclusive do cargo, é todo um trabalho conjunto, uma interação do Governo (Estadual) conosco.

DISCUSSÃO: o CR nasceu da necessidade de ampliar os serviços ao público GLBTS. Da mesma forma, nasceu da parceria entre grupos do Movimento Homossexual e Governo Estadual. Apesar desta parceria ter sido marcada por uma forte pressão do Movimento Homossexual sobre o Governo, no sentido de oficializar uma situação que estava informal. O início do CR se deu com a criação do DDH com uma estrutura que se mantém até hoje: Coordenação Geral, as Assessorias (Administrativa e de Informática), de Mídia, Social, a Jurídica e a Psicológica. Todo mundo é atendente no DDH/CR.

A contratação e o pagamento do pessoal, de início, parecem um pouco confusas, uma vez que, a "contratação" é feita pela Secretaria de Justiça e o pagamento das bolsas é feito pela Secretaria de Segurança, através do DETRAN. Esta parceria entre a Secretaria de Justiça e a Secretaria de Segurança/DETRAN é informal, garantida verbalmente por um "acordo de cavalheiros" entre um responsável no DETRAN e a pessoa da Coordenadora do CR, Ione. Vale lembrar que esta situação se dava até o momento da entrevista (meados de Novembro de 2005), quando se deu a institucionalização, provavelmente, esta situação tenha mudado com a oficialização do CR.

3 QUAIS OS ATORES INSTITUCIONAIS ENVOLVIDOS NA CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO CR?

R. O Grupo Arco Íris, o Movimento Delas, o Grupo Astral, o Atobá e Água Viva. Na época o Secretário de Segurança, Luiz Eduardo Soares. ABIA, que sempre esteve muito conosco, ao nosso lado.

3.1. ESSA VINCULAÇÃO AO PODER PÚBLICO FOI UMA ESTRATÉGIA DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL?

O Movimento procurou o governo e fez a proposta de um Disque e isso funcionava. O local para nós, é essencial, temos homossexuais em todas as parcelas sociais, aqui, Central do Brasil, é o coração do Rio de janeiro, passa todo mundo aqui. Temos espaço de trabalho, temos telefone, temos tudo que não teríamos como pagar. É um suporte!

DISCUSSÃO: os atores institucionais foram os grupos do Movimento Homossexual e o Governo, contudo, esta parceria se deu para a criação do DDH e não para o estabelecimento de um CR. Este se deu posteriormente, por meio de um desdobramento do DDH. Além disso, a parceria se fez necessária para garantir o funcionamento do DDH, bem como para garantir um espaço físico de fácil acesso ao público GLBTS, no caso, a Central do Brasil.

4. QUAL A INFLUÊNCIA DESTES AUTORES INSTITUCIONAIS NO DELINEAMENTO INICIAL DOS REFERIDOS PROGRAMAS?

Inicialmente, o Movimento procurou o governo e fez a proposta de um Disque. Para a gente não ficar sempre dependendo, cada um, dentro do seu trabalho desenvolvido no CR, foi identificando as suas necessidades, de parcerias. Esse protagonismo passou a ser do CR como mantenedor e executor desses projetos. Hoje o CR tem uma gama de Projetos e procedimentos que ultrapassam o MH.

DISCUSSÃO: a influência dos autores institucionais no delineamento inicial diz respeito à própria criação do DDH e ao estabelecimento do CR. Contudo, com o passar do tempo, o CR parece ter assumido maior autonomia em relação ao Movimento Homossexual.

5. QUAL O NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO E/OU PERMANÊNCIA DESTES ATORES INICIAIS NA ESTRUTURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROPOSTAS ATUAIS?

R. Tínhamos uma equipe de vinte voluntários quando começou tudo, em DDH e a maioria das pessoas está desde o início conosco. ABIA, que sempre esteve muito conosco, ao nosso lado. Dos cinco grupos que começaram, quatro permanecem.

DISCUSSÃO: permanecem, como atores institucionais iniciais, a grande maioria do voluntariado e a ABIA.

6. COMO VOCÊ AVALIA, CASO SEJA O CASO, O NÍVEL DE COMPROMETIMENTO DOS DIFERENTES AGENTES PÚBLICOS DE SEGURANÇA, NA GESTÃO E NA SUSTENTABILIDADE POLÍTICA E FINANCEIRA DO CR?

R. Na financeira, não muito! Hoje, nós temos um Coronel, que veio da Segurança, trabalhando conosco direto, é ele e o Coordenador da Central da Cidadania trabalhando direto com as coordenações. Temos, assim, a estrutura da Segurança. Somos Justiça, ela vai me garantir a Justiça e a Segurança, e ainda por cima os direitos do cidadão.

DISCUSSÃO: a Secretaria de Segurança, por meio da pessoa do "Coronel", está comprometida com o financeiro (pagamento das bolsas); a Secretaria de Justiça está comprometida com a própria manutenção e logística do CR.

7. EXISTE ALGUM TRABALHO DE CAPACITAÇÃO DE ATORES INSTITUCIONAIS COM RELEVÂNCIA POLÍTICA PARA O CR? EM CASO AFIRMATIVO, POR FAVOR, DESCREVA ESTE TRABALHO DE CAPACITAÇÃO.

R. Tem, (...). Pelo menos uma vez ao mês, há uma palestra na ABIA. Essas capacitações são de grande relevância, não vai somente o pessoal homossexual, mas vão outros atores sociais importantes para nós. Tivemos todos os atores participando e isso vai melhorando a postura, inclusive, dos atores sociais em relação às novas políticas implementadas.

DISCUSSÃO: a capacitação de atores institucionais, com relevância política, se dá por meio da parceria com a ABIA. Esta capacitação é voltada para o público em geral.

8. QUAIS SÃO AS GARANTIAS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS DE CONTINUIDADE DOS TRABALHOS DO CR, BEM COMO A PERMANÊNCIA INSTITUCIONAL E POLÍTICA DO PRÓPRIO CR?

R. Se eu for te falar SÓ a verdade, eu vou te falar: "Nenhuma, mas, a gente persevera, na medida em que se abre uma porta ou uma janela, não tem mais como fechar. A única garantia é que as pessoas permaneçam com esse pique, pois são idealistas. Não é mais como a bem pouco tempo, as ONG's mamando nas tetas da AIDS. A única garantia, na verdade, é a nossa população reconhecer as políticas que a gente está (...) colocando em ação. A gente fazer uma coisa que o governo não possa abrir mão do nosso trabalho. Que o nosso trabalho seja sempre o melhor, e dê muito retorno ao governo, ao ponto de impedi-lo de abrir mão do nosso trabalho. Não institucionalizaram à toa, os movimentos sociais gritam e eu também "tou" gritando.

DISCUSSÃO: embora não exista nenhuma garantia institucional e política, formalizada, a única garantia é a população reconhecer as políticas e ações do CR. Da mesma forma, o governo reconhecer a importância e a imprescindibilidade dos serviços prestados pelo CR. A excelência do trabalho aparece como outra garantia. Por fim, a pressão dos movimentos sociais, também, aparece como garantia de continuidade do CR.

9. POR FAVOR, DESCREVA A INFRA-ESTRUTURA DO CR, CONSIDERANDO OS ASPECTOS OPERACIONAIS E DE COORDENAÇÃO DOS DIVERSOS SERVIÇOS OFERECIDOS À POPULAÇÃO.

R. A "infra" do CR, ela deixa muito a desejar. Se a gente quiser fazer um trabalho que não pode ter pane em informática, tem que usar o computador da casa de um de nós. (...) os telefonemas interurbanos mais imediatos eu faço lá da minha casa (...), mas a infra, hoje, ela é muito mais abrangente do que há coisa de quatro anos atrás! Temos o espaço, a logística, mínima, mas temos! As coordenações dos serviços, todo mundo é atendente (...): "São as assessorias".

DISCUSSÃO: embora a atual infra-estrutura seja deficitária, com o mínimo necessário, levando a Coordenação e demais atendentes a recorrerem a equipamentos de uso pessoal, ela é melhor que a disponível no início do DDH/CR.

10. COMO SE DÁ A ESTRUTURA HIERÁRQUICA DO CR, COMO A MESMA FOI DEFINIDA E QUAL O SUPORTE POLÍTICO E ADMINISTRATIVO ATUAL QUE A MANTÉM?

R. O oficial, não pode ser a coordenação participativa. (...) tem a Coordenação Geral, que sou eu, as assessorias (Administrativa e de Informática), claro que eu criei a Assessoria de Mídia, Social, a Jurídica e a Psicológica. Além do pagamento e da institucionalização, inclusive do cargo, é todo um trabalho conjunto, é uma interação do governo conosco, assinando em baixo, tudo o que a gente faz. Tem também o respaldo político das minhas inserções no Governo Federal. Tem o oficioso e o oficial.

DISCUSSÃO: a estrutura hierárquica oficial segue os moldes comuns a todo CR (Coordenação Geral, Assessorias Administrativa e de Informática, de Mídia, Social, Jurídica e Psicológica). Existe uma hierarquia oficiosa caracterizada pelo trâmite de influência política da Coordenadora.

11. POR FAVOR, DESCREVA AS SITUAÇÕES E FATOS JURÍDICOS (POR EXEMPLO, OS DIVERSOS CRIMES HOMOFÓBICOS), MATÉRIA DO TRABALHO DO CR.

R. Um dos crimes mais chocantes foi a chacina da Baixada, que saíram matando aleatoriamente e mataram duas travestis, por que elas estavam fazendo ponto na porta de um Motel. Já foi reconhecido que foram policiais, passaram e mataram porque elas estavam ali.(...) Além de ter que brigar muito com isso, a gente tem parceira com o IML. Iam enterrar as duas travestis como indigentes. Teve um rapaz que estava no balcão de um bar, na rodoviária, lá de Nova Iguaçu, foi morto porque ele era “pintoso”. Tem aquela parte chata com a família. E pior ainda, quando a família sabe que aí vai ter dinheiro do governo para eles, aí a família procura, aí querem os documentos, e querem

tudo. A gente tem o direito de negar. O pior é a homofobia internalizada, é quando você encontra pessoas que você vê que são homossexuais e estão ali, embarreirando o teu trabalho. Isso para mim, e para o CR, é a pior coisa.

DISCUSSÃO: as situações e fatos jurídicos, matéria do CR são a violência urbana, os crimes de ódio, a discriminação da família e a homofobia internalizada de alguns homossexuais, quando estes impedem o trabalho do CR.

12. COMO VOCÊ AVALIA AS MODALIDADES E NÍVEIS DE VIOLÊNCIA PRESENTES NAS SITUAÇÕES E FATOS JURÍDICOS MATÉRIA DE TRABALHO DO CR?

R. Permanece o "Boa noite Cinderela". A violência dele foi se exacerbando a ponto de já ter resultado em mortes. A violência intrafamiliar, dentro da família da travesti. Além de ela ser discriminada na escola, ela é discriminada em casa e aí ela acaba indo para a rua. Entre as mulheres é a violência entre o casal, elas copiam muito o esquema machista, tem uma que manda.

DISCUSSÃO: as modalidades e níveis de violência presentes são a violência dos golpes, especificamente dirigidos a homossexuais; a violência intrafamiliar; a discriminação nas escolas, no caso das travestis; a violência entre companheiras, no caso das lésbicas.

13. QUAIS OS TIPOS DE SERVIÇOS PRESTADOS PELO CR À POPULAÇÃO GLTTB EM PARTICULAR E À POPULAÇÃO EM GERAL?

R. Não dá para a gente separar. (...) tem, a família do homossexual, tem o amigo que não discrimina e é discriminado por isso, então, não dá para separar. Temos o atendimento jurídico e o psicológico, estamos formando, agora, os grupos de ajuda mútua. Quando é muito forte, por falta de espaço, hoje, a gente já encaminha para uma clínica de tratamento psicológico, quando não dá para fazer aqui mesmo o atendimento. Tem, também, o encaminhamento para emprego junto a CETRAB e desse, também, a gente encaminha para tirar documentos, para a capacitação profissional. (...), no

atendimento à mulher lésbica, a gente acrescentou o encaminhamento a postos de saúde, a tratamentos ginecológicos, por que tem muitas lésbicas que nunca foi ao ginecologista. A gente tem um serviço contínuo de informação à população homossexual, que aí entra tudo o que vem acontecendo em relação aos fatos, às políticas. Estamos começando nesse mês a reunião quinzenal das famílias alternativas e nisso também se inclui os familiares e os amigos que querem entender o nosso comportamento, enquanto casal, enquanto adoção ou convivência com os filhos e com os parceiro. Tem um trabalho para estar formando a biblioteca, temos o centro de documentação, que é aberto a todo mundo. As capacitações para escolas, polícias, em fim, para quem solicita, não dá para a gente falar só pelos nossos direitos e deveres, até pela central da cidadania.

DISCUSSÃO: os serviços prestados pelo CR à população GLBTS em particular são atendimentos à família e aos amigos do homossexual; reuniões com famílias alternativas; atendimentos jurídico e psicológico; grupos de ajuda mútua; encaminhamentos para emprego, para tirar documentos e para a capacitação profissional; atendimentos à mulher lésbica com encaminhamentos a postos de saúde e a tratamentos ginecológicos. Por fim, serviços contínuos de informações à população homossexual sobre fatos políticos.

Os serviços prestados pelo CR à população em geral caracterizam-se por disponibilização da biblioteca e do centro de documentação; capacitações para escolas e polícias.

Vale ressaltar que para a Coordenação do CR não existe diferença de importância entre os serviços prestados à população de GLBTS e a população em geral.

14. QUAIS OS TIPOS DE SERVIÇO QUE VOCÊ CONSIDERA PREVENTIVOS?

R. Acredito que as palestras. As informações que são repassadas para as pessoas que não estão em movimentos organizados, para que não reproduzam as ações negativas dentro de uma sociedade. Quando a gente vai fazer o trabalho de prevenção, mesmo do CR, é também em DST/AIDS e também se faz, (...) prevenção mesmo ao uso de drogas.

Acredito que, a gente manter tudo isso na mídia, tudo que acontece de positivo ou negativo, é um trabalho de prevenção.

DISCUSSÃO: os tipos de serviço preventivos são as palestras, as informações que são repassadas para o público-alvo que não está inserido em movimentos organizados; prevenção em DST/Aids e uso indevido de drogas. Por fim, a atuação junto à mídia.

15. COMO SE DÁ O ENCAMINHAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS DENÚNCIAS ENTRE OS DIVERSOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS?

R. A pessoa liga e faz a denúncia. Se for um problema de maior vulto ou mais conflitante, a pessoa vem aqui para fazer o atendimento "in loco". A partir disso ou a gente acompanha a pessoa à delegacia ou manda uns documentos (...), por que aí a pessoa já não vai só. A gente já tem esses contatos.

Quando é uma coisa que tenha tempo para estar mandando ofício, estar articulando, tudo bem, se não, a gente vai é na hora mesmo com a Segurança, a gente tem um canal direto com as delegacias e se for um caso jurídico, nós temos os nossos parceiros advogados. O Psicológico também é direto conosco. A gente não leva mais que vinte e quatro horas para as coisas estarem, em andamento para estar se resolvendo a situação. A mediação dos conflitos é imediata. Tem sempre alguém na rua acompanhando alguma coisa ou alguém.

DISCUSSÃO: o encaminhamento e acompanhamento das denúncias entre os diversos órgãos envolvidos se dá assim, denúncia por meio do DDH; comparecimento no CR; acompanhamento até às delegacias; o CR está bem articulado com as instâncias jurídicas e funciona como acompanhante e mediador. O mesmo se dá no caso dos atendimentos psicológicos.

16. COMO VOCÊ AVALIA O ALCANCE DOS (E ATIVIDADES SEMELHANTES) DE FORMAÇÃO (SENSIBILIZAÇÃO) DE POLICIAIS (E OUTROS AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA) EM DIREITOS HUMANOS DE HOMOSSEXUAIS?

R. (...) uma parceria que nós fechamos com a Ouvidoria de polícia de Minas Gerais, eles têm uma cartilha onde eles mostram à polícia militar de lá, que eles é quem são os agentes de segurança. (...) a gente fez um Power Point em cima disso, leva nas capacitações para as polícias e mostra para eles o que eles fazem. Muita gente que questiona, briga, tem gente que "pucha" a Bíblia, não adianta! Na hora do intervalo você vê como, no todo, o retorno é imediato(...): "Ah, mas isso aconteceu comigo, mas eu não sabia que era discriminação", e vê o quanto a nossa população é desinformada. (...) de trezentos policiais que você dê palestra, num dia, o retorno é imediato em pelo menos cinqüenta por cento. Continua telefonando para nós e começa a encaminhar os fatos, a ver o outro lado da moeda.

16.1 QUER DIZER QUE A RESPOSTA A ESSAS PALESTRAS É QUASE IMEDIATA?

R. Principalmente da PM, começa a ter respostas do Batalhão ao ofício que você manda. É aquela coisa: "Ah, a polícia é isso, a polícia é hermética!", não! Basta você saber chegar e situar. (...) é claro, se eu fosse levar a Moli, com uma saínha aqui em cima, com um biquinizinho e com os peitos de fora, eles não teriam esse respeito. (...) a polícia também está melhorando muito o nível sócio-econômico deles e o nível de informação também. Hoje, grande parte deles que está estudando Direito ou Psicologia, já não é mais aquela coisa que leva no tranco e mal sabe escrever o nome. É comum um policial ligar para nós dizendo que deu entrada naquela delegacia, um fato que ele acha que tem haver com a homofobia.

DISCUSSÃO: capacitações para as polícias com o uso de estratégias de ensino informatizadas e distribuição de cartilhas; a Coordenação avalia que o retorno é positivo e imediato. Nesse âmbito, muitos capacitados reconhecem que tinham comportamentos discriminatórios e não o sabiam. Parte do retorno imediato se deve à melhoria do quadro sócio-econômico da polícia. Vale ressaltar que como produto dessas capacitações, já se consegue um retorno em forma de colaboração voluntária de elementos da própria polícia, fornecendo informações ao CR.

17. COMO VOCÊ AVALIA A EFICÁCIA DAS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DO CR COM A POPULAÇÃO-ALVO?

R. A eficácia é, principalmente essa divulgação nos lugares, como a Central do Brasil, nos banheiros dos municípios, que não são guetos, é que têm, primeiro, a interação da outra parte da sociedade com a população homossexual. (...), quando você envolve as pessoas, de uma forma com que elas se sentem atuando, elas estão valorizando isso e vão começar a te dar retorno. Quando a gente mantém o nível (de informação) da nossa população homossexual que anda de trem, com marmita e que não vai para boates e não está em grupos, nem a mídia consegue derrubar. Temos um grupo de travestis dentro de um presídio no Rio de Janeiro formando um grupo organizado, a gente dá suporte, (...). O diretor desse presídio nos busca a todo o momento para estar direcionando, inclusive, a atitude dele em relação a esse grupo organizado. A mídia quando resolve ser perversa mostra só o lado negativo da coisa. O CR não existiria com a força, com o pique, com o retorno que se dá à população em geral, se não fosse um trabalho em conjunto.

DISCUSSÃO: a Coordenação avalia como eficaz, em primeiro lugar, a comunicação com o público-alvo de baixa renda, não organizado. Em segundo lugar, vem a comunicação com a população em geral. A Coordenação faz uma crítica à mídia pela preferência em divulgar uma imagem negativa do público GLBTS.

18. COMO VOCÊ AVALIA A EFICÁCIA DAS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DO CR COM A POPULAÇÃO EM GERAL?

R.

DISCUSSÃO: resposta contemplada na anterior.

19. DENTRE A POPULAÇÃO GLTTB, QUAL A SECÇÃO (GAY, LÉSBIA, TRAVESTI, TRANSGÊNERO) QUE MELHOR RESPONDE AOS SERVIÇOS DO CR?

R. (...) as travestis elas acabam criando laços. O gay, ele procura por que precisou. E as lésbicas, há pouco tempo (...), começaram a nos procurar.

DISCUSSÃO: as travestis melhor respondem aos serviços do CR, inclusive estabelecendo laços sociais com o mesmo; os homossexuais parecem ter uma relação mais utilitária com o CR; as lésbicas só recentemente começaram a procurar o Centro; os transexuais e demais transgêneros não foram mencionados, salvo se a entrevistada considera como travestis, os transexuais e demais transgêneros.

20. COMO VOCÊ AVALIA A COMUNICAÇÃO DO CR DAQUI DO RIO DE JANEIRO COM OS OUTROS CR DO BRASIL OU COM OUTROS SERVIÇOS E PROGRAMAS SEMELHANTES?

R. (...) a gente brinca, que os outros CR ou disques, são os filhotes da agente. (...) a gente tem muito carinho. Distribuímos para quem quer que tenha solicitado, tudo o que a gente fez, os relatórios, projeto, as fichas, quando a gente muda alguma coisa, a gente avisa.

DISCUSSÃO: a comunicação não é oficial, contudo, existe uma disponibilidade para tanto; o CR e a Coordenação se colocam na posição de pioneiros e precursores dos demais CR e DDH. Existe uma disposição afetiva em relação aos Centros emergentes que deve ser mencionada.

21. COMO VOCÊ AVALIA O NÍVEL DE CONHECIMENTO DO PÚBLICO HOMOSSEXUAL E GLTTB, LOCAL, SOBRE A EXISTÊNCIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO CR?

R. (...), a maioria das pessoas sabe que existe um lugar para elas ligarem e reclamarem.

Se você pegar alguém de movimento organizado, eles vão dizer: “É, tem? Ah, ainda funciona?” Quando você pega alguém que não é de grupo organizado, eles têm o prazer de estar informando ao outro.

DISCUSSÃO: a Coordenação avalia que o público homossexual e GLBTS local conhecem o CR. Identificamos, na percepção da Coordenadora, uma certa desarmonia entre o Movimento Homossexual e os homossexuais não articulados, na divulgação dos serviços prestados pelo CR. O MH não reconheceria tanto o CR quanto o público GLBTS não organizado.

22. COMO VOCÊ AVALIA O ALCANCE DA *INTERNET* PELA POPULAÇÃO-ALVO E A CRIAÇÃO DE UM *SITE*?

R. Não é prioritário, mas a grande necessidade de ter um portal é ter, nas pessoas que fazem parte das listas de discussão, nos grupos, que estão sempre visitando os *sites*, (...) sempre alguma coisa sobre CR. Acredito que seja essencial (a manutenção de informações, sobre o CR, nas listas de discussão e grupos), não para a população que não tem acesso, mas quem tem vai trocando as figurinhas, quanto para aqueles que não vivem sem internet. Não pode ser apenas governamental, senão engessa o trabalho. Uma das propostas da Central da Cidadania é a criação de uma revista eletrônica, com todos os centros de referência (...).

DISCUSSÃO: baseada em sua experiência, a Coordenação do CR não considera prioritária a criação de um *site* específico, porém, considera importante a divulgação de ações e serviços do CR em listas de discussão e grupos ligados ao assunto, principalmente para aqueles que têm acesso à rede, pois estes disseminam as informações para os que não têm.

23. AGORA, FALANDO UM POUCO SOBRE O PÚBLICO-ALVO DO CR, QUAL O PÚBLICO QUE O CR QUER ALCANÇAR COM O TRABALHO?

R. O público-alvo é a população de gays, lésbicas e travestis que não estejam dentro dos parâmetros de "organizados", "guetizados", não vão para as boates, não têm acesso à mídia, andam de trem, que usam marmitas e dão "Graças a Deus" porque têm um emprego, que não tem documento, por que não sabe como tirar (população de baixa renda e não se socializam).

DISCUSSÃO: o público-alvo do CR é a população de trabalhadores *gays*, lésbicas e travestis, de baixa renda, não envolvida com movimentos e organizações e com dificuldade de acesso à cidadania plena.

24. EM SE TRATANDO DE NÚMEROS DE ATENDIMENTOS FEITOS PELO CR, QUAL A SUA AVALIAÇÃO QUANTO A ISSO. ESSE NÚMERO PODERIA SER DIFERENTE, MAIOR, MENOR?

R. Ele poderia ser maior, porque a homofobia está comendo solta. A gente precisava ter mais divulgação, divulgar também os resultados: de 1999 a 2001, tínhamos feito um número básico de quinhentos e poucos atendimentos. De 2001, para cá, já passamos dos dois mil atendimentos. A mídia podia colaborar muito mais, para se ter mais divulgação.

DISCUSSÃO: a entrevistada admite que o número de atendimentos poderia ser maior que o atual e atribui essa deficiência a uma divulgação tímida que poderia ser maior e mais intensa. Dá ênfase positiva à divulgação dos resultados que praticamente dobraram nos últimos cinco anos.

25. EM RELAÇÃO ÀS IDENTIDADES DAS TRAVESTIS, VOCÊ PODERIA FALAR UM POUCO SOBRE ISSO?

R. Essa idéia não foi do nosso CR, foi de Giovana Baby, que era líder da ASTRAL, o primeiro grupo a sacudir as travestis e mostrar seus direitos e deveres, de onde saiu o Encontro Nacional de Travestis, que acontece todo o ano. A polícia queria que Giovana passasse o cadastro de todas as travestis. Giovana era muito realista, ela fez pista e sabia que não tinha como. Além de a polícia atrapalhar, temos muitas travestis que não têm nenhuma documentação. Ou por que a polícia tomou ou por que perdeu ou por que não interessa – "você é uma mulher e vão te chamando de "João" ou "José". Quando Giovana saiu do movimento, isso ficou pendente e assim que eu peguei a coordenação do disque, e a gente partiu para o CR, a minha primeira preocupação foi essa, eu sabia da necessidade delas, mas aqui no Rio, a gente caiu no mesmo problema. Só teria a parceria do governo se eu passasse os cadastros para a Segurança Pública. E como no

serviço (CR) ninguém pode trabalhar vinte e quatro horas, isso era uma das alegações da polícia, como buscar informações de pessoa que tenha identificação. Demos um tempo e falei com o Cris, leva e faz em Campinas que é menor, agita, vamos ver. Mato Grosso do Sul, também tentando implementar, bateu de frente com as polícias.

Agora que a gente foi institucionalizada, a primeira etapa o ano que vem, com certeza é a implementação da carteirinha.

DISCUSSÃO: a Coordenadora faz um pequeno histórico do surgimento da proposta da Carteirinha de Travesti atribuindo a idéia à travesti Giovana Baby – líder do extinto movimento ASTRAL. Dentre os impasses para a criação e implantação da carteirinha, esbarrou-se em dois problemas, primeiro, a exigência da polícia de que fosse repassado o cadastro das travestis o que, por questões de respeito ao sigilo, não foi feito e, segundo, que muitas travestis não tinham nenhuma documentação civil.

Quando a entrevistada assumiu a Coordenação do CR, ciente da importância prática da carteirinha, preocupou-se em viabilizar a idéia e mais uma vez foi impedida pelos mesmos motivos. Assim, sugeriu a outros CR – Campinas e Mato Grosso do Sul – que tentassem a implantação, mas que também se viram envolvidos com os mesmos problemas.

A Coordenação do CR espera que, com a institucionalização, a implantação da Carteirinha seja possível a partir do ano de 2006.

26. QUANTO ÀS EMPRESAS EM GERAL, EXISTE ALGUM TIPO DE TRABALHO VOLTADO PARA ELAS CONTRA A DISCRIMINAÇÃO?

R. As empresas, só se preocupam quando tem alguma denúncia em relação a elas. Aí elas solicitam, elas chamam, elas atendem, elas pegam os materiais. Depois param, não tem jeito. Por outro lado, tem uma empresa, que é a mesma que lançou tudo em relação à Fundação Banco do Brasil, está fazendo tudo para a gente lançar em relação ao homossexual. O estorno disso, vai ser a doação de cinco por cento do movimento bruto da empresa para a criação. Eles gostaram muito desse nosso, dando todo o suporte para estar se montando e trabalhando uma casa de convivência. Na verdade a gente vai

querer primeiro contemplar os CR que estiverem funcionando. Por exemplo, um jovem que está na rua e que não se assumiu e a família descobriu ou descobriram na escola, ele não tem esporte ou a pessoa mais velha, vai comer um dia num restaurante de um real, passar uma noite num hotel de um real e depois? Foi pensando na continuidade desse trabalho é que a gente está dando esse passo.

DISCUSSÃO: segundo a entrevistada, de um modo geral, as empresas só buscam os serviços do CR quando estão envolvidas em algum tipo de denúncia e quando solucionam o problema, param de procurar. Mesmo assim, diz existir uma empresa disposta a fazer o mesmo trabalho feito junto à Fundação Banco do Brasil, direcionado para a população GLBTS. Esta empresa se dispõe a construir e manter casas de convivência, que poderão ser montadas, prioritariamente, em outros CR que estejam funcionando. Nestas casas serão promovidos serviços contínuos de estadia e alimentação.

27. AGORA FALANDO UM POUCO DE QUEM CUIDA, EXISTE ALGUMA PROPOSTA VOLTADA PARA QUEM CUIDA?

R. Temos o atendimento psicológico e um trabalho em grupo, uma dinâmica em grupo com a equipe de quinze em quinze dias. E é contar com a nossa sensibilidade mesmo. Quando tem alguém passando mal, a gente manda para casa. Não tem direito a férias, quando a situação está sob controle, dá para dar um dia para cada um tratar de sua vida pessoal. Tem dias em que você trabalha até meia noite, tem dias que você atende telefone na sua casa e já parte para a denúncia, para o encaminhamento e acompanhamento.

DISCUSSÃO: o atendimento psicológico do CR e a dinâmica quinzenal, em grupo, são disponibilizados para toda a equipe. Embora o trabalho no Centro seja remunerado por meio de bolsa-auxílio, este não oferece férias, mas sempre que necessário é possível oferecer um dia ou outro para cada um resolver problemas de ordem pessoal.

2. CENTRO DE REFERÊNCIA GLTTB DE CAMPINAS (SP).

2.1. HISTÓRICO

O Movimento Homossexual Campineiro, há tempos, vinha reivindicando um serviço público no qual houvesse o acolhimento de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais, bem como encaminhamento de demandas próprias, trabalhando na construção de tratamento inclusivo junto aos órgãos municipais e, também, na proposição de políticas públicas específicas e necessárias a essa população.

Com a posse da administração de Janeiro de 2001, canais de participação popular foram abertos e, com a inclusão do segmento GLBTS na Assembléia Temática da Cidadania do Orçamento Participativo, tal segmento social ganhou um espaço de diálogo e acolhimento de suas demandas e prioridades.

Pela primeira vez na história do Brasil, o poder público acatou a reivindicação de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais e estruturou um serviço com o objetivo de lhes prestar assistência social, psicológica e jurídica; além de – principalmente – colher demandas e propor políticas públicas inclusivas de interesse desse segmento.

Assim, em 2002, foi aprovado, dentro do Orçamento Participativo e em 31 de julho de 2003 inaugurou-se o primeiro Centro de Referência GLTTB (gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais) do país, ficando subordinado à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos e Cidadania de Campinas.

Desde sua inauguração, o Centro de Referência GLTTB tem-se pautado como um serviço público diferenciado, visto buscar eliminar a burocracia inerente a qualquer órgão de atendimento ao público. Assumir e manter essa posição "desburocratizante" foi importante para que o CR se consolidasse como um aparelho público cuja meta era incluir *gays*, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais nas mais diversas esferas sociais, pois ao facilitar o acesso promoveu a inclusão.

Após sua inauguração, o CR incorporou-se às discussões decorrentes dos projetos do segmento GLBTS aprovados no Orçamento Participativo de 2002/2003.

Dessa forma, em parceria com o Movimento Homossexual de Campinas, vem acompanhando, nas Secretarias Municipais envolvidas no processo, a implementação desses projetos.

O CR, nos primeiros anos de existência, tem dado seus primeiros passos na construção de uma nova realidade social no que se refere ao exercício, por gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais, da cidadania plena, e associado com a Sociedade Civil e o Serviço Público, vem contribuindo para uma mudança de paradigma social para o qual o público GLBTS, cidadania e estado eram conceitos quase "insociáveis". Avaliamos, então, o Centro de Referência GLTTB como representante de uma das mais importantes conquistas do movimento GLBTS brasileiro.

2.2. SERVIÇOS

O CENTRO DE REFERÊNCIA GLTTB de Campinas (SP) mantém os seguintes serviços:

a) ASSISTÊNCIA SOCIAL: o atendimento social do CR tem voltado sua ação para o cidadão com diferentes orientações sexuais com o objetivo de minimizar a discriminação e buscar sua inclusão social. Também vem desenvolvendo ações nos projetos do Orçamento Participativo em conjunto com o Movimento Homossexual de Campinas, como Redução de Danos pelo Uso Indiscriminado de Silicone Líquido e Hormonoterapia e capacitação dos profissionais dos abrigos para crianças e adolescentes para lidar com a temática da diversidade sexual, além do projeto de Geração de Trabalho e Renda para Travestis, Transexuais, Lésbicas, Gays e Bissexuais. Entre os atendimentos, tiveram, ainda, visitas à pacientes GLBTS internados em Hospitais do Município, encaminhamento para tratamento de desintoxicação por uso de substâncias psicoativas, e atendimentos individuais relacionados à conflitos familiares. Vale ressaltar que um dos princípios do serviço social tem sido desenvolver no indivíduo o censo de cidadania, provando-lhe que todo e qualquer cidadão merece respeito e consideração, tanto dos órgãos públicos quanto da sociedade civil.

b) ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA: No primeiro ano de atividade, buscou-se dar início e/ou prosseguimento aos projetos do Orçamento Participativo, junto com o Movimento Homossexual de Campinas, além de buscar novas parcerias. Foram realizados, também atendimentos individuais emergenciais. Segue a especificação das atividades:

- Projeto de Capacitação dos Professores da Rede Municipal de Ensino.
- Capacitação nas escolas para professores dentro do Programa de Orientação Sexual, em parceria com o Movimento Homossexual de Campinas.
- Coordenação de uma oficina para adolescentes sobre "Diversidade Sexual" na Fundação Orsa.
- Participação nas reuniões do Programa de Redução de Danos para Usuários de Silicone Líquido e Hormonoterapia e também nas oficinas com as travestis realizadas no Centro de Referência.
- Atendimentos individuais, acolhimento e orientação a pessoas que procuraram o serviço para apoio psicológico. Foram feitos os devidos encaminhamentos para profissionais adequados à demanda. A principal queixa foi de dificuldades no relacionamento familiar, não só em relação à orientação sexual, mas com relação à dificuldade na convivência. A maior demanda para assistência psicológica foi de lésbicas.
- Contatos com Hospital Psiquiátrico Cândido Ferreira para elaboração de oficinas de capacitação aos profissionais e oficinas de discussão do tema Diversidade Sexual com os usuários.
- Participação nas reuniões de planejamento do projeto de Capacitação da Guarda Municipal de Campinas.
- Participação em reuniões do Programa de Capacitação dos profissionais das casas abrigos.
- Participação em reuniões do projeto de Geração de Trabalho e Renda para Travestis, Transexuais, Lésbicas, Gays e Bissexuais.

c) ASSISTÊNCIA JURÍDICA: o CR, por meio de sua assistência jurídica, orientou-se pela consideração da dicotomia entre o sistema jurídico vigente (pouco contemplativo dos interesses sociais de cidadãos homossexuais) e a necessária introdução neste

sistema de um arcabouço normativo que proteja e garanta os mesmos direitos para todos, independentemente de sua orientação sexual. Acreditou-se que a adaptação das normas existentes não é suficiente e vem se trabalhando pelas alterações necessárias. Com esse referencial, a orientação acerca dos direitos dos usuários e usuárias do serviço, não obstante decorrer de adaptações da norma vigente, mantém essa consciência crítica quanto às noções e aos modos de raciocínio jurídico. Durante o primeiro ano de funcionamento, a Assistência Jurídica do CR serviu como fonte de informação e esclarecimento quanto a direitos garantidos a população de *gays*, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais. Diferentemente do Disque Defesa Homossexual, que tem tido por objetivo principal o recolhimento e encaminhamento de denúncias de efetivos atos discriminatórios, à assistência jurídica do CR coube o trabalho de informação aos usuários do serviço quanto a seus direitos e, quando necessário, o encaminhamento aos serviços de atendimento jurídico gratuito da Procuradoria Geral do Estado. As principais dúvidas atendidas referem-se a direitos decorrentes de relacionamentos estáveis e discriminação. Assim, pode-se citar: direito à pensão em caso de falecimento do companheiro ou companheira, guarda de filhos, inclusão do companheiro ou da companheira como dependente em plano de saúde e divisão de bens após o término da união estável, bem como procedimentos judiciais cabíveis em caso de discriminação em local de trabalho, problemas familiares, questões de sucessão de bens (herança), dentre outras.

d) DISQUE DEFESA HOMOSSEXUAL: com a posse da administração de janeiro de 2001, canais de participação popular foram abertos e, com a inclusão do segmento homossexual na Assembléia Temática da Cidadania do Orçamento Participativo, tal população ganhou um espaço de diálogo permanente para acolhimento de suas demandas e prioridades. No primeiro ano de Orçamento Participativo (OP), foram aprovadas duas prioridades: a criação do Disque Defesa Homossexual e um processo de capacitação da Guarda Municipal. O DDH foi lançado em 10 de dezembro de 2002, Dia Internacional dos Direitos Humanos, sediado na Secretaria Municipal de Cooperação para Assuntos de Segurança Pública, contando com Assessoria Jurídica e Coordenação, funcionando 24 horas por dia através do telefone 0800-771-8765. A partir do ano de

2002, com a aprovação, também no OP, do projeto de criação do Centro de Referência GLTTB, subordinado a Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos e Cidadania, convencionou-se que o DDH estaria sediado neste serviço, por serem complementares. Com a inauguração, em 31 de julho de 2003, do CR, o DDH passou, então, a integrar a estrutura deste serviço que tem como objetivo prestar assistência social, psicológica e jurídica a *gays*, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais, além de, principalmente, propor políticas públicas inclusivas de interesse desse segmento. Com mais de dois anos de existência, o DDH tem procurado receber as denúncias de discriminações sofridas, abrindo possíveis caminhos para a punição de tais atos.

e) CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO PARA AS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: a idéia de implantar uma carteira de identificação para travestis, que contenha, além de outros dados, seu nome feminino, ou seja, aquele escolhido por ela, surgiu da tentativa de fornecer a essa população, já tão marginalizada, o desenvolvimento da consciência em relação aos direitos e deveres, bem como na confiança no potencial de transformação de cada um. Os idealizadores entenderam que este "documento", para uma travesti, significava estar na vida e no mundo, sentindo-se parte integral do gênero humano, peça singular na história, participante ativo no esforço de transformação de sua realidade social. A criação de tal identificação tem significado um maior contato com as travestis, o que tem auxiliado na resolução de parte dos problemas existentes, como embates policiais e conflitos com moradores do município de Campinas.

f) PROJETOS DO OP - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO - REALIZADOS EM PARCERIA COM O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL DE CAMPINAS:

- Geração de Trabalho e Renda para Travestis, Transexuais, Lésbicas, *Gays* e Bissexuais.
- Campanha Anual de Afirmação da Cidadania de *Gays*, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais do Município de Campinas.
- Capacitação dos Profissionais da Área de Saúde para a Atenção à Saúde de *Gays*, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais.

- Protocolo PAIDÉIA para redução de danos no uso de silicone industrial e hormonoterapia na população de travestis e transexuais do Município de Campinas.
- Capacitação e Formação dos Profissionais de Educação para Atuação com a Temática da Homossexualidade/Diversidade Sexual no Programa de Orientação Sexual.
- Capacitação dos Trabalhadores nas Casas Abrigos.
- Comunidades Terapêuticas: APOT; INSTITUTO SOUSA NOVAES; CRISTO TE AMA**.**

g) PROGRAMA EMPRESA E O RESPEITO À DIVERSIDADE SEXUAL: o Programa Empresa e o Respeito à Diversidade Sexual reconheceu o diferencial de algumas empresas que respeitam a orientação sexual de seus colaboradores e, através da concessão do selo "Nós Respeitamos a Diversidade Sexual", tal reconhecimento tem sido concretizado. Foi constatado que algumas organizações empresariais, por iniciativa própria, estão tratando seus funcionários homossexuais, e os que fazem parte da chamada comunidade GLBTS, de forma mais honrosa e com isso vêm contribuindo para o combate ao preconceito, valorizando a cidadania e o direito civil e investindo no bem-estar desse colaborador, dando credibilidade a sua capacidade profissional.

2.3. IMPRESSÕES DA VISITA

ESPAÇO FÍSICO – o CR funciona em uma casa, num bairro residencial de classe média, no centro da cidade de Campinas. Não existe nenhuma identificação externa que confirme a presença do CR, o que garante uma certa invisibilidade do mesmo. Esta "invisibilidade" levanta dois aspectos, um, positivo, a promoção de um cuidado com o público-alvo; outro aspecto negativo, a dificuldade de reconhecimento do local pelos usuários, além disso, esta invisibilidade vai ao encontro de antigos preconceitos que dizem que esta comunidade deva se manter oculta ou invisível.
O CR conta com uma recepção ao público, uma secretária; uma sala da Coordenação, onde estão baseados o Coordenador, a Psicóloga, a Assistente Social e a Advogada;

duas salas de atendimento psicológico e jurídico; o CR conta, ainda, com banheiros, uma copa e os serviços de uma copeira.

O local é alugado pela Prefeitura e estava com contrato vencido. A coordenação do CR estava à procura de um novo local para uma mudança, prevista para breve. O fato de o CR estar localizado em uma casa, fora de um prédio público, pode gerar problemas de segurança para o CR, que não possui nenhum esquema de segurança ou proteção específico. O fato de um serviço como este estar localizado em um prédio público, além da proteção sugere respeitabilidade e credibilidade para este serviço.

Assim, a sede própria é importante, mesmo que seja dentro de um serviço público, pois evita constrangimentos, tais como a quebra ou vencimento de contrato, como é o caso do referido CR.

O CR possui infra-estrutura adequada (mobiliário, material de escritório, computadores, telefones, fax etc.). O CR conta com os serviços de transporte (automóvel e motorista), que devem ser previamente agendados na Secretaria. Vale lembrar que toda esta infra-estrutura vem da Secretaria a qual o CR está subordinado.

RECURSOS HUMANOS – o pessoal do CR é composto por um Coordenador, com formação em Direito; uma Psicologia; uma Assistente Social; uma Advogada; uma Secretária e uma Copeira.

O Coordenador e a Advogada são contratados pela Secretaria e exercem cargos de confiança. A Assistente Social, a Psicóloga, a Secretária e a Copeira são funcionários públicos do Município alocadas no CR. Por fim, não foram observadas e relatadas as presenças de estagiários e bolsistas.

ROTINA DE ATENDIMENTO – o CR funciona de segunda a sexta-feira, das oito às dezoito horas, os atendimentos psicológicos, sociais e jurídicos, podem ser feitos pontualmente ou previamente agendados. As oficinas, os cursos e as palestras não são realizados na sede do CR, mas nos locais onde os mesmos são solicitados ou agendados, por limitação de espaço do próprio CR e pela estratégia de alcance da população.

O Disque Denúncia Homossexual – DDH, funciona na sede do CR. Durante a visita, foram observadas diversas ligações telefônicas oriundas da Secretaria, a qual o CR está subordinado, aparentemente ligadas às questões administrativas. Contudo, não foi

observada nenhuma ligação para o DDH. Da mesma forma, não foi observada nenhuma visita de usuários ao CR. Outrossim, nenhuma atividade fora da sede, tais como, palestras, cursos e oficinas, não estavam sendo ministradas pelo CR.

Durante a visita, a Psicóloga estava participando de um evento externo ao CR, o que está previsto como atividades de rotina do CR.

RECEPTIVIDADE DA EQUIPE À PESQUISA E À VISITA – todos os envolvidos na rotina diária do CR se mostraram receptivos para a visita, disponibilizando as informações necessárias para a mesma e para a entrevista. Vale lembrar, que a entrevista foi feita de forma coletiva, ou seja, com a participação de toda a equipe, com exceção da Psicóloga, que participou parcialmente da mesma, devido ao compromisso externo relatado acima.

2.4. ANÁLISE DA ENTREVISTA

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

SUBLINHADO: ZONAS DE SENTIDO QUE EMERGIRAM A PARTIR DA LEITURA DA ENTREVISTA

CAMPINAS – SP

CENTRO DE REFERÊNCIA GLBTT

ENTREVISTADOS: PAULO REIS – COORDENADOR
CRISTIANE SIMÕES - ADVOGADA
VALDIRENE DOS SANTOS – ASSISTENTE SOCIAL
BÁRBARA – PSICÓLOGA

01. JURIDICAMENTE, O QUE É O CR?

R. O Centro de Referência GLBTT é um serviço público da Secretaria de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social da Prefeitura Municipal de Campinas.

DISCUSSÃO: o CR é um serviço público da Secretaria de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social da Prefeitura Municipal de Campinas.

02. COMO SE DEU O PROCESSO DE CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO CR?

R. O Centro de Referência GLBTT foi um Projeto elaborado pelo Movimento Homossexual de Campinas, levado para as Assembléias do Orçamento Participativo, aprovado e inaugurado em 31/07/2003.

A estrutura do Centro de Referência GLBTT conta com uma Coordenação Administrativa e com atendimentos na área Jurídica, Psicológica e Social.

2.1. QUANTO A ESSA ESTRUTURA, É CONTRATADA PELO CR OU FAZ PARTE DA SECRETARIA. QUEM CONTRATA ESSE PESSOAL?

Tudo é da Secretaria, eu (Paulo) e a Cris (Cristiane) temos cargos comissionados de Advogados; todos os recursos vêm da Prefeitura, os recursos financeiros.

DISCUSSÃO: o CR emergiu do Movimento Homossexual de Campinas para as Assembléias do Orçamento Participativo, aprovado e inaugurado em 31/07/03. Sua estrutura é formada por uma Coordenação Administrativa e atendimentos Jurídicos, Psicológicos e Sociais, fornecidos por profissionais destas áreas. Todos os recursos, financeiros e humanos, são oriundos da Prefeitura Municipal, a exceção do Coordenador (Paulo) e da Advogada (Cristiane) que ocupam cargos comissionados de Advogado.

3. QUAIS OS ATORES INSTITUCIONAIS ENVOLVIDOS NA CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO CR?DA ESTRUTURA DO CR?

R. O Movimento Homossexual de Campinas (os grupos organizados da cidade) e a Prefeitura Municipal.

3.1. ESSA VINCULAÇÃO AO PODER PÚBLICO FOI UMA ESTRATÉGIA DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL?

R. O Centro de Referência só se viabilizaria através do Poder Público; o Movimento Homossexual não teria a capacidade financeira de manter um Centro de Referência; além disso, para abranger um número máximo de pessoas foi necessária essa vinculação ao Poder Público, pois o alcance populacional que a Prefeitura tem, o Movimento Homossexual não tem.

DISCUSSÃO: os atores institucionais envolvidos na criação do CR foram o Movimento Homossexual de Campinas e a Prefeitura da cidade. A vinculação político-orçamentária do CR com o Poder Público se deve à impossibilidade de manutenção do próprio CR, exclusivamente, pelo Movimento Homossexual. Além disso, tal vinculação possibilita a abrangência de um maior número de pessoas. Outrossim, a criação do CR atende a demandas políticas do Movimento Homossexual e do público GLBTS.

4. QUAL A INFLUÊNCIA DESTES ATORES INSTITUCIONAIS NO DELINEAMENTO INICIAL DOS REFERIDOS PROGRAMAS?

R. O Movimento Homossexual é o maior protagonista do Centro de Referência no seu momento inicial; propôs o Projeto; e todos os serviços deste são idéias do Movimento Homossexual aprovados no Orçamento Participativo; esse protagonismo passou a ser do Centro de Referência como mantenedor e executor desses projetos; a Prefeitura Municipal tem o papel de acolher e desenvolver esses projetos; hoje o Centro de Referência tem uma gama de Projetos e procedimentos que ultrapassam o Movimento Homossexual.

DISCUSSÃO: no momento inicial, o Movimento Homossexual ofereceu maior influência, propondo o projeto e os serviços para o CR e a Prefeitura Municipal acolheu, desenvolveu e aprovou tais projetos e serviços no Orçamento Participativo.

5. QUAL O NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO E/OU PERMANÊNCIA DESTES ATORES INICIAIS NA ESTRUTURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROPOSTAS ATUAIS?

R. A relação do Centro de Referência com o Movimento Homossexual da cidade é tensa; num primeiro momento houve uma confusão de entendimento do que seria o Centro de Referência. O Movimento Homossexual entendeu que, por ter participado do momento de criação do Centro de Referência, seria o patrão. Assim, o posicionamento inicialmente do Movimento Homossexual em relação ao Centro de Referência era o de cobrança.

Hoje, com dificuldades de negociação, em alguns momentos consegue-se estabelecer algumas parcerias e em outros, cada um assume determinada posição; o que é serviço público e o que é Movimento Homossexual está mais claro tanto para os técnicos e coordenação do Centro de Referência, quanto para o Movimento Homossexual.

O Centro de Referência tem levado a discussão da homossexualidade e das demandas institucionais para outras Secretarias, outros órgãos do governo; tem encontrado acolhimento em algumas Secretarias, mas tem problemas de efetivação das propostas elaboradas, dos projetos; isso se deve à homofobia e ao fato do cidadão, do sujeito homossexual ser um sujeito político novo e às vezes totalmente desconhecido, que está sendo colocado para as políticas públicas.

O Centro de Referência precisa, num primeiro momento, levar este sujeito, fazê-lo conhecido no serviço, nos gerenciadores e torná-lo passível como cidadão; o Centro de Referência está nessa fase: de chegar na Secretaria de Saúde e dizer que esta população tem problemas de saúde específicos e que se tem que ter um olhar para isso. Quanto a isso o Centro de Referência tem o Protocolo do Projeto de Redução de Danos de Uso de Silicone; tem buscado capacitar os profissionais da Prefeitura para o acolhimento e atendimento dessa população; tem projetos com a Secretaria de Segurança; tem com a Secretaria de Educação. Tem momentos que a coisa flui legal, tem outros momentos em que dá uma parada.

É um aprendizado pela equipe do Centro de Referência. O Centro de Referência tem aprendido muito a lidar com essa estrutura, com os entraves. Tem horas que bate de frente, tem outras horas em contorna, tenta comer pelas bordas.

5.1. VOCÊ FALOU QUE ENCONTROU ALGUNS PROBLEMAS ESPECÍFICOS COM A SECRETARIA DE SEGURANÇA. DIZEM RESPEITO A QUÊ, ESSES PROBLEMAS. VOCÊ PODERIA FALAR UM POUCO MAIS SOBRE ISSO?

R. Junto com a criação do Centro de Referência houve a criação do Disque Denúncia Homossexual - DDH que foi locado na Secretaria de Segurança, mas houve problemas e não se conseguiu o projeto. Não se conseguiu capacitar o pessoal que ia trabalhar no atendimento telefônico. A interlocução com os gestores da Secretaria foi bastante tensa inicialmente e o Centro de Referência foi bastante desqualificado durante o processo; desqualificação do serviço e da população. O projeto de capacitação da Guarda

Municipal para atendimento mais humanizado dessa população, o Centro de Referência não conseguiu implantar. E diversos projetos têm problemas com a Secretaria de Segurança.

5.2. ENTÃO ESSES PROBLEMAS PERMANECEM ATÉ HOJE, DESDE A IMPLANTAÇÃO DO DDH?

R. O Centro de Referência conseguiu capacitar uns poucos agentes de segurança, mas o número é irrisório, tem seiscentos e poucos agentes e o Centro de Referência capacitou trinta e dois, não é nem dez por cento.

5.3. ESSAS TRINTA E DUAS CAPACITAÇÕES SE DEVEM A UMA CHAMADA VOLUNTÁRIA, QUE NÃO ENVOLVE CURRÍCULO, NADA DISSO?

R. É voluntário, os guardas que quisessem iam, isso conta como currículo, mas não tem tanto peso quanto as atividades obrigatórias, a academia coloca como optativo, além disso a carga horária é baixa, então conta muito pouco.

O curso do Centro de Referência pode ser ampliado para um dia, dois dias, enfim, com a carga horária alta ou ser reduzido para uma hora, o Centro de Referência consegue fazer isso, se for o caso. A Guarda deu quatro horas, mas é pouco para a extensão da discussão.

5.4. QUEM SÃO ESSES TRINTA E DOIS CAPACITADOS, SÃO GUARDAS MUNICIPAIS QUE ESTÃO NA RUA?

R. Foram trinta e dois guardas, mas três apenas eram de ronda, de atendimento na rua e da ronda escolar, o restante deles era todos do serviço administrativo, serviços internos; não se cumpriu o objetivo dessa capacitação.

DISCUSSÃO: devido a uma confusão inicial em torno do conceito e hierarquização do CR, hoje, a relação com o Movimento Homossexual é tensa. Isto acaba dificultando a aprovação de determinadas propostas, além de estabelecer uma separação bem marcada entre o que é Serviço Público e o que é Movimento Homossexual.

O CR articula e busca acolhimento em outras Secretarias e Órgãos Públicos, a discussão em torno da homossexualidade e suas demandas. Contudo, encontra problemas e barreiras devidas à homofobia e à novidade que o cidadão homossexual representa para as políticas públicas.

Segundo o Coordenador, é função primeira do CR apresentar esse cidadão homossexual, fazê-lo conhecido no serviço e mostrá-lo como cidadão. Tem, também, a função de informar que essa população tem problemas específicos de saúde. O CR busca, para tanto, elaborar e implantar projetos de capacitação de profissionais da Prefeitura para o acolhimento e atendimento específicos.

Segundo o Coordenador, na criação do CR e do DDH, na Secretaria de Segurança, enfrentou-se problemas com a capacitação do pessoal para trabalhar no atendimento telefônico. O CR e a população homossexual foi bastante desqualificado na fase inicial e durante o processo. Alguns projetos não conseguiram aprovação e implantação devido a problemas impostos pela Secretaria de Segurança.

Como exemplo, o Coordenador cita o projeto de capacitação dos agentes de segurança visando proporcionar um atendimento mais humanizado para a população homossexual, que do contingente de, aproximadamente, seiscentos agentes, o CR conseguiu capacitar apenas trinta e dois agentes. Justifica que a chamada para essas capacitações é na ordem do voluntário, com carga horária baixa e, por isso, embora conte como currículo, não têm o mesmo peso das atividades obrigatórias, com carga horária maior. Embora a Guarda Municipal tenha disponibilizado apenas quatro horas para a capacitação, esta pode se estender para um dia inteiro ou mais.

Por fim, esclarece, ainda, que dos trinta e dois guardas capacitados, apenas três eram guardas de ronda em ruas ou da ronda escolar. Todo o restante fazia serviços administrativos ou internos. E, na sua avaliação a capacitação não cumpriu o seu objetivo.

6. COMO VOCÊ AVALIA, CASO SEJA O CASO, O NÍVEL DE COMPROMETIMENTO DOS DIFERENTES AGENTES PÚBLICOS DE SEGURANÇA, NA GESTÃO E NA SUSTENTABILIDADE POLÍTICA E FINANCEIRA DO CR?

R. Não tem nenhuma interferência dos órgãos públicos; nesse sentido de manutenção e sustentação do Centro, mas o mesmo está vinculado à outra Secretaria.

DISCUSSÃO: embora o Coordenador afirme que o CR não sofre nenhuma interferência de manutenção e sustentação dos órgãos públicos, o mesmo está vinculado a uma Secretaria de Governo e tem seu trabalho mantido por funcionários concursados do Governo destacados para o CR.

7. EXISTE ALGUM TRABALHO DE CAPAÇÃO DE ATORES INSTITUCIONAIS COM RELEVÂNCIA POLÍTICA PARA O CR. EM CASO AFIRMATIVO, POR FAVOR, DESCREVA ESTE TRABALHO DE CAPACITAÇÃO.

R. Todas as capacitações feitas até agora foram para atores relevantes. A equipe fez a capacitação para a Guarda Municipal, com os professores. A Educação tem um projeto de educação sexual nas escolas que capacitam professores, a equipe conseguiu incluir nas discussões a diversidade sexual, quer dizer, nenhuma discussão específica sobre a homossexualidade, mas sobre a diversidade sexual é colocar a homossexualidade como mais uma das outras maneiras das pessoas se relacionarem afetiva e sexualmente. Sobre a capacitação geral vem o pessoal da saúde e da assistência, o 156 que é um serviço telefônico de informações da prefeitura, o pessoal que faz atendimento nesse serviço, a equipe tem feito um monte de palestras e oficinas, tanto para ONG's, tanto para escolas municipais, estaduais e universidades; a equipe tem disseminado essa discussão. A equipe acredita que os homossexuais estão em todos os lugares. Qual é a atenção que se dá para isso? Principalmente no ambiente escolar, a homossexualidade dos alunos é escondida, é rebaixada, complicada e deixada de lado e causa um sofrimento muito grande nessas pessoas, que muitas vezes acaba culminando com o abandono da escola, a equipe tenta reverter esse quadro.

A equipe vai se infiltrando nas outras atividades propostas por outras Secretarias ou por outros órgãos; aconteceu semana passada um seminário de violência contra as mulheres e o Centro foi pra lá para dizer: "Olha, a mulher lésbica também sofre violência, ela também, às vezes, apanha da parceira, a violência contra a mulher não é só a da mulher que apanha do marido, ela apanha da companheira, ela apanha da parceira, do pai, do irmão...". Nessa capacitação para funcionários públicos que a equipe está fazendo, é uma capacitação continuada, a equipe percebeu que os funcionários de ponta, às vezes, eles não dão a atenção necessária e não é por homofobia, não é por preconceito, é por

não saber o que fazer, é desconhecimento mesmo, o pessoal participou bastante, e espera-se bons resultados.

DISCUSSÃO: de acordo com o Coordenador do CR, foram feitas capacitações com a Guarda Municipal e com os professores. Existe um projeto na área de Educação Sexual para capacitação de professores e aproveitando este projeto, a equipe do CR conseguiu incluir nas discussões, a diversidade sexual. Embora não seja uma discussão voltada para a homossexualidade, ela é sugerida como mais uma das possibilidades de relacionamentos afetivos e sexuais.

São feitas palestras e oficinas direcionadas para as pessoas que fazem o atendimento telefônico do serviço de saúde e assistência "156", disseminando essa discussão.

Algumas vezes a equipe se aproveita de alguma capacitação ou evento de outras Secretarias e propõe palestras ou participações. Assim, vão sugerindo melhores atendimentos em várias instâncias e Secretarias, onde, por vezes não se presta o atendimento devido à população homossexual devido ao desconhecimento de como fazê-lo e, nem sempre, por homofobia.

8. QUAIS SÃO AS GARANTIAS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS DE CONTINUIDADE DOS TRABALHOS DO CR, BEM COMO DA PERMANÊNCIA INSTITUCIONAL E POLÍTICA DO PRÓPRIO CR?

R. É difícil garantir. O Centro, ele tem um decreto do final do ano passado, justamente pensando nessas questões de mudança de Governo. A Secretaria onde a equipe estava locada, a de Serviços Jurídicos, propôs um decreto e foi publicado, justamente para dificultar o desmantelamento do Serviço, mas a equipe não tem nenhuma garantia. Tem o comprometimento da Secretaria de manter. A equipe está inserida dentro da Secretaria, mas essas coisas políticas a equipe não tem. O próximo Governo, se quiser, com uma "canetada", desmantela isso aqui, re-aloca os funcionários.

O que pode dar um pouco mais de segurança é o papel do Movimento Homossexual, o papel do Movimento Homossexual é fazer com que a Prefeitura garanta o Serviço. Quando há uma articulação, quando há uma briga do Movimento Homossexual, a coisa acontece.

Tem a capilaridade das ações do Centro. A equipe conseguiu fazer parceria com vários outros órgãos, programas, universidades. Essa rede funciona como um suporte para a continuidade do Serviço.

A própria referência, Campinas é referência nacional, é o único Centro para a população GLBTT que é um Serviço Público, é conhecido em outros lugares, algumas pessoas vêm para Campinas exatamente para saber como funciona; para a Prefeitura também isso é importante, traz um reconhecimento para o Governo.

Participar de outros espaços políticos, discussão de políticas públicas como Fórum Estadual de Profissionais do Sexo, Comitê Técnico da Diversidade, Comissões, Secretaria de Direitos Humanos, essa rede fortalece bastante. Existem muitos olhares para esses serviços, não é politicamente correto, legal, no sentido do popular, acabar, desmantelar um Serviço desses. Por maiores que sejam as dificuldades que a equipe tenha de implementar as propostas, os projetos, a equipe está disparando aí, em vários lugares, a discussão da homossexualidade e da diversidade sexual, propondo uma atenção em relação aos direitos desta população, tudo isso dificulta o desmantelamento do serviço, mas não impossibilita isso.

DISCUSSÃO: embora seja difícil garantir, existe um decreto, publicado no final do ano de 2005, proposto pela Secretaria de Serviços Jurídicos com a intenção de dificultar a extinção dos serviços do CR. Ainda assim, não existe nenhuma garantia além do comprometimento da Secretaria em manter os serviços.

Esta situação expõe o CR à vontade e disposição política de cada novo governo que pode, se quiser, re-alocar os funcionários e acabar com os serviços e com o próprio CR. Conforme dito pelo Coordenador, a pressão possível do Movimento Homossexual junto à Prefeitura pode, de certa forma evitar isso, garantindo a continuidade dos serviços. Outras formas de garantir a continuidade dos serviços definem-se por meio das parcerias feitas com outros órgãos governamentais, programas e universidades, além da visibilidade nacional que o CR dá ao Governo da cidade de Campinas, sendo o único CR para a população GLBTS do serviço público.

Uma vez estabelecido o serviço e bem articulado com serviços semelhantes, torna-se difícil para qualquer Governo propor ou impor o seu fim.

9. POR FAVOR, DESCREVA A INFRA-ESTRUTURA DO CR, CONSIDERANDO OS ASPECTOS OPERACIONAIS E DE COORDENAÇÃO DOS DIVERSOS SERVIÇOS À POPULAÇÃO.

R. A parte pronta que a equipe tem para oferecer para a população: assistência social, jurídica e psicológica. Tem uma assistente administrativa, que dá conta da burocracia e da ligação do Centro com a Secretaria. Tem a coordenação que faz o meio de campo, e que recebe toda a carga de cobrança e que procura, na medida do possível atenuar isso. Além disso, a equipe está procurando projetos, procurando fazer parcerias.

9.1. AQUI É UMA SEDE PRÓPRIA, DO CR?

R. O Centro está localizado aqui, o prédio é alugado pela Secretaria, não é da Prefeitura. Dentro dos atendimentos sociais, psicológicos e jurídicos, a equipe procura não deixar o Centro com cara de Serviço Público, de deixar as pessoas esperando, ficar jogando uma para a outra, sem dar retorno, sem saber o que fazer.

A equipe, na medida do possível, está sempre presente na sede, é uma equipe muito reduzida. Às vezes tem atividades fora, fica na sede só a Camila, que é assistente administrativa, ou só o Paulo e aí as pessoas que vêm, têm que agendar depois com a equipe, mas a equipe procura não fazer isso. Um deles, na medida do possível, está sempre na sede e a equipe acaba atendendo. A equipe discute todos os casos, a equipe sempre sabe qual é o caso de cada profissional, porque se a pessoa liga, se a pessoa vem, a equipe tem uma satisfação, um ponto de vista para passar para ela, uma informação Atendimentos, a equipe tem os mais diversos possíveis, encaminhamento hospitalar, visitas, cestas básicas, vales transporte, são atendimentos ainda importantes, principalmente dentro do Serviço Social, as pessoas vêm ainda buscar isso e é uma coisa que a equipe trabalha bem. As denúncias, os acompanhamentos às delegacias, e a própria questão da aceitação da homossexualidade.

Dentro dos atendimentos, a equipe tem uma divisão, a equipe já notou no primeiro relatório que fez, os gays, eles vêm procurar mais Atendimento Jurídico, que já buscam uma questão de Direitos; as travestis, elas vêm em busca do Serviço Social; a lésbica

vem em busca do Serviço Psicológico, da questão da aceitação. Esse quadro até está mudando um pouco, mas ainda continua bem marcado assim. Gays para a advogada, travestis para a assistente social e lésbicas para a psicóloga.

9.2. VOCÊ FALOU EM NÃO DAR UMA CARA DE SERVIÇO PÚBLICO PARA O CR. ACHO QUE VOCÊS CONSEGUIRAM ATÉ PELA ESTRUTURA. QUANDO SE CHEGA É UMA CASA, NÃO TEM UMA PLACA, NADA. FALE UM POUCO MAIS SOBRE ISSO?

R. Muita gente tem dificuldade em se assumir e ir ao Centro de Referência significa muito isso, meio que dar a cara para bater, então no Centro de Referência GLBTT de Campinas não tem placa, é uma casa comum, a pessoa pode entrar e sair sem ser vista, não há o risco de, por exemplo, de alguém vê-la entrando e comentar: "olha lá, fulano, estava lá num Centro para gays, fulano é gay, fulano é viado".

DISCUSSÃO: A equipe é formada por uma Coordenação, uma Assistência Social, Jurídica e Psicológica, uma Assistente Administrativa.

O local onde o Centro está instalado não é próprio da Prefeitura, mas alugado pela Secretaria de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social. Existe a preocupação em não dar um aspecto de serviço público ao local, promovendo atendimentos tempestivos e eficazes.

Sempre que possível, a equipe permanece na sede do CR. Porém, existem atividades externas que podem exigir a presença de uma, de duas ou de todas as pessoas da equipe. Mesmo assim, sempre permanecem a Assistente Administrativa e/ ou o Coordenador, oferecendo, caso necessário, o agendamento com o responsável pelo serviço solicitado pessoalmente ou por telefone, que se encontre ausente naquele momento.

Quanto aos atendimentos, são os mais diversificados possíveis. Vão desde atendimentos hospitalares, visitas, cestas básicas, vales transporte, denúncias, acompanhamentos às delegacias e a própria questão da aceitação da homossexualidade.

No que diz respeito à estrutura física do CR, por não expor nada que lembre um serviço público ou um CR contra a violência homossexual, por um lado facilita o acesso

daqueles que querem evitar a visibilidade, mas por outro lado, reforça a permanência do CR no anonimato e numa certa marginalidade.

10. Como se dá a estrutura hierárquica do CR, como a mesma foi definida e qual o suporte administrativo e político atual que a mantém?

R. O Prefeito, o Secretário da Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social... Nossa! Como a equipe está baixinha. Como a equipe está dentro de uma Secretaria, a equipe já faz parte dos móveis e utensílios, toda a questão orçamentária entra no bolo da Secretaria.

DISCUSSÃO: o Coordenador não responde, nesta pergunta, sobre a estrutura hierárquica do CR, contudo tal estrutura foi mencionada na questão nº 09, vale lembrar: a equipe é formada por uma Coordenação, uma Assistência Jurídica, uma Assistência Social, uma Assistência Psicológica e, por fim, uma Assistência Administrativa. Sobre o suporte administrativo e político atual, ele menciona o Prefeito e o Secretário.

11. POR FAVOR, DESCREVA AS SITUAÇÕES E FATOS JURÍDICOS (POR EXEMPLO, OS DIVERSOS CRIMES HOMOFÓBICOS) MATÉRIA DE TRABALHO DO CR.

R. A equipe tem assim uma divisão um pouco marcada das situações de discriminação. A equipe percebe a família muito presente, a discriminação da família, assim presente de várias maneiras, desde ofensas até cárcere privado, expulsa de casa, agressões. Os mais diversos tipos aí de discriminação, discriminação na escola, no ambiente escolar, tanto dos colegas, como dos professores, como do inverso, de alunos para os professores homossexuais. Denúncia referente à agressão policial, violência policial geral, tanto física, quanto moral. Discriminação no ambiente de trabalho. Discriminação de vizinhos, em geral, de prédio, de apartamentos, vizinhos de rua. Discriminação de desconhecidos. Assim, em geral, é o que de mais freqüente acontece no Centro. A equipe procura fugir de ir para o enfrentamento judicial, que a equipe entende como pouco eficaz no combate à homofobia, a equipe tenta uma interferência, uma

intervenção na família, ou no ambiente escolar, dentro da própria polícia, a equipe vem tentando isto com capacitações.

11.1 SÓ DE PREVENÇÃO OU TAMBÉM DE ORIENTAÇÃO?

R. Esse tem sido o procedimento nesta área, é mais de intervenção, no sentido de alterar a realidade, do que uma disputa judicial ou administrativa que acaba se tornando ineficaz para reverter o quadro de homofobia, ela só vai punir, quando ela acontece, ela esbarra também na ineficiência do Judiciário, e os outros órgãos competentes para punir. Assim, o Centro não tem como função a punição, não cabe ao Centro aplicar uma punição, mas sim encaminhar os casos.

DISCUSSÃO: é observada de forma freqüente a violência da família, discriminações diversas nas escolas – tanto de alunos como de professores, ora como agressores, ora como agredidos -, violência por agressão física e moral por parte de policiais, violências no ambiente do trabalho, de vizinhos, de pessoas desconhecidas, dentre outras. A procura evitar, sempre que possível, o enfrentamento judicial, por entender que é um caminho pouco eficaz no combate à homofobia. Busca-se intervir na família, escola, na própria polícia por meio de capacitações e oficinas, procurando modificar a realidade de discriminação e violência. O CR não tem a função de punir, mas funciona, basicamente, como um mediador e encaminhador aos órgãos competentes, dos casos denunciados.

12. COMO VOCÊ AVALIA A MODALIDADE E NÍVEIS DE VIOLÊNCIA PRESENTES NAS SITUAÇÕES E FATOS MATÉRIA DE TRABALHO DO CR?

R. Ela vai da mais simples a mais grave. As ocorrências mais freqüentes são ocorrências mais amenas como xingamentos, mas a equipe já chegou a cárceres privados, agressões físicas, violência policial. O índice maior de denúncias é na família, na escola e insultos. Enfim, são diversos graus de violência e em diferentes níveis.

DISCUSSÃO: a modalidade e níveis de violência variam desde a mais simples – xingamentos - àquelas mais graves – cárcere privado, agressões físicas e violência policial – e existe um alto índice de violência envolvendo a família e a escola, além de insultos em geral.

13. EMBORA ATÉ JÁ TENHAMOS FALADO UM POUCO SOBRE ISSO, MAS QUAIS OS TIPOS DE SERVIÇOS PRESTADOS PELO CR, TANTO PARA A POPULAÇÃO GLTTB QUANTO À POPULAÇÃO EM GERAL?

R. Na população em geral tem as intervenções. O foco é sempre as questões de direito e de cidadania, e dessa população (GLBTT), a equipe sabe que tem uma denúncia de uma descriminação ou violência ocorrida numa escola, a equipe procura entrar em contato com a escola, procura fazer um trabalho dentro da escola, de esclarecimento, para a população ali da escola, a equipe acaba atingindo toda a população ali, tanto dos funcionários quanto dos alunos.

13.1. OU SEJA, OS TRABALHOS SÃO VOLTADOS PARA A POPULAÇÃO ESPECÍFICA?

R. O recorte é sobre a orientação sexual e a identidade de gênero; a população em geral é atingida nessas intervenções fora do Centro. As intervenções vão no sentido de diminuir estigmas, de diminuir a violência, de diminuir a discriminação, a equipe tem que falar com quem violenta, com quem discrimina, com quem ofende.

13.3. E QUAIS SÃO AS FRENTES QUE VOCÊS DISPONIBILIZAM PARA ESSE PÚBLICO?

R. Oficinas, palestras, cursos, debates e capacitações. A equipe varia de acordo com o tempo e o público que a equipe vai atingir e a quantidade de pessoas. Dependendo do evento, a equipe vai discutir o que é mais legal, o que vai atingir melhor. Dependendo do tempo que a equipe tem ali, de atuação.

pelo que entendi, de serviços fixos, seria então o DDH e... E a carteirinha?

Previstos, do Estado, é o atendimento na sede do Centro de assistência jurídica, social, psicológica e o serviço DDH. São esses quatro serviços que estão na sede, que são mantidos diariamente, no atendimento fora a equipe trabalha com intervenções em diversos locais. Tem as proposições de políticas públicas, a equipe está inserida em diversos grupos de discussão, tanto em nível Municipal, Federal e Estadual. A equipe está em diversos fóruns, na proposição de políticas.

DISCUSSÃO: as ações são voltadas para a população GLBTT, mas a população em geral acaba sendo alcançada com as intervenções. Como exemplo, quando há uma

denúncia em uma escola, a equipe entra em contato com esta escola e procura fazer um trabalho de esclarecimento, específico para aquela população, formada por funcionários e alunos. Estes esclarecimentos estão voltados para aqueles que discriminam, agridem ou ofendem e concentram-se no esforço de diminuir estigmas, a discriminação e a própria violência em si.

Assim, a esse tipo de público são oferecidas oficinas, palestras, cursos, debates e capacitações. Tudo depende do tempo e do público que a equipe pretende alcançar, bem como do número de pessoas.

14. E DENTRO DESSES SERVIÇOS PRESTADOS, QUAIS VOCÊS CONSIDERAM SERVIÇOS PREVENTIVOS?

Os de intervenções, as capacitações e a proposição de políticas.

14.1 PELO O QUE EU ENTENDI, O QUE GERA ALGUMAS AÇÕES É A DENÚNCIA, É ISSO?

R. Proposição de atuação como atividades junto à Coordenadoria de Mulheres, à Coordenadoria da Juventude, à Coordenadoria do Negro, à Educação, a grupos que promovem atividades e que nos convidam para os eventos, a equipe vai, sabe se está acontecendo alguma coisa. E qualquer espaço onde a equipe acha que deveria estar metendo o "bedelho" a equipe se enfia, ou conversa, manda uma carta ou e-mail, procura estar lá junto para ver isso. O homossexual está em todos os cantos, negro, jovem, mulher, servidor...

Uma coisa que a equipe queria fazer e não fez, é a indústria, a iniciativa privada.

Mas é pouco pessoal no Centro. A equipe não dá conta de fazer. O necessário seria ampliar esse quadro, nem que seja com estagiários, e a equipe poder suprir o atendimento no Centro e ao mesmo tempo, conseguir sair mais. Porque, assim, a equipe amplia as ações.

DISCUSSÃO: as ações voltadas para intervenções, tais como as palestras, as capacitações e a proposição de políticas, são consideradas ações de caráter preventivo. Quando outros órgãos, Grupos ou Coordenadorias promovem atividades e convidam o CR, a equipe se faz presente e tenta se manter informada sobre o que

está acontecendo. O homossexual, o negro, o jovem a mulher estão em todos os lugares.

Um seguimento não alcançado pelas ações do CR e que não se consegue acesso a ele é o da indústria, da iniciativa privada. Para tanto, segundo o Coordenador, seria necessária a ampliação da equipe, ainda que com estagiários, possibilitando, assim, a manutenção do CR aberto e funcionando e, ao mesmo tempo fazer contatos com os diversos seguimentos não alcançados por suas ações.

15. Agora, falando um pouco do processo de atendimento daqui do CR. Como é o processo de formalização? A pessoa chega, tem que preencher, alguma coisa, tem que se filiar de alguma forma, o DDH, também, se existe algum tipo de identificação?

R. A equipe tenta deixar o menos formal possível, procura deixar a pessoa o mais livre possível para ela falar aquilo que interessa; tem um formulário simples, contém pequenas informações básicas: nome, telefone, endereço, orientação sexual; a equipe vai perguntando e a pessoa vai falando e a equipe vai preenchendo e deixa, ela, contar a história dela; a equipe não tem um roteiro, um fluxograma, com o objetivo de deixar bem à vontade; depois a equipe vai retomando, se for o caso, para ir anotando. No DDH, é um pequeno formulário muito simples, a pessoa se identifica se quiser, mas dependendo do tipo da denúncia, se não tiver uma identificação, só serve para uma notificação; nesse caso, não tem como dar prosseguimento, porque é uma ação pessoal e tem que estar o interessado, a vítima não é uma coletividade bem visualizada. Se for possível, a equipe encaminha uma correspondência para o local denunciado, sem a identificação da pessoa, mas para um processo efetivo é necessária a identificação, mas a denúncia inicial não precisa.

15.1. EMBORA VOCÊ JÁ TENHA FALADO UM POUCO SOBRE ISSO, COMO SE DÃO ESSES ENCAMINHAMENTOS?

R. Chegando a denúncia, ver qual a natureza dessa denúncia; quando a pessoa faz a denúncia, então a equipe convida, ela, a comparecer no Centro, conversa e ela vai contar o caso com detalhes, traz testemunhas e tudo; a equipe ouve todo mundo, elabora um relatório e isso é encaminhado para a Coordenadoria Setorial de Proteção Especial, que

é o órgão que processa administrativamente esses estabelecimentos que discriminam as pessoas; a equipe pode fazer intermediação, vai lá, verifica o andamento do processo. Se houver a necessidade de constituir advogado, a equipe encaminha a pessoa para que ela tenha assistência.

DISCUSSÃO: o atendimento e o processo de atendimento tenta ser o menos formal possível. Existe a preocupação em deixar a pessoa que procura o CR, o mais livre possível para se expressar em relação àquilo que lhe interessa.

Entretanto, existe um formulário simples, solicitando informações básicas como nome, telefone, endereço, orientação sexual. A equipe vai sendo questionado à pessoa e preenchendo o formulário ao mesmo tempo.

Não há um roteiro a ser seguido. Isso possibilita uma certa flexibilização, deixando a pessoa que procura os serviços do CR, bem à vontade para falar a seu respeito e de suas queixas ou a respeito do que mais ela pense que deva falar.

Existe um outro formulário no DDH. É igualmente simples, com a diferença de que, dependendo do tipo de denúncia, o usuário do serviço se identifica se for a sua vontade, pois caso a denúncia necessite de prosseguimento, deve ter a identificação do denunciante, pois se trata de uma ação pessoal. Quando possível, é enviada correspondência para o local denunciado, sem a identificação da pessoa, mas para instaurar um processo e acompanhá-lo, é necessária a identificação, porém na denúncia inicial não precisa.

A partir da oficialização da denúncia, conforme sua natureza, a pessoa que denuncia é convidada a comparecer no CR. Na visita, o denunciante tem a oportunidade de contar, com detalhes, o que houve e pode trazer testemunhas. Após escutar a todos, a equipe elabora e encaminha um relatório para a Coordenadoria Setorial de Proteção Especial, que é o órgão que processa administrativamente estabelecimentos que discriminam pessoas. Havendo a necessidade de se constituir advogado, a equipe encaminha a pessoa para que tenha este tipo de assistência.

16. Como vocês avaliam os cursos ou capacitações que são promovidos para os guarda municipais d'aqui de Campinas?

R. O curso que a equipe deu, ele não atingiu o objetivo, porque o contingente é de quase seiscentos e quarenta guardas municipais e trinta e dois, só, compareceram. A equipe entende que é importante, devido à nossa demanda, é uma necessidade, tem que haver uma capacitação para sensibilização desses guardas para o atendimento dessa população; a equipe esbarrou na falta de interesse do setor de segurança em geral, não especificamente da Guarda Municipal; os setores de segurança em geral, tanto Polícia Militar quanto Polícia Civil. Eles não querem. Têm resistências a discutir o assunto, a questão da homossexualidade, da diversidade em si.

O que eles têm é uma dificuldade de interferência na maneira deles trabalharem; o que mais apareceu na capacitação foi a questão da abordagem. O questionamento deles é: "Mas vocês vão me ensinar a trabalhar? Você vai me ensinar, agora, como é que eu chego no bandido?" (...) Eles têm medo de perder a autoridade: "Ah, eu vou chegar todo delicadinho, neguinho vai fazer graça comigo, eu vou perder a autoridade. Eu nunca vou conseguir controlar a situação se eu chegar todo delicado, entendeu?". Você tem maneiras e maneiras de fazer uma abordagem, ser duro e não ser desrespeitoso, é isso que a equipe tenta colocar. Medo de perder a autoridade como agente de segurança, o agente da ordem.

A equipe fez umas discussões com a Polícia Militar e a Polícia Civil, assim: quem é esse "agente da ordem"? O cara que presta concurso para entrar na polícia, ele está há dois anos desempregado, em média, e tem uma baixa escolaridade; o cara está desempregado, vai fazer o concurso, passou, entrou e vestiu uma farda, porque ele reverteu todo o quadro, ele é autoridade agora, é um auto empoderamento.

É um empoderamento dado pelo Estado, supervalorizado pelo sujeito. A violência policial, ela é uma situação "muito doida" de se olhar, ela não se dirige a uma população específica, não é aos gays, aos travestis, às lésbicas especificamente, ela é dirigida a toda e qualquer pessoa, que não esteja de terno e que não seja branco, andando na rua, durante o dia; de madrugada também já é suspeito; a maneira como a polícia aborda a população já é truculenta, sem exceção.

No caso dos homossexuais, você tem uma agravante, e isso acontece com todo mundo, isso não é exclusivo da homossexualidade, é uma maneira truculenta mesmo. Com os homossexuais tem a agravante e se for com os travestis, então, nem se fala; os

nordestinos e moradores de rua, é uma truculência tanto quanto é com os travestis; você não tem muita notificação, são coisas que acabam ficando ali na periferia mesmo.

DISCUSSÃO: o curso oferecido pela equipe não alcançou seus objetivos, uma vez que o contingente é de cerca de seiscentos e quarenta guardas municipais e apenas trinta e dois compareceram. A equipe entende que, devido às demandas do CR, essa capacitação é muito importante e necessária para a sensibilização desses guardas quanto ao atendimento dessa população.

Contudo, existe um desinteresse no setor de segurança em geral, não especificamente da Guarda Municipal, mas nos setores de segurança em geral. Eles não querem. Oferecem resistências em discutir o assunto da homossexualidade, da diversidade em si. Os diversos setores da segurança são resistentes a qualquer interferência na maneira com que eles trabalham.

O que apareceu com mais freqüência na capacitação foi a questão da abordagem. Eles questionam se o CR vai ensina-los a trabalhar, a como "chegar" no "bandido". As capacitações têm o objetivo de mostrar que existem diferentes formas de se fazer uma abordagem, sendo duro, mas não desrespeitoso.

Em algumas discussões com a Polícia Militar e a Polícia Civil, a equipe questionou quem é esse "agente da ordem" que presta concurso para admissão na polícia. Concluíram que este indivíduo está, em média, há dois anos desempregado, tem uma baixa escolaridade e ao ter sido aprovado em um concurso, ser chamado e vestir uma farda, sente-se uma autoridade, pois reverteu todo o quadro anterior, o que sugere um auto empoderamento.

Na verdade trata-se de um empoderamento oferecido pelo Estado e supervalorizado pelo sujeito. A violência policial não se dirige a uma população específica, não é direcionada apenas aos gays, aos travestis ou às lésbicas, mas a toda e qualquer pessoa. No caso dos homossexuais, tem uma agravante, se for com as travestis, mais ainda, assim como com os nordestinos e moradores de rua, as polícias são muito truculentas, mas não se notificam as ações e tudo acaba ficando na periferia mesmo.

17. FALANDO UM POUCO DA COMUNICAÇÃO DO CR, COM A POPULAÇÃO-ALVO. COMO VOCÊS AVALIAM AS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO COMO PÚBLICO QUE VOCÊS PRETENDEM ALCANÇAR?

R. Na abertura do CR, a equipe tinha uma filipeta e fez um cartaz. Os cartazes, a equipe colocou nos ônibus e mandou para um monte de lugares. Tudo que era órgão público tinha lá o cartaz. E a filipeta foi distribuída na rua e acabou. A equipe não refez, quer fazer um *folder* com toda a lista de ofertas da gama de atividades que a equipe tem. Tem o *site*, mas está meio escondido, de difícil acesso para as pessoas (por conta do *link* com o *site* da Secretaria).

DISCUSSÃO: no início dos trabalhos do CR, a equipe tinha uma filipeta e fez um cartaz. Os cartazes foram afixados em ônibus e diferentes órgãos públicos e lugares. Quanto às filipetas, foram distribuídas na rua e acabaram.

Embora exista a vontade de se fazer um folder com a lista de atividades que o CR oferece, tanto os cartazes quanto as filipetas não forma refeitos.

18. COMO VOCÊS AVALIAM AS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO COM A POPULAÇÃO EM GERAL?

R. Com relação ao público específico a equipe tem uma interlocução aí com o Movimento Homossexual, na cidade tem o Fórum GLTTB que congrega todos os grupos e a equipe já foi em algumas reuniões, a equipe foi chamada para lá algumas vezes para "prestar contas". Com a população em geral, a equipe não tem uma estratégia. De vez em quando, dependendo da atividade que a equipe faz, repercute na imprensa. A equipe está tentando criar nesse momento uma estratégia junto ao Departamento de Comunicação da Prefeitura. A equipe está reformulando o *site*, a equipe está criando aí um jornal eletrônico, pelo menos eletronicamente a equipe consegue divulgar as atividades, você clica e manda para um monte de lugares, embora a grande maioria da nossa população, não tenha acesso à informatização de uma maneira geral, a equipe se propôs a fazer um jornalzinho, bimestral.

DISCUSSÃO: no que se refere ao público específico a equipe mantém uma interlocução com o Movimento Homossexual, na cidade tem o Fórum GLTTB que congrega

todos os grupos e a equipe participa de algumas reuniões. Já com a população em geral, a equipe não tem uma estratégia. Conta apenas com a repercussão de alguma atividade do CR na imprensa. A equipe está tentando criar uma estratégia junto ao Departamento de Comunicação da Prefeitura, reformulando o site, criando um jornal eletrônico, para a divulgação das atividades, além de propor um jornalzinho, bimestral para aqueles que não têm acesso à rede.

19. QUAL A SECÇÃO QUE MELHOR RESPONDE AOS SERVIÇOS DO CR?

R. Cada população se concentra mais num atendimento, travestis, os atendimentos estão concentrados mais na área de assistência social, lésbica, agora mais de psicológico, mas agora nem tanto, na área jurídica, uma concentração maior de gays.

19.1. VOCÊS FALARAM POR SEGUIMENTO (PSICOLÓGICO, SERVIÇO SOCIAL...), MAS QUAL O SEGUIMENTO QUE MAIS SE DESTACA?

R. Não tem um seguimento que seja claramente mais destacado, com certeza os travestis e os gays são os que mais aparecem por aqui. As lésbicas deram uma diminuída, transexuais vieram poucas até hoje, os bissexuais estão aumentando.

19.2. A CRISTIANE FALOU DAS DIFICULDADES EM ALCANÇAR ALGUMAS METAS. MAS E COM RELAÇÃO AO ATENDIMENTO, VOCÊS NÃO TÊM UMA META A SER ALCANÇADA? E COMO VOCÊS AVALIAM ISSO?

R. Não tem uma meta.

19.3. MESMO SEM METAS, COMO VOCÊS AVALIAM OS ATENDIMENTOS EM SI. VOCÊS GOSTARIAM QUE ESSE NÚMERO FOSSE MAIOR OU DIFERENTE?

R. O Centro tem uma capacidade ociosa sim; tem uma dificuldade de divulgação; mas tem aumentado. O fluxo de pessoas aqui dentro é muito interessante. Eu acho que o que acontece é muito de “boca-a-boca”

DISCUSSÃO: existe uma concentração de cada população em determinado tipo de atendimento. As travestis se concentram nos atendimentos ligados à área de assistência social; as lésbicas, mais de assistência psicológica; e os gays, na área jurídica.

Não existe um seguimento que seja claramente mais destacado, mas os travestis e os gays são freqüentes no CR. As lésbicas diminuíram, as transexuais foram poucas e os bissexuais estão aumentando.

Mesmo em relação aos atendimentos no CR não existe nenhuma meta previamente definida ou a ser alcançada. Mesmo assim, a equipe pensa que o Centro tem uma capacidade ociosa, uma dificuldade de divulgação, mas tem aumentado. Dizem os entrevistados que o fluxo de pessoas no CR é muito interessante e a divulgação ocorre muito de "boca-a-boca".

20. AINDA EM RELAÇÃO À COMUNICAÇÃO, COMO VOCÊS AVALIAM A COMUNICAÇÃO DO CR DE CAMPINAS COM OS OUTROS CR DO BRASIL?

R. Formal, a equipe não tem comunicação com os outros Centros.

20.1. COM OS CR OU COM ALGUM PROGRAMA...

R. Formalmente a equipe não tem nenhuma comunicação direta com os outros, comunicação pessoal, com o pessoal do Rio de Janeiro; A equipe troca, acaba trocando sempre coisas, mas não é uma comunicação formal, uma troca de dados formal, nada disso. Vem consulta, de outros lugares. As pessoas vêm para cá para conhecer o trabalho, o Centro, para levar para os seus Estados. Esse tipo de comunicação, a equipe acaba articulando, conversa com outros serviços.

Às vezes a equipe acaba se convidando para alguma reunião, se infiltrando em outros órgãos e outras comissões, onde a equipe possa estar discutindo as questões GLBTT, e participa, a equipe mantém a presença, pensa junto, vai se metendo, para estar fazendo algum trabalho, parceria.

DISCUSSÃO: a comunicação com os outros CR é apenas uma comunicação formal, a equipe não tem comunicação com os outros Centros. Possui uma comunicação pessoal, com o CR do Rio de Janeiro com quem o CR de Campinas troca informações e diferentes coisas, mas não se trata de uma comunicação formal.

As pessoas vão para o CR de Campinas para conhecer o trabalho, o Centro e levar informações para os seus Estados. Esse tipo de comunicação, a equipe acaba articulando.

A equipe sempre freqüenta reuniões, se infiltrando em outros órgãos e outras comissões, onde possa discutir questões ligadas à população de GLBTT na tentativa de fazer algum trabalho e/ ou parceria.

21. MAS FORMALMENTE, NÃO TEM NADA DEFINIDO... E COMO VOCÊS AVALIAM O NÍVEL DE CONHECIMENTO DO PÚBLICO QUE VOCÊS ATENDEM, SOBRE A EXISTÊNCIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO CR. COMO É QUE VOCÊS AVALIAM ISSO?

R. Quando a pessoa chega, ela tem uma demanda específica. Ele não tem o conhecimento específico da gama de oferta de serviços que a equipe tem; tem uma dificuldade nossa de divulgar isso. Poucas pessoas têm conhecimento pela *internet* de todas estas possibilidades que passam por aqui.

DISCUSSÃO: o público que procura o CR não possui um conhecimento da oferta de serviços do CR devido às dificuldades com a divulgação desses serviços. Assim os usuários procuram o CR com uma demanda específica e previamente definida.

22. EMBORA A EQUIPE ATÉ JÁ TENHA FALADO UM POUCO SOBRE A *INTERNET*, COMO QUE VOCÊS AVALIAM O ALCANCE DO PÚBLICO-ALVO OU NÃO, QUE VOCÊS ATENDEM AQUI, COM RELAÇÃO AO ALCANCE DA *INTERNET*?

R. Pelo perfil da população que a equipe atende, não é um povo que tenha um acesso fácil e constante à *internet*. É uma população mais carente, periférica, não é uma população que tenha acesso constante à *Internet,* por causa do nível financeiro. Tem um povo que tem acesso direto, o pessoal do Movimento Homossexual tem um acesso mais facilitado para a *Internet*. Mas não é o perfil geral, a maioria não tem este acesso.

22.1. DA PARA DEFINIR QUE DIVULGAR OU TER ACESSO A *INTERNET* É UMA ESTRATÉGIA POUCO VIÁVEL, NÉ? DE ACESSO À INFORMAÇÃO...

R. Atinge uma pequena parcela, um público que pode ser que não conheça o Centro, um público mais esclarecido, que tenha acesso à Internet, mas que não é o público que vem por aqui, com certeza.

Pessoas que têm recursos outros para lidar com os problemas, além de buscar o Centro.

DISCUSSÃO: a população atendida pela equipe do CR não tem o perfil de usuários constantes ou de acesso fácil à internet. É uma população carente, da periferia, cujo o nível financeiro não permite acessos constantes à Internet. Os pertencentes ao Movimento Homossexual têm um acesso mais facilitado para a Internet. Mesmo assim, a maioria não tem.

A divulgação de informações pela internet, alcança uma pequena parcela da população. Os usuários do CR, não possuem recursos de acesso facilitado à internet. Aqueles que possuem tais recursos não buscam o CR.

23. PEGANDO ESSE GANCHO, COMO VOCÊS DEFINEM O PÚBLICO-ALVO, NA PRÁTICA, QUE VOCÊS QUEREM ATINGIR?

O público é GLBTT. Até para a população toda, o recorte é identidade sexual, orientação sexual; o público é a população, porque os serviços específicos têm uma população mais específica, que é a GLBTT, mas o trabalho em si, do Centro, o conjunto do trabalho, o público é a população em geral; a maioria de baixo poder aquisitivo; mas o público freqüentador, os usuários, passa por todas as classes sociais, por todos os níveis de escolaridade, todas as orientações diferentes. Quando a equipe dá uma palestra em algum lugar, a maioria é heterossexual; de atendimento pessoal, o público GLBTT é o mais contemplado. Têm ações específicas para cada população, quando a equipe trabalha com geração de renda, de emprego, o foco é a travesti, não para tirá-las da prostituição, a idéia é dar uma alternativa de renda, de complementação, mas é uma decisão dela, nós vamos estar oferecendo algo a mais. Redução de danos, também é mais voltado para as travestis, porque elas botam silicone no corpo, têm algumas coisas que são pontuais para uma das letrinhas.

DISCUSSÃO: o público que o CR deseja alcançar é a população de GLBTT. Os serviços são específicos para esta população igualmente específica, mas o trabalho do Centro como um todo, é voltado para a população em geral, com maioria de baixo poder aquisitivo.

Os usuários são oriundos de todas as classes sociais, todos os diversos níveis de escolaridade e das diversas orientações. A maior parte da platéia das palestras, é

formada por heterossexuais, contudo, os atendimentos pessoais são para o público GLBTT.

O CR possui ações específicas para cada população, quando a equipe trabalha com geração de renda, de emprego, o foco é a travesti, não para tirá-las da prostituição, mas para oferecer a ela uma alternativa de renda, de complementação, contudo, é uma decisão dela, o CR apenas oferece algo a mais. Além disso, tem a redução de danos, também voltada para as travestis devido ao uso de silicone no corpo.

24. E A QUESTÃO DA "CARTEIRINHA" PARA TRAVESTIS? VOCÊS PODEM FALAR UM POUCO MAIS SOBRE ELA, PARA QUE FOI CRIADA, A QUEM SE DESTINA?

R. A equipe trouxe do Rio. Tem alguns princípios, o primeiro é vincular a travesti, que é uma população que a equipe tinha dificuldade de acesso, dificuldade de trazer para o CR. Segundo é a questão da auto-estima, fazer com que esta pessoa se reconheça enquanto sujeito, enquanto cidadã e a partir da identidade, fundamental na constituição do sujeito, é também o reconhecimento público do Estado, simbolicamente o Município respeita esta identidade que ela escolheu, a partir da carteirinha a equipe desenvolveu uma série de projetos, conseguiu, daí para frente, implementar, criar um curso de bijuterias, a cooperativa foi vindo de um vínculo inicial com a carteirinha. A carteirinha criou polêmica quando foi criada. Os comentários, os mais diversos, desde carteirinha para "bandido", até "brinquedinho de travesti", a equipe teve críticas de todos os lados, por parte do próprio Governo, do Movimento Homossexual, a equipe tinha feito uma pesquisa com o público-alvo, que eram as travestis, que era uma idéia que elas tinham gostado, elas aprovaram e a equipe tocou para frente. Se o nosso público quer, é isso que a equipe tem que fazer.

Uma das reclamações das travestis é que elas usam o RG masculino, quando elas saem à noite, elas não andam com documento. É uma falta de respeito muito grande com relação às pessoas que abordam elas, independentes de quem sejam, de chamá-las pelo nome masculino e isso incomoda muito. Elas falam que já chamam a atenção por si só, e aí, quando vão a um atendimento médico, que quase nunca vão, mas quando têm que ir, quando chegam a ir ao serviço de saúde, chamam lá: "João da Silva" e aí levanta

aquela "mulherona", pelo menos que chamem pelo nome que elas escolheram. O RG da carteirinha é o masculino, continua sendo, a equipe nem poderia estar mudando, é falsidade ideológica, então nem pode estar mudando, se precisar consultar o RG, consulta, o RG masculino dela. Nem elas se conhecem pelo nome masculino. Se eu chegar lá no meio e dizer: "Vocês viram o João? Que João?". Mas se eu falar a Sheila, a Maria, a Ana, a Shaiane, elas conhecem, foi também, para o respeito à identidade que elas escolheram.

A idéia da carteirinha, o Centro de Referência trouxe do Rio de Janeiro, e do Grupo Gay da Bahia – GGB. A função que o Centro de Referência pensou para essa carteirinha é de estar trazendo as travestis para o Centro. É de estar trazendo as travestis para o CR, vinculando-as ao serviço. Para tirar a carteirinha a travesti tem que ter todos os seus documentos, na verdade a equipe está querendo que ela tenha a documentação dela. Ela tem que morar na cidade e assinar um termo se comprometendo a participar das atividades do Centro. A equipe promove algumas oficinas de cidadania, de cabelo, de maquiagem, de sexo seguro. A carteirinha é só um instrumento para ela estar vindo até o Centro, além disso, a equipe percebeu que ter uma carteirinha que não é um documento oficial, é oficioso, com nome feminino, acaba elevando a auto-estima dessa pessoa.

Inicialmente a equipe estabeleceu conversas com a Secretaria de Saúde e com a Secretaria de Segurança. Com a Secretaria de Saúde para que quando a travesti fosse a algum Centro de Saúde, fosse registrada e atendida com o nome feminino, para evitar constrangimentos. Na Secretaria de Segurança, quando um guarda municipal abordar as travestis e ela apresentar o documento, saber que esta travesti tem um vínculo com o Centro de Referência e com a própria Prefeitura.

DISCUSSÃO: a idéia da carteirinha foi trazida do Rio de Janeiro. Tem como prioridade a vinculação da travesti ao CR. Tinha-se muita dificuldade de acesso a essa população.

A carteirinha ajuda, também, na auto-estima da travesti, reconhecendo-a como cidadã e isso é fundamental. Além disso, a carteirinha funciona como um reconhecimento público do Estado, onde, de forma simbolica, o Município respeita a identidade

escolhida pela travesti. Com maior aproximação dessa população o CR conseguiu criar um curso de bijuterias e uma cooperativa.

Inicialmente, quando foi criada, a carteirinha gerou polêmica e comentários diversos que iam desde carteirinha para "bandido", até "brinquedinho de travesti". O CR recebeu críticas de todos os lados, por parte do próprio Governo, do Movimento Homossexual, a equipe tinha feito uma pesquisa com as travestis, elas gostaram e aprovaram a idéia da carteirinha e a tocou para frente.

Uma das reclamações das travestis é que elas usam o RG masculino, quando elas saem à noite, elas não andam com documento. É uma falta de respeito muito grande com relação às pessoas que abordam elas, independentes de quem sejam, de chamá-las pelo nome masculino e isso incomoda muito. Elas falam que já chamam a atenção por si só, e aí, quando vão a um atendimento médico, que quase nunca vão, mas quando têm que ir, quando chegam a ir ao serviço de saúde, chamam lá: "João da Silva" e aí levanta aquela "mulherona", pelo menos que chamem pelo nome que elas escolheram. O RG da carteirinha é o masculino, continua sendo, a equipe nem poderia estar mudando, é falsidade ideológica, então nem pode estar mudando, se precisar consultar o RG, consulta, o RG masculino dela. Nem elas se conhecem pelo nome masculino. Se eu chegar lá no meio e dizer: "Vocês viram o João? Que João?". Mas se eu falar a Sheila, a Maria, a Ana, a Shaiane, elas conhecem, foi também, para o respeito à identidade que elas escolheram.

A idéia da carteirinha, o Centro de Referência trouxe do Rio de Janeiro, e do Grupo Gay da Bahia – GGB. A função que o Centro de Referência pensou para essa carteirinha é de estar trazendo as travestis para o Centro. É de estar trazendo as travestis para o CR, vinculando-as ao serviço. Para tirar a carteirinha a travesti tem que ter todos os seus documentos, na verdade a equipe está querendo que ela tenha a documentação dela. Ela tem que morar na cidade e assinar um termo se comprometendo a participar das atividades do Centro. A equipe promove algumas oficinas de cidadania, de cabelo, de maquiagem, de sexo seguro. A carteirinha é só um instrumento para ela estar vindo até o Centro, além disso, a equipe percebeu que ter

uma carteirinha que não é um documento oficial, é oficioso, com nome feminino, acaba elevando a auto-estima dessa pessoa.

Inicialmente a equipe estabeleceu conversas com a Secretaria de Saúde e com a Secretaria de Segurança. Com a Secretaria de Saúde para que quando a travesti fosse a algum Centro de Saúde, fosse registrada e atendida com o nome feminino, para evitar constrangimentos. Na Secretaria de Segurança, quando um guarda municipal abordar as travestis e ela apresentar o documento, saber que esta travesti tem um vínculo com o Centro de Referência e com a própria Prefeitura.

25. FINALIZANDO, EXISTE UMA PREOCUPAÇÃO COM QUEM CUIDA, ENTÃO, QUEM CUIDA DO CUIDADOR?

R. A equipe cuida um do outro e agora, com essa mudança de Secretaria, a equipe está mais cuidada. A equipe tem um respaldo maior, a equipe está mais amparada agora.

25.1. SÓ PARA REGISTRO, QUAL É A SECRETARIA MESMO?

R. A equipe fazia parte da Secretaria de Assuntos Jurídicos e da Cidadania. Agora a equipe está na Secretaria de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social. A equipe está mais peixe dentro d'água agora. Agora a equipe está tendo um respaldo maior, mas eles não se esforçam. Agora a equipe entrou numa Secretaria, consegue, nesse sentido, precisou socorro, nem que seja uma "carinha" institucional no Centro, para dar um suporte para alguma coisa, a equipe consegue. O dinheiro continua não tendo.

DISCUSSÃO: individualmente, os membros da equipe são cuidados um pelo outro. A mudança de Secretaria melhorou a situação da equipe, que se sente mais amparada com isso. A equipe fazia parte da Secretaria de Assuntos Jurídicos e da Cidadania. Agora e agora está vinculada à Secretaria de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social, mas os recursos continuam escassos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos na literatura sobre Centros de Referência, as etapas a serem percorridas pelos mesmos incluem:

a) Levantamento dos problemas de segurança mais enfrentados por aquela população, queixas e necessidades; é a etapa do inventário;

b) Definição de metas conjuntas possíveis de serem alcançadas, com eleição de prioridades, inclusive de desafios relacionados à confiança na polícia;

c) Estabelecimento de diretrizes de um programa mínimo, inclusive de sensibilização e capacitação da polícia;

d) Divisão de responsabilidades sobre as tarefas definidas;

e) Avaliação permanente do desenvolvimento dos programas, do desempenho da parceria e correção dos rumos inicialmente estabelecidos, com a definição de novos projetos.

Passemos agora a um cotejo entre estas cinco etapas e o desempenho dos CR por nós estudados. No que se refere ao levantamento dos problemas de segurança mais enfrentados por aquela população, queixas e necessidades, ou seja, a etapa do inventário. Tanto o CERCONVIDH quanto o GLTTB não mencionaram ter feito tal levantamento, contudo ambos os Centros têm condições de descriminar os principais problemas de segurança pública sofridos pela população GLBTT.

No que se refere à definição de metas conjuntas possíveis de serem alcançadas, entre os CR e as polícias, com eleição de prioridades, inclusive de desafios relacionados à confiança na polícia, identificamos a não existência das mesmas. Embora estas metas não estejam previamente estabelecidas, existe uma boa inserção dos CR junto aos Serviços de Segurança Pública de cada cidade. Esta inserção depende de um trabalho político das Coordenações de cada CR junto às Secretarias de Segurança e às polícias. As capacitações se mostram como um bom caminho para alcançar os policiais de uma forma geral, contudo, o fato de não serem obrigatórias para a formação acadêmica do policial faz com que muitas destas capacitações não adquira um número significativo de policiais. Sugerimos que se inclua, dentro do trabalho político já

realizado pelas Coordenações dos CR, a meta de transformar estas capacitação em disciplina(s) obrigatória(s) a ser(em) cumprida(s) pelos policiais, quando da sua formação acadêmica.

Existe o estabelecimento de diretrizes de um programa mínimo de funcionamento dos Centros, inclusive de sensibilização e capacitação da polícia, contudo, a ausência de metas a serem alcançadas não motiva a ampliação dos resultados alcançados, até então, por esses programas. Esclarecemos que o estabelecimento destas metas não precisa, necessariamente, ser colocado pelo Movimento Homossexual e pela hierarquia do Poder Público aos quais os CR estão vinculados. Assim, sugerimos que seja estabelecido e assumido pelos CR um espaço de discussão para o desenho destas metas, em conformidade com as demandas do Movimento Homossexual, do jogo político da hierarquia do Poder Público e das reais condições atuais dos CR.

Em relação à divisão de responsabilidades sobre as tarefas definidas, identificamos a existência da mesma no funcionamento interno dos Centros. Quanto ao compartilhamento das responsabilidades com o Poder Público, esta se dá de forma incipiente e informal, graças, principalmente, ao esforço político das Coordenações dos CR. No que se refere à divisão de responsabilidades com o Movimento Homossexual identificamos um distanciamento entre o CR de Campinas e os Grupos Organizados da cidade. De acordo com o próprio Coordenador, a relação entre o MH e o CR é tensa e de cobrança. Por outro lado, a relação entre o Movimento e o CERCONVIDH é boa e produtiva. Fica a sugestão de uma retomada planejada da articulação entre os movimentos homossexuais organizados e os Centros de cada cidade.

A avaliação permanente do desenvolvimento dos programas, do desempenho da parceria e correção dos rumos inicialmente estabelecidos, com a definição de novos projetos, ainda é insipiente. Aproveitando a sugestão dada acima sobre a definição de metas conjuntas, é pertinente que o mesmo espaço a ser criado para discussão conjunta do estabelecimento de metas, seja utilizado, também, para a avaliação permanente do desenvolvimento dos CR.

No que se refere, especificamente, aos objetivos da pesquisa, estes foram definidos da seguinte forma:

· Conhecer o processo de estruturação dos CR;

· Descrever e avaliar seu funcionamento;

· Fazer levantamento de tipos de serviços prestados;

· Avaliar o nível de comprometimento de diferentes agentes públicos de segurança na gestão e na sustentabilidade financeira e política dos Centros de Referências;

· Avaliar a eficácia das estratégias de comunicação destes programas com o seu público-alvo.

· Avaliar a eficácia das estratégias de comunicação destes programas com outros CR.

Sobre o conhecimento do processo de estruturação dos CR, consideramos que este objetivo foi alcançado. Em ambos os CR o processo se inicia com uma demanda dos grupos homossexuais organizados de cada cidade ao Poder Público local. O CERCONVIDH inicia-se com um serviço de DDH e foi se ampliando até transformar-se em um Centro de Referência. Em relação ao GLTTB, ambos, o DDH e o próprio CR foram criados concomitantemente.

Quanto à descrição e à avaliação do funcionamento dos CR, consideramos que este objetivo também foi alcançado. Em ambos os Centros o funcionamento caracteriza-se pelo oferecimento de serviços jurídicos, de assistência social e psicológica à população GLBTT; o funcionamento também está voltado para a população em geral, através de capacitações e informações sobre a diversidade sexual e a cidadania desta população. Além destes serviços, ambos os CR funcionam como protagonistas na criação de políticas públicas em relação à comunidade GLBTT e como implementadores de uma rede política que garanta a sustentabilidade de programas referentes ao público-alvo. Outrossim, até a data da pesquisa, os referidos CR funcionavam como modelo para a estruturação de novos Centros ou Programas e Serviços assemelhados. Pelo descrito acima, avaliamos como positivo o funcionamento dos Centros. Porém, reiteramos as sugestões dadas mais acima para a melhoria do desempenho dos CR.

No que se refere ao levantamento de tipos de serviços prestados, da mesma forma, consideramos alcançado este objetivo. Os dois Centros oferecem serviço de denúncia por telefone; atendimento jurídico; atendimento psicológico; atendimento social; oficinas de profissionalizantes para travestis; carteira de identificação para transgêneros; palestras voltadas para a redução de danos pelo uso de silicone; palestras e oficinas de prevenção às DST/Aids e uso indevido de drogas; capacitações junto às polícias, às escolas e ao público em geral sobre a diversidade sexual; e programas de conscientização junto a empresas. Vale lembrar a participação dos CR na criação de uma rede e de políticas públicas voltadas para a população GLBTT.

Sobre a avaliação do nível de comprometimento de diferentes agentes públicos de segurança na gestão e na sustentabilidade financeira e política dos Centros de Referências, consideramos alcançado este objetivo. Ressaltamos que tal avaliação foi considerada negativa, uma vez que, este comprometimento deixa a desejar em ambos os CR. O comprometimento dos agentes de segurança pública na gestão e sustentabilidade financeira e política dos CR é insipiente, apesar de ambos os Centros serem institucionalizados, isto é, estarem inseridos dentro do fluxograma de uma Secretaria Municipal e Estadual, identificamos a falta de um apoio e comprometimento maior por parte de ambas, na sustentabilidade dos CR. Isto se traduz na fragilidade institucional dos Centros que, por uma ocasional mudança de governo e de vontades políticas, podem ser desmantelados ou mesmo extintos.

Em se tratando da avaliação da eficácia das estratégias de comunicação desses programas com o seu público-alvo, também consideramos alcançado este objetivo. Estas estratégias de avaliação são informais, alcançando, principalmente, o público de baixa renda. Em ambos os Centros isto se justifica pela falta de recursos. Avaliamos que seria interessante a previsão no orçamento de rubrica específica para este fim.

Por fim, sobre a avaliação da eficácia das estratégias de comunicação destes programas com outros CR, da mesma forma foi alcançado este objetivo. Novamente, avaliamos como informal a comunicação entre os CR estudados, bem como destes com outros CR e Programas assemelhados. Tal comunicação se resume ao nível pessoal de alguns membros de cada Centro. Existe uma disposição a se prestar como modelos para

outros Centros e Programas afins, o que consideramos muito positivo. Mais uma vez, uma forma de otimizar estas comunicações e disposições seria a previsão no orçamento de rubrica específica para estes fins.

BIBLIOGRAFIA

A CLÍNICA LACANIANA. **As Homossexualidades**. Revista Internacional. Rio de Janeiro – Paris – Nova Iorque – Buenos Aires – nº 04. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

ALBUQUERQUE, Fernanda Farias; JANNELLI, Maurizio. **A Princesa. Depoimentos de um travesti brasileiro a um líder das Brigadas Vermelhas**. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 1995.

AMARAL, Sylvia Mendonça do. **Manual prático dos direitos de homossexuais e transexuais**. São Paulo: Edições Inteligentes, 2003.

ANJOS, Gabriele dos. **Homossexualidade, direitos humanos e cidadania**. *Sociologias*, Jun 2002, no.7, p.222-252.

BARBERO, Graciela Haydée. **Homossexualidade e perversão na Psicanálise: uma resposta aos Gay & Lesbian Studies**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

BARROS, Herbert Borge Paes de.**Direitos e Garantias: Direitos Humanos e Cidadania.** Brasília:Ministério da Justiça,Secretaria de Estado dos Direitos Humanos,2001.

BRITO, Fernanda de Almeida. **União afetiva entre homossexuais e seus aspectos jurídicos**. São Paulo: LTr, 2000.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício. Estudos sobre homoerotismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

DENIZART, Hugo. **Engenharia erótica. Travestis no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

DOVER, K.J. **A homossexualidade na Grécia Antiga**. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

FAIRCHILD, Betty; HAYWARD, Nancy. **Agora que você já sabe. O que todo pai e toda mãe deveria saber sobre a homossexualidade**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

FÉRES-Carneiro, Terezinha. **A escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade**. *Psicol. Reflex. Crit.*, 1997, vol.10, no.2, p.351-368.

FERNANDES, Taísa Ribeiro. **Uniões homossexuais: efeitos jurídicos**. São Paulo: Editora Método, 2004.

FIGUEIRÊDO, Luiz Carlos de Barros. **Adoção para homossexuais**. Curitiba: Juruá, 2002.

FREITAS, Martha, C. **Meu sexo real. A origem somática, neurobiológica e inata da transexualidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

FRIGNET, Henry. **O transexualismo**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.

FUNARI, Sergio Luis. **Sexo oral e HIV entre homens que fazem sexo com homens**. *Cad. Saúde Pública*, Dez 2003, vol.19, no.6, p.1841-1844.

GOLIN, Célio e WEILER, Luis Gustavo (Orgs.). **Homossexualidades, cultura e política**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

GOLIN, Célio; POCAHY, Fernando Altair; RIOS, Roger Raupp (Orgs.). **A justiça e os direitos de gays e lésbicas. Jurisprudência comentada**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

GRAÑA, Roberto B. **Homossexualidade. Formulações psicanalíticas atuais**. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

GREEN, James N.; TRINDADE, Ronaldo (Orgs.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2005.

GREEN, James N. **Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: UNESP, 2000.

GUIMARÃES, Carmen Dora. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

HARDIN, Kimeron N. **Auto-estima para homossexuais**. Um guia para o amor próprio. São Paulo: Summus, 2000.

HELMINIAK, Daniel A. **O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade**. São Paulo: Summus, 1998.

HILTON, Bruce. **A homofobia (medo ou ódio a homossexuais) tem cura? O papel das Igrejas na questão homoerótica**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1992.

ISAY, Richard A. **Tornar-se gay. O caminho da auto-aceitação**. São Paulo: Summus,1998.

JAQUES-JEUSS. **Violência e assassinato de homossexuais e transgêneros no Distrito Federal e Entorno**. Brasília: Dante Editora, 2003.

LACERDA, Marcos, Pereira, Cícero and Camino, Leôncio.**Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais**. *Psicol. Reflex. Crit.*, 2002, vol.15, no.1, p.165-178.

LEVINE, Martin P. (Edited by). **Gay men. The Sociology of male homosexuality**. New York: Harper & Row, Publishers; 1979.

LIMA, Ricardo Barbosa.et.al. **Direitos Humanos e Cotidiano**. Goiânia: Bandeirantes, 2001

MAZZIEIRO, João Batista. **Sexualidade Criminalizada: Prostituição**, **Lenocínio e Outros *Delitos*** - São Paulo 1870/1920. *Rev. bras. Hist.*, 1998, vol.18, no.35, p.247-285.

MELIN, Paula and Araújo, Alexandra M **Transtornos alimentares em homens**: **um desafio diagnóstico**. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, Dez 2002, vol.24, supl.3, p.73-76.

MILLOT, Catherine. **Extrasexo. Ensaio sobre o transexualismo**. São Paulo: Escuta, 1992.

MOTT, Luiz. **Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999.

MOTT, Luiz. **Matei porque odeio gay.** Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2003.

MOURTHÉ, Gilberto. **Transexualismo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo**. Rio de Janeiro: Editora Caravansarai, 2003.

PINTO, Maria Jaqueline Coelho; BRUNS, Maria Alves de Toledo. **Vivência transexual. O corpo desvela seu drama**. Campinas (SP): Editora Átomo, s/d.

RAMSEY, Gerald. **Transexuais. Perguntas e respostas**. São Paulo: Summus, 1998.

REY, Fernando González. **Pesquisa qualitativa e subjetividade. Os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005.

SAPKO, Vera Lucia da Silva. **Do direito à paternidade e maternidade dos homossexuais. sua viabilização pela adoção e reprodução assistida**. Curitiba: Juruá, 2005.

SPENCER, Colin. **Homossexualidade. Uma história. Rio de Janeiro**: Record, 1996.

SULLIVAN, Andrew. **Praticamente normal. Uma discussão sobre o homossexualismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso. A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VERDA, Jole Baldaro; GRAZIOTTIN, Alessandra. **Transexualismo. O enigma da identidade**. São Paulo: Paulus, 1997.

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino**: **dominação das mulheres e homofobia**. *Rev. Estud. Fem.*, 2001, vol.9, no.2, p.460-482.

ANEXOS



ANEXO 1:

PROJETO DE PESQUISA

ESTRUTURAÇÃO
Grupo Homossexual de Brasília

CONCURSO NACIONAL DE PESQUISAS APLICADAS EM PROGRAMAS DE REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA

1 - Resumo

Os Centros de Referência são indicados pelo Plano Nacional de Segurança Pública como o mais apropriado programa na superação da violência contra gays, lésbicas e transgêneros por sua eficácia no aumento do acesso de cidadãos e cidadãs homossexuais aos serviços de segurança pública e no trabalho de sensibilização de operadores de segurança pública no respeito à homossexualidade e pelo seu caráter de parceria entre sociedade civil e órgãos de segurança pública.

A presente pesquisa estudará o Centro de Referência contra a Violência e Discriminação ao Homossexual (CERCONVIDH) do Estado do Rio de Janeiro e o Centro de Referência de homossexuais de Campinas (SP). São objetivos da pesquisa: conhecer o processo de estruturação dos Centros de Referência, descrever e avaliar o seu funcionamento, fazer levantamento de tipos de serviços prestados, avaliar o nível de comprometimento de diferentes níveis de agentes públicos de segurança na gestão e na sustentabilidade financeira e política dos Centros de Referências e avaliar a eficácia das estratégias de comunicação destes programas com o seu público-alvo.

A presente pesquisa candidata tem como intenção, por meio da análise e da sugestão, colaborar no que diz respeito à gestão destas instituições, servindo de importante norteador para os futuros centros a serem instalados no Brasil e até para o aperfeiçoamento dos já existentes.

O Plano de Trabalho consiste em contato com Centros de Referências a serem estudados e pedido de documentação produzida; elaboração de entrevista para levantamento de dados junto aos Centros de Referência; pesquisa in loco junto aos Centros de Referência (Rio de Janeiro e Campinas – SP); sistematização de informações, elaboração, aplicação e tabulação de dados de pesquisa via internet realizada junto ao público-alvo dos Centros de Referência e elaboração de relatório final.

2 - Objeto

A criação, a estrutura, as estratégias de comunicação com o público-alvo, os serviços e a gestão do Centro de Referência Contra a Violência e Discriminação ao Homossexual (CERCONVIDH) do Estado do Rio de Janeiro, que existe há quatro anos – o mais antigo do Brasil - e o Centro de Referência para homossexuais de Campinas (SP), aberto em 2003, e o nível e a efetividade de parceria entre a sociedade civil e órgãos de segurança pública na execução destes programas. Em levantamento prévio do Estruturação, esses foram os únicos Centros de Referência para homossexuais do país.

3 - Objetivos

3.1) Conhecer o processo de criação e estruturação dos Centros de Referências em estudo focando questões como atores institucionais envolvidos e a influência destes no delineamento inicial dos referidos programas

3.2) Descrever e compreender o funcionamento dos Centros de Referências (infra-estrutura, financiamento, tipos de gestão, estrutura hierárquica, definição de crimes homofóbicos, alcance dos cursos de formação de policiais em direitos humanos de homossexuais e encaminhamento e acompanhamento das denúncias entre os diversos órgãos envolvidos).

3.3) Fazer levantamento de tipos de serviços prestados pelos Centros de Referências em estudo (treinamento de policiais, disque-denúncia, ajuda psicológica etc).
3.4) Analisar o nível de comprometimento de diferentes níveis de agentes públicos de segurança na gestão e na sustentabilidade financeira e política dos Centros de Referências.
3.5) Avaliar as estratégias de comunicação deste Centros de Referência com a população-alvo e verificar o nível de conhecimento de sua existência e dos serviços prestados pelo público homossexual que acessa internet no Estado do Rio de Janeiro e Campinas (SP).

4 - Justificativa

O mundo hoje vive tempos de significativo avanço na construção da cidadania de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, como constatado na Justiça e na mídia, pelo tratamento positivo da homossexualidade. Entretanto, nos poderes Legislativo e Executivo, dos três níveis, com muito pesar, se constata, de forma geral, que a garantia, a defesa e a promoção de direitos de cidadãs e cidadão homossexuais não está na agenda pública de políticas e ações prioritárias. É verdade que há crescente interesse por parte de determinados agentes públicos por este assunto, entretanto a regra é omissão e até oposição governamental e oficial em relação aos e às homossexuais, o que provoca um cenário preocupante.
Como um grave exemplo, temos que o Brasil, o mesmo país que faz a maior parada do orgulho homossexual do mundo (um milhão de pessoas na parada de São Paulo em 2003), convive com o estarrecedor índice de um homossexual assassinado a cada dois dias, o que o coloca como campeão mundial de assassinatos de homossexuais (Mott e Cerqueira, 2003, p.19).
A análise desta realidade sombria se torna ainda mais tensa na medida em que se constata o aumento de assassinatos com o passar dos anos. “Os crimes homofóbicos subiram de uma média de 50 por ano na década de 80 para 125 crimes na década de 90 – um aumento de 120%.” (Mott e Cerqueira, 2003. p. 20).
Outro agravante visto pelo movimento homossexual de todo o mundo é que essa tendência de crescimento está diretamente ligada à maior exposição dos e das homossexuais na luta por sua igualdade de direitos dentro de países e de governos que, em contramão a este avanço, não executam políticas públicas de combate ao preconceito à homossexualidade e de superação da violência contra gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros.
Como resposta modificadora desta realidade, o Plano Nacional de Segurança Pública na questão concernente a minorias, de forma geral, e de homossexuais, especificamente, recomenda, como melhor modelo de superação da violência homofóbica, a criação de Centros de Referências. Esta indicação se dá por conta de característica de este modelo basear-se nas idéias de participação, divisão de responsabilidades e abertura das instituições policiais aos diálogos. Outro ponto positivo é fato de tais centros serem espaços de elaboração de políticas de segurança de populações alvos, com grande participação de suas representações e organizações.
Especificamente, na constituição dos Centros de Referências contra a homofobia, a recomendação do Plano Nacional de Segurança Pública é que seja feita junto a entidades representativas homossexuais, além de empresários da noite gays, editores de revistas voltadas para esse público, artistas.

Como propõe o Plano Nacional de Segurança Pública, os Centros de Referências contra a homofobia têm como função sensibilizar e capacitar a polícia no sentido do respeito à orientação sexual e dar respostas às violência sofridas por homossexuais (violência física, assassinatos, extorsão – inclusive de policiais-, expulsão de casa, entre outros).
Esse modelo de instituição também é recomendado por significar importante passo para o acesso da população homossexual aos serviços de segurança pública, já que é inegável a realidade em que um/a homossexual ao ir à delegacia denunciar um caso de violência sofrida, ele/a pode ser novamente vitimado pelo preconceito, desta vez por um/a agente pública/o de segurança. Não se esquecendo, claro, de quando os/as agentes de segurança pública são os/as próprios algozes dos e das homossexuais.
O cenário das entidades de direitos humanos de homossexuais como o Estruturação – Grupo Homossexual de Brasília, é composto, por conseqüência de fatos como o citado, de gays, lésbicas e transgêneros que não confiam nas instituições de segurança pública, o que, ao as/os inibirem de denunciar violências sofridas, contribui para uma situação contínua de impunidade, de violência contra homossexuais e de falta de dados estatísticos sobre esta realidade. A criação de Disques-denúncias ligados aos Centros de Referência são uma importante forma de acesso da população homossexual aos serviços de segurança pública.
Por essas recomendações do Plano Nacional de Segurança Nacional, constata-se que a democracia e a participação na estruturação dos Centros de Referências são valores preciosos.
Esta proposição de pesquisa se justifica pela necessidade de analisar tanto a gestão e a estrutura dos Centros de Referências quanto a articulação deste modelo calcado na parceria de órgãos de segurança pública com organizações da sociedade civil ou com outros órgãos.
A área de segurança pública é um dos pontos primordiais para a conquista e para a consolidação da cidadania de homossexuais. A diretoria do Estruturação – Grupo Homossexual de Brasília pôde constatar em uma oficina sobre combate à violência do XI Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis, o maior evento da militância homossexual brasileira e realizado em novembro de 2003 em Manaus, a grande mobilização e interesse das organizações no estabelecimento de programas de segurança pública voltados a esta população.
Dentro de um incipiente interesse de Secretarias de Segurança Pública espalhadas pelo Brasil de promoverem ações específicas para esta população por um lado e da forte pressão social das entidades homossexuais junto aos governos dos três níveis na efetiva realização de políticas públicas de segurança por outro, esta pesquisa vem de encontro à grande necessidade de um delineamento de modelo de gestão dos Centros de Referência.
A avaliação, a comparação e o estudo das gestões destes dois exemplos concretos de Centros de Referências para homossexuais no Brasil – o objeto desta pesquisa -, vem complementar de forma rica o Plano Nacional de Segurança Pública. Este respondeu à importante pergunta “o quê?” no que poderia significar maior acesso aos serviços de segurança pública e na melhor forma de treinamento de policias em relação à homossexualidade: os Centros de Referências.
Sobre o “como iniciar”, o mesmo Programa Nacional indica preciosas etapas, como levantamento dos problemas de segurança da população-alvo, definição de metas conjuntas e divisão de responsabilidades.

A presente pesquisa candidata tem como intenção, por meio da análise e da sugestão, colaborar para a resposta à questão "como?" no que diz respeito à gestão destas instituições, servindo de importante norteador para os futuros centros a serem instalados e até para o aperfeiçoamento dos existentes.

5 - Metodologia

A metodologia será a da pesquisa participativa com uso de observação participante e de entrevistas semi-estruturadas sobre o tema, bem como com o uso de pesquisa documental sobre os registros dos objetos envolvidos.

A pesquisa participativa mostra-se o melhor método de trabalho no desenho desta pesquisa, pois a mesma pressupõe uma interação entre pesquisadores e objeto de pesquisa. Da mesma forma, a pesquisa pressupõe uma atuação dos pesquisadores sobre o objeto que, de imediato, tem como conseqüência uma influência sobre o mesmo no sentido de sensibilização para o tema em investigação.

A escolha do ambiente da Internet para a aplicação de instrumento para mensurar o nível de conhecimento dos Centros de Referência e de seus serviços por parte de seu público-alvo foi feita com base na dificuldade ora prevista para aplicação in loco dos instrumentos. Entretanto, se durante a execução desta pesquisa for constatada a necessidade desta aplicação in loco para se somar à realizada via Internet, a instituição proponente arcará com os custos decorrentes desta atividade.

6 - Plano de Trabalho

6.1) Contato com Centros de Referências a serem estudados e pedido de documentação produzida (avaliações, regimento, atas ou resolução de criação etc)

6.2) Elaboração de entrevista para levantamento de dados junto aos Centros de Referência

6.3) Pesquisa in loco junto aos Centros de Referência (Rio de Janeiro e Campinas – SP)

6.4) Sistematização de informações obtidas juntos aos Centros de Referência

6.5) Elaboração de instrumento para averigüar o nível de conhecimento dos homossexuais usuários de Internet do Estado do Rio de Janeiro e da cidade de Campinas sobre os respectivos Centros de Referência.

6.6) Aplicação de instrumento de averiguação por meio de sua disponibilização em conhecido site homossexual

6.7) Sistematização de informações da pesquisa via internet

6.8) Elaboração de relatório final

7 - Cronograma físico-financeiro

Contato com Centros de Referências a serem estudados e pedido e análise de documentação produzida	1º mês	Pesquisador (5 meses x R$ 2.000 = R$ 10.000) Material de Escritório (R$ 400) Livros sobre segurança pública (R$ 400)
Elaboração de entrevista para levantamento de dados junto aos Centros de Referência	2º mês	01 Laptop (R$ 4.000)
Pesquisa in loco junto aos Centros de Referência (Rio de Janeiro e Campinas –	2º e 3º meses	Passagem aérea BSB-RJ-BSB (R$ 850) Quatro diárias: (R$ 440)

SP)		Ajuda transporte: (R$ 120) Ajuda alimentação: (R$ 100) Passagem aérea BSB-Campinas-BSB (R$ 650) Quatro diárias: (R$ 380) Ajuda transporte: (R$ 120) Alimentação: (R$ 100)
- Sistematização de informações obtidas mês anterior - Elaboração de instrumento para averiguar nível de conhecimento dos Centros de Referência pelo seu público-alvo (homossexuais do estado do Rio de Janeiro e de Campinas - Aplicação do instrumento por meio de link em anúncio em conhecido site homossexual	4º mês	Decupador de fitas: (R$ 350) Material de escritório: (R$ 400) Elaboração de formulário na Internet para aplicação do instrumento (R$ 400) Pagamento de link em anúncio por um mês em conhecido site homossexual de nível nacional (R$ 1.300)
- Tabulação de dados da pesquisa via internet - Elaboração de relatório final	5º mês	Digitador (R$ 180)
	TOTAL	R$ 21.690,00

8 - Bibliografia

ANJOS, Gabriele dos. **Homossexualidade, direitos humanos e cidadania**. *Sociologias*, Jun 2002, no.7, p.222-252.

BARROS, Herbert Borge Paes de.**Direitos e Garantias:Direitos Humanos e Cidadania.**Brasília:Ministério da Justiça,Secretaria de Estado dos Direitos Humanos,2001.

FÉRES-Carneiro, Terezinha. **A escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade**. *Psicol. Reflex. Crit.*, 1997, vol.10, no.2, p.351-368.

FUNARI, Sergio Luis. **Sexo oral e HIV entre homens que fazem sexo com homens**. *Cad. Saúde Pública*, Dez 2003, vol.19, no.6, p.1841-1844.

LACERDA, Marcos, Pereira, Cícero and Camino, Leôncio.**Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais**. *Psicol. Reflex. Crit.*, 2002, vol.15, no.1, p.165-178.

LIMA, Ricardo Barbosa.et.al. **Direitos Humanos e Cotidiano**. Goiânia:Bandeirantes, 2001

MAZZIEIRO, João Batista. **Sexualidade Criminalizada: Prostituição**, **Lenocínio e Outros *Delitos*** - São Paulo 1870/1920. *Rev. bras. Hist.*, 1998, vol.18, no.35, p.247-285.

MELIN, Paula and Araújo, Alexandra M **Transtornos alimentares em homens**: **um desafio diagnóstico**. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, Dez 2002, vol.24, suppl.3, p.73-76
MOTT,Luiz. **Matei porque odeio gay.** Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2003
WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino**: **dominação das mulheres e homofobia**. *Rev. Estud. Fem.*, 2001, vol.9, no.2, p.460-482.



ANEXO 2:

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. Como se deu o processo de criação e estruturação do Centro de Referência?
2. Quais os atores institucionais envolvidos na criação e estruturação do Centro de Referência?
3. Qual a influência destes atores institucionais no delineamento inicial dos referidos programas?
4. Qual o nível de participação e/ou permanência destes atores institucionais iniciais na estruturação e desenvolvimento de propostas atuais?
5. Como você avalia, caso seja o caso, o nível de comprometimento dos diferentes agentes públicos de segurança, na gestão e na sustentabilidade política e financeira do Centro de Referência.
6. Existe algum trabalho de captação de atores institucionais com relevância política para o CR. Em caso afirmativo, por favor, descreva este trabalho de captação.
7. Quais são as garantias institucionais e políticas de continuidade dos trabalhos do CR, bem como da permanência institucional e política do próprio CR?
8. Por favor, descreva a infra-estrutura do CR, considerando os aspectos operacionais e de coordenação dos diversos serviços oferecidos à população.
9. Como se dá a estrutura hierárquica do CR, como a mesma foi definida e qual o suporte administrativo e político atual que a mantém?
10. Por favor, descreva as situações e fatos jurídicos (por exemplo, os diversos crimes homofóbicos) matéria de trabalho do CR.
11. Como você avalia as modalidades e níveis de violência presentes nas situações e fatos jurídicos matéria de trabalho do CR?
12. Quais os tipos de serviços prestados pelo CR à população GLTTB em particular e à população em geral?
13. Quais os tipos de serviço que você considera preventivos?
14. Como se dá o encaminhamento e acompanhamento das denúncias entre os diversos órgãos envolvidos?
15. Como você avalia o alcance dos cursos (e atividades semelhantes) de formação (sensibilização) de policiais (e outros agentes da segurança pública) em direitos humanos de homossexuais?
16. Como você avalia a eficácia das estratégias de comunicação do CR com a população-alvo?
17. Como você avalia a eficácia das estratégias de comunicação do CR com a população em geral?
18. Dentre a população GLTTB, qual a secção (gay, lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros, bissexuais) que melhor responde às estratégias de comunicação do CR?
19. Como você avalia a comunicação do CR com outros Centros de Referências e/ou serviços/programas semelhantes no Brasil?
20. Como você avalia o nível de conhecimento do público homossexual e GLTTB local, sobre a existência dos serviços prestados pelo CR?



ANEXO 3:

TRANSCRIÇÃO LITERAL DAS ENTREVISTAS



ESTRUTURAÇÃO
Grupo Homossexual de Brasília

RIO DE JANEIRO

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Rio de Janeiro – RJ
CERCONVIDH
Entrevistada: Ione – Coordenadora
Ione, juridicamente, como você define o CR?
R. Olhe, hoje, eu fico muito à vontade em definir, não que seja uma definição jurídica. Não, porque era uma parceria verbal, não existia documento, as bolsas (pagamentos de salários) era tudo na base do verbo, sabe aquela coisa do bigode, tirou o bigode e fez. Até que funcionou, foi bom, mas fomos institucionalizados no dia quinze de novembro. Então, hoje, o CR é parte da Secretaria de Justiça e Direitos do Cidadão, é componente da Central da Cidadania. E, assim, é... agora nós somos... governo, podemos falar como governo.
Em relação ao processo de criação e estruturação do CR, como ele aconteceu?
R. Olha, é... assim, o CR, nasceu da necessidade de ampliar os nossos serviços à população homossexual, porque nós tínhamos um "disque", Disque Defesa Homossexual e se restringia a, praticamente, estatística. Então, a pessoa fazia a denúncia ou solicitava qualquer outra coisa e nós não tínhamos pernas nem, em fim, estrutura para encaminhar, para acompanhar encaminhamentos e servir realmente de base para as pessoas saberem dos direitos e limites, em fim. E quando eu peguei a coordenação do "Disque", né? do DDH, mais do que nunca, a gente foi sentindo falta de lastro, de respaldo de trabalho e aí, como eu sou abusada, eu fiz uma proposta à equipe d'agente ter uma gestão participativa, no papel, aqui funciona como uma Coordenação Geral, mas eu trabalho sempre perguntando à equipe, a gente erra e acerta juntos e lá resolvemos pela mudança do serviço do Disque, da Secretaria de Justiça para a Secretaria de Direitos do Cidadão, nós resolvemos tirar do papel e colocarmos em atividade, um Centro de Referência e que ficou sendo o Centro de Referência contra a Violência e a Discriminação ao Homossexual. E isso já tem quatro anos.
3 Quais os atores institucionais envolvidos na criação da estrutura do CR?
R. Assim, o Movimento do Rio de Janeiro, aliás, todo ele não, o Grupo Arco Íris, o Movimento Delas, o Grupo Astral, o Atobá e Água Viva, deram o pontapé inicial do Disque Defesa Homossexual. Na época o Secretário de Segurança era o Luiz Eduardo Soares e, uma pessoa muito aberta às novas políticas e às necessidades, principalmente dos excluídos, e daí, nós criamos do DDH, que funcionava com voluntários na Secretaria de Segurança e direcionado pelo Conselho Gestor, que é, na verdade, uma representação de cada um desses Grupos. Na época o Deputado Carlos Minte colaborou muito com a criação do Disque e na manutenção deste, porque, inclusive a coordenação ficou com uma pessoa do Grupo Atobá, por que era funcionário público, então poderia estar sendo transferido e com Lúcia Xavier, que era funcionária, na época, do Gabinete do Minte. Só que, com o encaminhamento dos fatos e andamento das coisas, é... começamos educando as polícias, educando com um bom material de divulgação e tudo, mas com a mudança de governo, nós ficamos sem material, nós ficamos sem logística, nós não tínhamos mais nem como nos locomover para fazer as palestras e direcionamentos. Então foi ficando muito difícil o trabalho do Disque. E foi um momento em que uma parte do Conselho Gestor quis impor que nós fôssemos políticos partidários, e não dá, política social, você não faz com político partidarismo. Foi nesta hora em que chamando os representantes do Conselho Gestor, nós decidimos que não

iríamos mais manter o Gestor, não ficaria nem um serviço vinculado ao Fórum. Senão, os Grupos, ainda tem uns Grupos que... é aquela história "eu estou, então eu é que tenho que fazer, então eu tenho que usufruir do que está sendo proposto" e não é. Era hora de uma política que nos mantivesse e nos desse mais espaço para trabalho, para nós chegarmos na delegacia e o delegado ser "educado". Eu quero chegar na delegacia e mostrar que ele tem a obrigação de atender todo mundo. Ele está ali para defender as pessoas e não para acusar ou decidir quem ele quer atender ou não. Em fim, sem esse suporte da segurança e tendo, pelo menos, um pequeno suporte do governo, nós não teríamos conseguido manter o Disque funcionando. Então, a segunda etapa, na verdade, é que o Movimento Delas, o Dom da Terra, era assim, o Márcio Marins era Presidente do Grupo Atobá e saiu do Grupo Atobá e ficou trabalhando só com o Dom da Terra, que é voltado muito para o trabalho nos barracões, então nós peitamos o restante do Movimento e mostramos o nosso trabalho ao governo. Daí a estrutura, foi do Movimento Delas e Dom da Terra e do Cidade Viva, que é uma ONG, inclusive, que não é de homossexuais, nem lida só com a nossa população, mas trabalha muito com a nossa população. Esse eixo inicial e a necessidade de o governo estar cada vez mais partilhando conosco as responsabilidades e não somente dar uma bolsa, uma salinha e tichau, e aqui na Secretaria de Justiça nós tivemos o retorno disso, a interação foi muito legal. Durante dois anos, o relatório do CR era o relatório dessa Secretaria. Claro, nós mostramos trabalho e eles viram, nos deram espaço e foram trabalhando junto conosco. E assim, nada que nos prendesse a não verbalizar e não demonstrar as nossas insatisfações, por exemplo, este ano o ex-governador Antoni Garotinho ia receber um troféu na parada de Madureira e nós achamos um absurdo, porque ele não foi um dos melhores governadores conosco, muito embora ele não tenha faltado com a palavra dele, porque as bolsas que ele prometeu, ele deu, espaço nós tínhamos e tudo, mas não olhava para nós. E o próprio CR fez uma política contra e eles tiveram que aceitar, como muitas vezes a gente vai contra as coisas do governo. Quer dizer, é uma parceria muito boa, acredito que nós não estaríamos funcionando se fôssemos só o Movimento Social ou só o governo. E assim, eles souberam identificar os atores necessários e hoje a equipe é composta de pessoas idealistas, de pessoas que querem estar trabalhando em prol da nossa população e que tem uma remuneração, por conta desse trabalho.

Qual a influência inicial desses atores no delineamento dos programas?

R. Na verdade quem ficou conosco, foi identificando as necessidades. Se, inicialmente, o Movimento procurou o governo e fez a proposta de um Disque e isso funcionava – claro que não era a contento, porque a pessoa ia na delegacia, deu a queixa e agora: "Ah, o advogado do Grupo tal pode atender ou não", em fim – mas para a gente não ficar sempre dependendo, cada um, dentro do seu trabalho desenvolvido no CR, foi identificando as suas necessidades, por exemplo, a gente identificou a necessidade de parcerias jurídicas, de atendimento psicológico direto, aqui, o local para nós, é essencial hoje, porque não existe só movimento organizado, nós temos homossexuais em todas as parcelas sociais, então aqui, Central do Brasil, é tudo. É o coração do Rio de janeiro, é verdade, e passa todo mundo aqui. Então, tem gente que nunca tinha ouvido falar em movimento organizado e que é homossexual, tem pessoas que foram tomando conhecimento a partir do material de divulgação, nos fóruns. Então, cada um foi demonstrando suas necessidades e a gente foi adaptando. Hoje nós temos, por exemplo, o serviço de atendimento a trangêneros, porque? Por que havia a necessidade de um cartão e tudo, uma trangênero entende o que a outra está querendo colocar e tem a

sensibilidade pela vivência, a especificidade, a mesma coisa o gay, a lésbica, as pessoas que nos procuram – porque eu não vejo excluído poder excluir – nós temos denúncias de racismo, das religiões, uma série de coisas. E, assim, há necessidade de se fazer parcerias com as delegacias. Hoje a gente tem uma série de delegacias da policia civil, batalhões, tudo independentes. Mas aí dizem: "Ah, mas eles são subordinados à Segurança", mas não, a gente fez parceria com o pessoal da própria delegacia, com as delegacias de mulheres as DEAM's. Então esse trabalho específico, a gente foi detectando, conforme as pessoas da equipe ia apontando e também conforme a nossa população buscava com a gente isso e ai nós fomos criando essas coisas. Aí nasceu, inclusive, a ação executiva, que, exatamente, a gente articula tudo e a pessoa vai fechar aqui, fechar ali, que é, exatamente, para manter as parcerias e o nível de informação. Infelizmente, em todo movimento social, alguns grupos são contra porque não tem verba, porque não exigiu projetos infindáveis, com muitos milhares de reais e acham que a gente quis pouco. A gente não quis pouco, a gente tem que ver a realidade. Nós estamos na realidade de um governo que deve, que está inadimplente, mas que nós temos espaço de trabalho, nós temos telefone, nós temos tudo que não teríamos como pagar. É um suporte! A logística, de vez em quando não tem papel, não tem, um de nossos grupos de base, a gente vai, pega e traz. O material, não tínhamos o material, nós fizemos com um dos grupos, ótimo, mas fizemos! Então, eu acho que é a coisa da parceria mesmo, você não querer cobrar tudo do governo, mas é você querer trabalhar junto. Então, por exemplo, o atendimento da própria proposta das pessoas do atendimento, que antes era antes era só o DDH, primeiro veio do encaminhamento, do acompanhamento à delegacia, aí depois a gente entrou na parte da mediação de conflitos, que é muito importante. Hoje você vê que a maior parte das coisas, você resolve sem ter que ir à delegacia, você escuta um e outro e assim, vai-se conseguindo trazer isso à nossa população, como que eles mesmos fazem a proposta e como eles acabam decidindo o que é melhor para elas. A capacitação vem sempre das necessidades. A ABIA é nossa parceirona. A gente sempre prepara, monta o básico da capacitação para os atendentes – porque aqui, inicialmente, todo mundo é atendente – hoje, no Disque a gente pode discutir com você fato a fato do acontecido, garantir o sigilo, porque não é toda hora um diferente que mexe na ficha. E assim, hoje as instituições buscam mais as nossas informações, se baseiam nelas para monografias e teses e isso para nós é muito importante. E a gente está no campo com a polícia militar, polícia civil, guarda municipal, as escolas nos têm procurado muito. Então, como CR, eu acho que o grande segredo é você estar o tempo todo trocando informações com o restante da equipe e tentar levar até o fim as propostas de suas necessidades. Por exemplo, lá no Centro de Atendimento à Mulher Lésbica, a gente tem parceria com a BENFAM, a gente tem parcerias com médicos particulares, agora nós estamos saindo com parcerias com os CTA's e etc... a gente fez parceria, pela necessidade de capacitação e de geração de renda, a gente fez parceria com a CETRAB e hoje a gente encaminha tanto para re-inserção ou inserção no mercado de trabalho, como para capacitação. Não existe aquela coisa do estigma: "Olha aí, hoje é só para travestis", não, a gente atende toda a população, principalmente a nossa!

Qual o nível de participação e permanência desses atores iniciais na estruturação e desenvolvimento de propostas atuais?

R. Eu acho, assim, é... é muito bom! Por que, nós tínhamos uma equipe de vinte voluntários quando começou tudo, em DDH e depois dos nossos encaminhamentos e

começarmos a fixar uma equipe e tudo, a maioria das pessoas, André, está desde o início conosco, o Márcio Marins, está desde o início conosco, Mole, que é do Água Viva, veio e ficou, depois que saiu da instituição, da ABIA, que sempre esteve muito conosco, ao nosso lado, nós temos o Cristian, que está quase trabalhando conosco, pois está na fase de capacitação. Para você ter uma idéia, a pessoa que tem menos tempo aqui dentro, tem um ano e meio. E olha que a gente faz reuniões, a gente quebra o pau, o que está errado, o que não está. Eu lido muito como as pessoas assim, eu sou muito emocional. Eu, quando acho que está errado, eu vou logo e falo e demando e a gente discute de igual para igual. Por que, a hierarquia é fato? É! Mas acho que você só pode assumir uma liderança de objetivos similares ou com mesmos objetivos, quando você dá voz e espaço para as pessoas agirem. Então, assim, essa coisa da administração participativa, não foi só para fazer gracinha e ficar só no pape, não. Foi uma coisa que, quando eu percebi a necessidade de todos estarem opinando e trabalhando todos juntos, isso foi tomando um corpo, onde eu deixei todos os atores muito à vontade e, é claro, muitos se atropelaram e tiveram que ser convidados a sair, embora a gente sempre tenha feito de tudo para as pessoas permanecerem, mas não dava também para parar o trabalho todo por conta de uma pessoa... e assim, a engrenagem funciona e está funcionando bem! Eu acredito que venha a ter mais gente que não começou na equipe, por que a gente solicitou mais bolsas para o atendimento psicológico, o atendimento jurídico e tudo e nós vamos ser atendidos agora, com a majoração das bolsas. O que eu acho melhor nessa coisa é que dos cinco grupos que começaram, quatro permanecem. Então, em fim, quem começou o Disque está conosco, quem saiu, foi auto-exclusão! São as bases! Eu não respiro, eu não decido sem chegar para eles e perguntar: "Como faremos?". Por que, não tem como você funcionar sozinho se o tempo todo se trabalhou como uma equipe. Então, vamos fazer isso! Aí a gente avalia os prós e os contras e ainda assim, hoje, a qualquer momento, a gente pede reunião para estar incluindo uma coisa, excluindo outra, que não seja tão necessária, é uma coisa assim que a dinâmica é muito legal, por que a cada dia você tem um novo ambiente de trabalho...

Ione, como você avalia, caso seja o caso o nível de comprometimento das diversas áreas de Segurança, na gestão e sustentabilidade política e financeira do CR?

R. É assim, na financeira, não muito! Por que a Secretaria de Justiça e do Cidadão, ela só tomou posse do que ela é realmente, há coisa de dois meses. Mudou o Secretário e aí o Secretário era assim, mais ou menos, sabe? Hoje, nós temos um Coronel, que veio da Segurança, trabalhando conosco direto, é ele e o Coordenador da Central da Cidadania trabalhando direto com as coordenações, que é uma pessoa excelente, hoje nós temos, assim, a estrutura da Segurança. Eu sempre pensei assim, nós somos Justiça, então ela vai me garantir a Justiça e a Segurança, juntos e ainda por cima os direitos do cidadão. Quer dizer, era uma Secretaria que, só o nome, já tem uma proposta excelente, principalmente para um CR. E, há coisa de dois meses é que essa coisa realmente tomou vulto e hoje eu digo assim, que o comprometimento da Segurança conosco, é total, por que a parceria das bolsas continua sendo da Secretaria de Segurança com a de Justiça. O acolhimento e a participação dos agentes de segurança é muito intenso, por que, assim, a gente contatou hoje um batalhão, uma delegacia ou qualquer outro agente de segurança nosso, amanhã a gente tem a resposta. Mas se não tiver também, a gente perturba... é telefonema, é ofício e vamos em cima; e assim, eles buscam bons resultados, principalmente depois do lançamento do programa "Brasil sem homofobia", como uma parte das pessoas que trabalham no programa está no Conselho Nacional de

Combate à Discriminação, tem aquela coisa do político partidarismo: "Não vamos lançar no Rio"; Eu: "Vamos lançar no Rio!". Posso afirmar e comprovar que aqui nós temos, pelo menos, quatro das políticas apontadas de segurança funcionando. Não foi lançado. O governo não fez uma festa, mas nós temos e nós agimos, o que eu acho muito mais importante, começamos pela proposta do CR, que é uma das propostas mais difíceis de se fazer funcionar nos outros estados e você vê que aqui funciona bem. Eu posso dizer: "Ah, o governo é homofóbico?", "Não". " um governo evangélico?", "Eu não quero saber, por que eu não vou no templo dela e ela que não queira ir no meu!". Ponto! Eu não tenho nada há ver com a religião dos outros. Eu aprendi que religião, política e futebol, não se discute. Então, eu acho que tem um comprometimento muito bom e, assim, eu posso te apontar uma coisa que eu achei, assim, A GLÓRIA, para nós da equipe, o coronel, que é homônimo do maravilhoso Jorge da Silva, daqui da Segurança e da Justiça, tem o que é Secretário de Direitos Humanos daqui do Rio de Janeiro e ele quis levar o CR para a Secretaria dele, quando ele assumiu, e nós fomos para uma audiência pública e eu bati o pé e disse: "NÃO! Eu não vou, por que eu não trabalho só com direitos humanos, eu preciso de segurança para a minha população. Eu preciso das POLÍCIAS comigo, né? e aí começou... e outro dia ele estava falando numa reunião... ele foi falar e fez um comentário infeliz, dizendo que ele admirava os outros CR por que não recebiam bolsas e nós e o do racismo e anti-semitismo, só trabalhávamos porque nós recebíamos. É BRINCADEIRA! A bolsa auxílio, hoje, é de quinhentos reais! As pessoas pagam passagem, pagam médico, trabalham oito horas por dia. Então, ele foi totalmente anti-ético com esse comentário, mandei um documento para ele, com cópia para minha Secretaria e a resposta, foi assim ÓTIMA! O meu Secretário respondeu junto com o Jorge da Silva que é encarregado do pessoal da Cidadania, que é pena que ele tenha aberto a boca, por que nós temos trabalho para mostrar. Isso vindo de um governo que todo mundo diz que é um governo homofóbico e que não faz nada pela nossa população LGT... ou GLT, entendeu? Para mim, é, assim a GLÓRIA, é a GLÓRIA!

Existe algum trabalho de capacitação dos atores institucionais, com relevância para o CR? Caso exista, por favor, descreva-o!

R. Tem, a ABIA é, assim, uma grande parceira. Amanhã, é uma pena, eu não estou no Rio, vou estar em Brasília, a ABIA vai estar fazendo uma capacitação, lincando a homossexualidade com direitos humanos. Então, pelo menos uma vez ao mês, há uma palestra na ABIA, que na verdade, a ABIA seria um trabalho só para HSH, mas ela acabou comprando a briga da segurança, na parceria com o CR. E essas capacitações são de grande relevância, uma vez que não vai somente o pessoal homossexual, mas vão outros atores sociais importantes para nós, daí a relevância política do fato e, assim, além de mostrar o nosso trabalho e a necessidade de, cada vez mais, o nosso trabalho ser respeitado e complementado, ela também vai capacitando esses atores para essa interação. Então, não é só para a nossa equipe, mas é interação com os atores e isso, para mim, é um ato político grande. Para você ter uma idéia, nós temos pessoas, na nossa equipe, desde pessoas que não terminaram o segundo grau, até pessoas acadêmicas. A ABIA fez uma capacitação no final do ano passado, que até o CR de Campinas veio para participar, que vinha com a homossexualidade desde a Grécia antiga até os nossos dias e passando por todas as partes, tranversalizando todos os recortes possíveis e imaginários, ao ponto de todos os CR (da Ação à Cidadania) estarem um dia cada um para darem um dia de palestra sobre o seu trabalho. É, assim,

muito interessante, pois nós tivemos todos os atores participando e isso vai, assim, melhorando a postura, inclusive, dos atores sociais em relação às novas políticas implementadas.

Quais são as garantias institucionais e políticas de continuidade dos trabalhos do CR, bem como a permanência institucional e política do próprio CR?

R. É, assim, se eu for te falar SÓ a verdade, eu vou te falar: "Nenhuma, né?". Mas, assim, a gente percevera, então, à medida em que se abre uma porta ou uma janela, não tem mais como fechar. A única garantia é que as pessoas permaneçam com esse pique, pois são idealistas. Que não vejam nunca nessas políticas uma forma de estabilidade de emprego, de vínculo para você poder ganhar a sua vida e fazer disso o seu nível sócio-econômico, por que, assim fica tudo muito mais difícil. Não é mais como se teve, há bem pouco tempo, as ONG's mamando nas tetas da AIDS, o que eu acho, assim, uma coisa muito chata! Então, eu acho que a única garantia, na verdade, é a nossa população reconhecer as políticas que a gente está sempre colocando em ação e a gente fazer uma coisa que o governo não possa abrir mão do nosso trabalho. Então, para mim, a única garantia é que o nosso trabalho seja sempre o melhor, e dê muito retorno ao governo, ao ponto de impedi-lo de abrir mão do nosso trabalho, que é o que, atualmente, está sendo mostrado para nós. Não institucionalizaram à toa, os movimentos sociais gritam e eu também tô gritando, tô com quarenta e nove anos na cara! Agora, tem também isso, a equipe que começou conosco, trouxe essa coisa de participar de luta. Na época do movimento estudantil, na própria parte que se falou de atos, e tudo, a gente não via... eu nunca fui para o governo discutir, sendo pago por ele. Então, a luta é mesmo aquilo: "Olha, eu estou dando a minha parte e você dá a sua!". Isso fez com que a coisa ficasse, assim, palpável! Inclusive, eu acho que se as pessoas voltarem a trabalhar com aquela coisa do idealismo, do orgulho de sua luta e não ver naquilo uma forma de ganhar dinheiro, com certeza, isso é uma garantia para nós aqui.

Por favor, Ione, descreva a infra-estrutura do CR, considerando os aspectos operacionais e de coordenação dos diversos serviços oferecidos à população!

R. É, assim, a "infra" do CR, ela deixa muito a desejar. Por exemplo, se a gente quiser fazer um trabalho que não pode ter pane em informática, a gente tem que usar o computador da casa de um de nós, os telefonemas interurbanos mais imediatos eu faço lá da minha casa, mas a infra, hoje, ela é muito mais abrangente do que a coisa de quatro anos atrás! Hoje, nós temos o espaço, nós temos a logística, mínima, mas temos! E, assim, as coordenações dos serviços, todo mundo é atendente, então coordenação e atendente aqui é a Moli, a gente até brincou: "São as assessorias". Então a Moli, é atendente, a Moli coordena o atendimento a trangêneros, assim como o André coordena o atendimento a homossexuais, no nível gera, por que ele também é o que encaminha para a capacitação e emprego e, assim, cada uma aqui exerce várias funções e que acaba dando o suporte geral, acaba parecendo que nós temos uma infra maravilhosa, pois quando eu digo: "Ah, liga para o Caio para colocar isso na mídia!", dá para pensar que nós temos assessoria de mídia, não, é um grande amigo nosso, parceirão, e é jornalista. É aquela coisa do "Por favor!", eu tenho uma certa inserção no governo federal e tenho, assim... por que na verdade eu trabalho como empresária de uma banda de rock, então, isso me dá meios para eu mandar fazer da minha, do meu dinheiro, fazer determinados trabalhos, estar pagando uma saída para algum lugar! Para fazer as palestras, nós temos um Pawer Point magnífico, porque? Por que os meninos trabalham bem, por que Raquel é Web Disigner, o Júbersom também. Nós já partimos para um portal com as bases e os

parceiros e isso é o meu grupo de base que está sustentando e é gratuito, é voluntariado! Então, eu acho que se nós fôssemos pensar que é o governo que deve sustentar tudo, o governo não tem tudo. Quando a gente não tem envelope aqui, é por que as Secretarias não têm também, não é aqui, é no governo todo, é no Rio de Janeiro, é o governo do Rio de Janeiro que não tem. Para eles (os que trabalham no CR) não têm ticket's, não têm contrato, mas já foi assinado, na semana passada um projeto de cooperação entre a Secretaria de Justiça e o DETRAN para poder estar normatizando as bolsas, que, até então, era um compromisso da Secretaria de Segurança comigo. Então, é assim, uma coisa muito precária! Se eu "for" quem é que vai garantir? Então, assim, a infra, não tem! Noventa por cento das coisas que a gente faz, você vai falar que é milagre, mas é assim, faltou? Vamos ali falar com "Fulano" vamos ali, falar com "Cicrano" e a gente vai resolvendo! Por que não adiantava esperar ter uma "puta" infra para depois começar a trabalhar. Então, hoje, os serviços, nós temos um monte de serviços, realmente. Quando você fala: "comprometimento?", nós tivemos seis meses sem bolsa, aqui. Entre o trâmite de governo e até acharem onde estava a pessoa que tinha fechado comigo, verbalmente, a bolsa. E se a gente abrisse mão do espaço, não viesse ninguém e "Tchau", seria um ganho MUITO grande da nossa causa, que estaria indo embora e ninguém iria poder colocar para funcionar de onde a gente parou. Então a gente não podia parar! Que tem, tem! Porque não é só o movimento organizado que está querendo mostrar que o governo não faz, era a nossa população que não estava em movimento organizado, ficando mais sufocada ainda. Então não dava para fechar e a gente não fechou e o resultado está aí, que a gente é reconhecido, que a gente existe e que a gente faz! Para você ter uma idéia, liga aqui uma pessoa, foi discriminada porque é negra, eu vou dizer que não é aqui não? Liga para outro lugar? Ah, eu fui discriminado porque eu sou velho, ou porque eu moro em favela, eu vou dizer para não ligar aqui? Não, não dá para fazer isso! Ai é que a gente fala que são os aliados, não são os simpatizantes são os aliados, se tornam aliados da causa e a gente atende e a gente encaminha e vai tudo muito bem, nesse sentido, porque não dá para ser técnico demais, profissional demais, cobrar demais do governo. Porque a realidade é: o governo, o que ele tem, ele cede. Para você ter uma idéia o lançamento do material das travestis, o ano passado, a gente fez com menos de uma semana para começar o evento. Tem a sala... porque eu também sou assim: "O que que eu tenho?" com o que eu tenho eu me viro! E me viraria se eu fosse só movimento social. Eu acho que é muita "burrice" você dizer: "Não, estou no governo, o governo tem que me dar tudo!". Tudo não, a gente tem que se virar também. Tem que dar uma contra partida boa, de vez em quando. É tanto que, nesse negócio agora de direitos humanos do CR o governo me surpreendeu, porque ele já paga as bolsas e faz um monte de coisas, projeto de cem mil reais não ia contemplar outras coisas senão material mesmo de uso como computador, fax, essas coisas. Que que aconteceu, a governadora mandou dar vinte e dois mil reais de contra partida do projeto para nós! Quer dizer não se pediu, não se correu atrás, não esperávamos, também e por causa de a gente estar ali e tudo, o pessoal da Secretaria esta vendo que a gente não larga assim, não! Vamos lá, vamos conferir, porque eu queria que colocasse as bases, não o meu nome. Eu posso morrer, põe o Movimento Delas e tal, os Grupos! Não, não pode senão tinha que haver licitação. Então vamos fazer um "documento de gaveta". Porque qualquer um pode sumir, desistir, pode morrer, mas o documento existe. Então, a gente não deixa barato, não, a gente corre atrás. A gente não muito estardalhaço, não chama a mídia, porque não adianta. A mídia sempre atrapalha, um publica hoje aí morre

alguém, eles já esquecem do que estão acompanhando e aí que fica com as calças na mão, sem poder se mexer somos nós. Então tem mesmo que manter o ritmo.

Ione, como se dá a estrutura hierárquica do CR, como ela foi instituída e qual o suporte administrativo e político atual que a mantém?

R. É, assim, a estrutura eu queria que fosse objetivamente o que a gente usa. Assim, tem o oficioso e o oficial. O oficial, não pode ser a coordenação participativa. O oficial é que tem a Coordenação Geral, que sou eu, as assessorias (Administrativa e de Informática), claro que eu criei a Assessoria de Mídia, a Jurídica, a Psicológica e, na verdade, isso seria pro forma, o oficial, o respaldo, além do pagamento e da institucionalização, inclusive do cargo, é todo um trabalho conjunto, é uma interação do governo conosco, assinando em baixo, tudo o que a gente faz. Tem também o respaldo político das minhas inserções no governo federal, por que eu sou uma das pessoas que fez o Brasil sem Homofobia, faço parte de alguns programas do governo federal e sou conselheira do Conselho Nacional de Combate à Discriminação. E eu não consigo dizer assim: "Ah, em tal lugar eu sou Movimento Delas, em tal lugar eu sou Articulação Brasileira de Lésbicas, no outro lugar eu sou CR. Eu trabalho os três, então eu sou tudo. Eu só não consigo ser empresária da minha banda de rock o tempo todo, mas o que eu levo, enquanto ideal, vai tudo junto e a equipe toda, pegou esse ritmo, aqui não tem o meu grupo de base, eu tenho os grupos que trabalham em conjunto, quem é de que grupo, entendeu? A gente trabalha muito essa coisa de "vamos trabalhar a engrenagem" e, e dá certo. Por que, na verdade, nós temos cada um controlando uma parte do trabalho, então, quando vem alguém como voluntário, quando vem alguém para a gente capacitar, dá para você ver que nós temos uma estrutura que, se amanhã a gente pega o prédio inteiro para ter um andar para cada um dos serviços que funcionam, hoje, cada um numa mesma sala, tem, por que? Por causa das Assessorias. Eu criei essa coisa... eu criei e trabalho muito em conjunto, por exemplo, a Assessoria da Amanda, ela não é só minha Assessora, não é só Assessoria da Coordenação Geral, ela assessora as Coordenações, por que ela mexe com tudo e dá suporte a todos os serviços. O Gílberson, o nosso "Negão", ele não é só a Assessoria de Informática, por que ele faz mídia também, ele mexe com disigner e faz tudo. Raquel, não é só a Coordenação Administrativa. Então na hora em que tiver que colocar pessoas para trabalhar a mais, cada um aqui já tem estrutura para ser coordenador do próprio serviço, que hoje, somos nós mesmos que fazemos.

Ione, por favor descreva as situações e fatos jurídicos, por exemplo os crimes homofóbicos, matéria de trabalho do CR.

R. É, assim, infelizmente existem muitos crimes homofóbicos e muitos em alguns níveis muito cruéis. A gente pega e... vou te dar um exemplo, um dos crimes mais chocantes foi a chacina da Baixada, que saíram matando aleatoriamente e mataram duas travestis, por que elas estavam fazendo ponto na porta de um Motel. Aqueles policiais, por que já foi reconhecido que foram policiais, passaram e mataram por que elas estavam ali e também teve um rapaz que estava no balcão de um bar, na rodoviária, lá de Nova Iguaçu, foi morto por que ele era "pintoso". Então, o que acontece? Além de ter que brigar muito com isso, a gente brinca, mas a gente tem parceira com o IML. Por que iam enterrar as duas travestis como indigentes. Aí você pergunta lá para o cara e ele diz: "Ah, como é que eu vou saber, ta morta!". Tá morta, mas usa unha grande e pintada, um homem com unha grande e pintada e com roupa de mulher? "Ah, mas o 'Presunto' veio nu!" (por que a gente tem que se acostumar com esses termos

'delicadíssimos'), pô, olha os cabelos, pelo amor de Deus! Não tem como, né? Então o que a gente fez? Para evitar essa coisa toda do desgaste, a gente fez parceria com eles. Então o que acontece, eles acham legal, depois que você explica, que você leva o Brasil sem Homofobia, telegrossário, aí eles ligam e dizem: "Olha, eu acho que tem uma trangênero aqui". Aí vai a Moli para reconhecer, tem aquela parte chata com a família e tal. E pior ainda, quando a família sabe, como nessa coisa da chacina da Baixada, que aí vai ter dinheiro do governo para eles, aí a família procura, aí querem os documentos, e querem tudo. Mas aí a gente tem o direito de negar. Então quer dizer, são coisas muito separadas, tem o companheiro que briga com o companheiro e não quer dividir as coisas que foram compradas em conjunto... tem muitas nuances e a gente vai trabalhando as coisas e a gente tem um "aprouxe" jurídico e na hora em que a gente precisa a gente vai lá questionar. O pessoal do atendimento é capacitado como agentes de direitos, numa parceira que a gente fez com o Viva Rio, eles ficaram seis meses em capacitação e isso é muito bom, por que a gente não precisa se preocupar tanto com o andamento, e pode acompanhar tudo com o jurídico, mas em fim, o pior é a homofobia internalizada, é quando você encontra pessoas que você vê que são homossexuais e estão ali, enbarreirando o teu trabalho. Isso para mim, e para o CR, é a pior coisa. É o pessoal de ONG que diz: "Ah, mais vocês nos impedem de ganhar dinheiro com projetos". Só que eles acabam precisando da nossa interferência e, a gente corre atrás, porque não? Acho que a melhor forma de você mostrar para as pessoas que elas erraram é ajudar na hora em que elas estão no aperto.

Como você avalia as modalidades e níveis de violência, presentes nas situações e fatos jurídicos ligados ao CR?

R. Olha, hoje, infelizmente, permanece o "Boa noite Cinderela" como o que mais é fato. E a violência dele, foi se exacerbando ao ponto de já ter resultado em mortes, em óbitos e isso, para mim, é preocupante. A violência intra-familiar também, principalmente entre a família da travesti. Além dela ser discriminada na escola, ela é discriminada em casa e aí ela acaba indo para a rua. E entre as mulheres é a violência entre o casal, infelizmente, elas copiam muito o esquema machista, então tem uma que manda e tem aquela coisa do: "Você depende de mim!", mas é porque a ela não deixa a outra trabalhar. Em fim, é uma coisa muito triste, mas é a realidade e a gente tem muito cuidado na mediação dessas questões, por que as pessoas, às vezes, até culpam terceiros pelas coisas que acontecem entre as duas pessoas, dentro de casa. Isso é muito cruel, mas eu cansei de mediar conflitos em que a pessoa falava da violência do porteiro, do síndico do prédio, de todo mundo, menos da violência dela com a companheira e, algumas vezes, era até isso que provocava o fato do síndico querer banir do prédio ou do porteiro ser grosseiro, também, e as pessoas não se tocam, ainda, com isso.

Ione, quais os tipos de serviços prestados pelo CR à população GLTTB em particular e à população em geral?

R. É, assim, Kleber, não dá para a gente separar. Infelizmente, a maior parte da população não pensa como nós, mas eu acho que se passasse um dia aqui dentro, ia ver que não dá. Por que tem, a família do homossexual, tem o amigo que não discrimina e é discriminado por isso, então, não dá para separar. Nós temos o atendimento jurídico, o psicológico, estamos formando, agora, os grupos de ajuda mútua. Quando é muito forte, por falta de espaço, hoje, a gente já encaminha para uma clínica de tratamento psicológico, quando não dá para fazer aqui mesmo o atendimento. A gente está mudando na semana que vem para uma outra sala ali do lado, onde a gente vai trabalhar

cada um com a sua baia, em fim, o espaço vai estar bem mais legal. A gente tem, também, o encaminhamento para emprego junto à CETRAB e desse, também, a gente encaminha para tirar documentos, para a capacitação profissional. Por exemplo, no atendimento à mulher lésbica, a gente acrescentou o encaminhamento a postos de saúde, a tratamentos ginecológicos, por que tem muitas lésbicas que nunca foi ao ginecologista. Tem muita gente desinformada. A gente tem um trabalho, um serviço contínuo de informação à população homossexual, que aí entra tudo o que vem acontecendo em relação aos fatos, às políticas. Nós estamos começando nesse mês a reunião quinzenal das famílias alternativas e nisso também se inclui os familiares e amigos que querem entender o nosso comportamento, enquanto casal, enquanto adoção ou convivência com os filhos e com os parceiro. A gente tem um trabalho para estar formando a biblioteca, que agora vai ter o seu espaço, mas nós temos o centro de documentação, que é aberto a todo mundo. Têm as capacitações para escolas, polícias, em fim, para que solicita, não dá para a gente falar só pelos nossos direitos e deveres, até pela central da cidadania.

Ione, quais os tipos de serviços que você considera preventivos?

R. Aqui, eu acredito que muito, as palestras. Participação da galera nas palestras dos pré-vestibulares de comunidades carentes. As informações que são repassadas para as pessoas que não estão em movimentos organizados, para que não reproduzam as ações negativas dentro de uma sociedade. É também, quando a gente vai fazer o trabalho de prevenção, mesmo do CR, é também em DST/AIDS e também se faz, quando tem material, a redução de danos, prevenção mesmo ao uso de drogas. Então, a gente tem um trabalho que, com as parcerias que cedem o material para nós, a gente tem um trabalho bom. Acredito que, também, a gente manter tudo isso na mídia, tudo que acontece de positivo ou negativo, é um trabalho de prevenção.

Como se dá o encaminhamento e o acompanhamento de denúncias nos diversos órgãos envolvidos?

R. É, assim, a pessoa liga e faz a denúncia. Se for um problema de maior vulto ou mais conflitante, a pessoa vem aqui para fazer o atendimento “in loco” e, a partir disso ou a gente acompanha a pessoa à delegacia ou manda um documentos para a delegacia, por que aí a pessoa já não vai só. Normalmente a gente já tem esses contatos e, há de convir que o CR é da Segurança, as delegacias dão sempre um olhar mais carinhoso, mais respeitoso ao fato. Quando é uma coisa que tenha tempo para estar mandando ofício, estar articulando, tudo bem, mas se não a gente vai é na hora mesmo e leva o fato para Ministério Público, com a Segurança, a gente tem um canal direto com as delegacias e se for um caso jurídico, nós temos os nossos parceiros advogados, têm os que atendem em escritórios e têm os de balcão de Direito. O Psicológico também é direto conosco. Assim, a gente não leva mais que vinte e quatro horas para as coisas estarem, assim, em andamento para estar se resolvendo a situação. A mediação dos conflitos é imediata ou seja, no mesmo dia, para não ficar para depois. Tem sempre alguém na rua acompanhando alguma coisa ou alguém.

Ione, como você avalia os cursos e capacitações direcionados aos policiais, em direitos humanos de homossexuais?

R. Assim, é... na verdade, direitos humanos estão ligados à Segurança, não tem como. E depois de uma parceria que nós fechamos com a ouvidoria de polícia de Minas Gerais, eles têm um trabalho belíssimo. Eles têm uma cartilha onde eles mostram à polícia militar de lá, que eles é quem são os agentes de segurança. Então o que a gente

fez? Pedi autorização e a gente fez um Pawer Point em cima disso. Então a gente leva, nas capacitações para as polícias exatamente a gente mostra para eles o que que eles fazem. É claro que tem muita gente que questiona, que briga, tem gente que "pucha" a Bíblia, eu não discuto religião, não adianta, é... então, no todo, na hora do intervalo você vê como é que, no todo, o retorno é imediato. Aí você vê: "Ah, mas isso aconteceu comigo, mas eu não sabia que era discriminação", e você vê o quanto a nossa população é desinformada, o quanto ela reage, o quanto ela acusa, então é assim, você vê os dois lados da história e de trezentos policiais que você dê palestra, num dia, o retorno é imediato em pelo menos cinqüenta por cento. E a maioria, continua telefonando para nós e começa a encaminhar os fatos, a ver o outro lado da moeda. Para você ter uma idéia, nós temos parceria com uma equipe de policiais que promove festas, por que eles viram o outro lado da história e foram muito inteligentes, eles viram da necessidade e dos direitos.

Kleber – Quer dizer que a resposta a essas palestras é quase imediata?

Ione – Imediata! Principalmente da PM, aí você começa a ter respostas do Batalhão ao ofício que você manda, por que alguém, que não sabe nem o nome do policial, mas que estava naquela área, ouviu uma piadinha, olha o retorno! A gente manda o ofício, passa um para o outro até que a coisa tenha eco. Então, não é aquela coisa: "Ah, a polícia é isso, a polícia é hermética!", não! Basta você saber chegar e situar. Agora, é claro, se eu fosse levar a Moli para lá, com uma saínha aqui em cima, com um biquinizinho daqueles que mostra tudo e com os peitos de fora, eles não teriam esse respeito, então, a gente sempre leva os três seguimentos. Aliás, o primeiro espanto é sempre esse: "Ah, mas a travesti que eu vejo na rua..." Meu amigo, a travesti está aqui, mas a que você vê na rua também. Você vê um monte de mulheres que você acha que são mulheres casadas e estão na rua se expondo e elas têm que arcar com o ônus disso. Então a gente lembra muito aquela coisa do mito: "Ah, por que é errado, então eu vou combater!", então a polícia também está melhorando muito o nível sócio-econômico deles e o nível de informação também. Hoje você pega grande parte deles que está estudando Direito ou Psicologia, já não é mais aquela coisa da pessoa que leva no tranco e que mal sabe escrever o nome. Então, eu acho que isso também é um acréscimo para que tudo dê um retorno mais a contento e hoje é comum um policial ligar para nós dizendo que deu entrada naquela delegacia, um fato que ele acha que tem haver com a homofobia, liga ele mesmo para informar o fato. É por aí...

Ione, como você avalia a eficácia das estratégias de comunicação entre o CR e a população-álvo (GLTTB) e a população em geral?

R. Olha, a eficácia é, principalmente por a gente estar fazendo essa divulgação nos lugares, como a Central do Brasil, nos banheiros dos municípios, em fim, que não são guetos, é que tem, primeiro, a interação da outra parte da sociedade com a população homossexual, por exemplo, liga para cá uma pessoa que não tem nada haver com coisa nenhuma dizendo: "Oh, tem uma travesti está brigando com a outra por que uma tomou o ponto da outra e uma mãe que tava levando os filhos na escola estava passando e vendo essa situação". Por que, quando você envolve as pessoas, de uma forma com que elas se sentem atuando, é claro que elas estão valorizando isso e vão começar a te dar retorno. Então, por exemplo, quando a gente mantém o nível da nossa população homossexual que anda de trem, que anda com marmita para cima e para baixo e que não vai para boates e não está em grupos e que eles têm a mesma informação dos direitos deles como você tem dentro de um grupo organizado, nem a mídia consegue derrubar.

Então, nós temos um grupo de travestis dentro de um presídio no Rio de Janeiro formando um grupo organizado, por que a gente dá suporte, a gente levou material, houve toda aquela coisa das visitas, até que elas resolveram se organizar lá dentro, isso para nós é a demonstração de que a coisa está tomando rumo e o diretor desse presídio nos busca a todo momento para estar direcionando, inclusive, a atitude dele em relação a esse grupo organizado. É a falta de comunicação, sim, é a mídia que quando resolver ser perversa mostra só o lado negativo da coisa. E isso, só com muito trabalho, com trabalho de formiguinha, não adianta estar batendo de frente, é procurar esclarecer a coisa e a gente vai vendo que isso aí vai tomando uma proporção dantesca, que acaba alcançando a população em geral. Para você ter uma idéia, outro dia ligou a mãe de uma travesti que a gente atendeu e que estava tendo os direitos violados no presídio, ela me ligou por que esta travesti parou de tomar o remédio dela e, segundo ela, ela só escutava a mim. Você vê que dá para envolver... e olha que eu não sou uma pessoa que viva dentro dos presídios, não, eu sou muito franca, eu vou às palestras e vistas e tudo, mas se eu não contar com as assessorias, não teria como. O CR não existiria com a força, com o pique, com o retorno que se dá à população em geral, se não fosse um trabalho em conjunto.

Ione, dentre a população geral de GLTTB, qual a secção que melhor responde aos serviços do CR?

R. Olha é... , assim, é uma coisa muito engraçada, as travestis. Por que as travestis elas acabam criando laços, uma hora elas são acusadas e em outras elas acusam e nesse trâmite, elas acabam trazendo informações para nós. Inclusive as melhores informações são dadas sempre por quem estava participando e é muito engraçado, mas são elas que acabam participando e fazem a divulgação também. O gay, ele procura por que ele precisou, daí ele só procura se ele precisar de novo, eu acho que ele tem, assim, uma certa diferença por que precisou de assumir que teve os direitos ou a segurança dele colocados em risco. Quantas pessoas a gente atende de "Boa noite Cinderela", que a gente atende, acompanha e que não vão nem à mídia dizer que foi um "Boa noite Cinderela", o que é essencial para todo mundo saber que está atuante cada vez mais. Porque? Por que eles têm vergonha. Se eu ligar agora para uma travesti e falar: "Eu preciso que você venha dar um depoimento para a mídia", "É agora, é pra ontem, já estou aí!". Se eu ligar para um gay, mesmo que ele seja assumidíssimo, ele vai pensar no grupo dele, no movimento organizado, que ele vai ter que conversar com o grupo primeiro, por que vai mostrar fragilidade. Se ele não for do movimento organizado é pior, por que ele está dentro do armário ainda por causa do trabalho. Aí mesmo que eu diga: "Não, mas não vai...", "Não, mas aí que vai, vai me ver...", tem aquela coisa de falsos pudores, que as travestis não têm. E as lésbicas, há pouco tempo, elas começaram a engrenar de, não estando dentro de movimento, começarem a nos procurar, sem que isso demonstrasse que é uma falha delas, uma falta de alguma coisa. Então, a nossa população é muito difícil!

Ione, como você avalia a comunicação do CR daqui do Rio de Janeiro com os outros CR do Brasil ou com outros serviços e programas semelhantes?

R. É assim, a gente brinca muito, que os outros CR ou disques, são os filhotes d'agente. É claro que a gente tem muito carinho e com esse negócio do Brasil se Homofobia, nós distribuímos para quem quer que tenha solicitado, tudo o que a gente fez, os relatórios, projeto, as fichas, quando a gente muda alguma coisa, a gente avisa e assim, na verdade quem funciona, ainda, com esse serviço, principalmente com o da denúncia, o disque,

são os grupos organizados. Por que CR mesmo, nós temos três funcionando no Brasil, o de Campinas... tem o nosso, o de Campinas e depois veio o de Belo Horizonte, por que o da Bahia não teve pernas, o de Brasília também não teve pernas, ficou só na estatística, foi assim, bem antes de existir o grupo Estruturação, em fim, os que funcionam mesmo, são três, e a gente tem total interação com eles, assim como com os grupos e como a gente está colaborando com a criação de muitos deles. E eu acho isso muito importante, por que os erros que a gente cometeu eles não vão cometer mais, o que a gente sentiu falta, eles não vão precisar sentir, e o espaço mesmo de ir à luta, de expor às polícias que elas precisam se capacitar, eu sei que entrar na ACADEPOL e dar aula dizer para aqueles homens que estão querendo se formar, que são obrigados a estar aturando – por que muitos demonstram que estão nos aturando – eu sou muito abusada, eu demonstro que eles têm a OBRIGAÇÃO, por que eles vão trabalhar em prol da minha segurança ou da população que eu represento. Em fim, eu acho que já tem essa abertura, que não existia, então em qualquer lugar do Brasil, hoje, que você vá colocar um CR para funcionar, eles solicitam, eles chamam a gente, eles querem algumas coisas. Mas no máximo que eu posso, eu direciono para os grupos locais organizados, por que ninguém mais do que eles para saber das realidades.

Ione, como você avalia o nível de conhecimento do público homossexual e GLTTB, local, sobre a existência dos serviços prestados pelo CR?

R. Olha, é assim, por exemplo, a maioria das pessoas sabem que existe um lugar para elas ligarem e reclamarem de alguma coisa, aí quando elas vêm e tem grande parte de coisas que existem e elas poderiam estar utilizando, elas começam a divulgar isso. Então, é interessante, se você pegar alguém de movimento organizado, eles vão dizer: "É, tem? Ah, ainda funciona?", por que não é o grupo dele que está tocando o "barquinho", agora, quando você pega alguém que não é de grupo organizado, eles têm o prazer de estar, assim, informando ao outro: "Não, lá não é só para reclamar, não, lá é para tirar documento e arruma emprego também!", demonstra a necessidade e o prazer que você dá à pessoa, ao dizer que existe aonde ela buscar as coisas para suprir as suas necessidades. E como aqui, a gente funciona com a Central da Cidadania, acaba que a gente divulgando o trabalho dos outros CR e os outros CR nossos. Muitas vezes nós atendemos telefones aqui: "Olha, o 'fulano', que foi atendido por vocês disse que eu ia resolver isso e isso e isso aí também". Tem gente que já liga querendo atendimento psicológico, querendo atendimento jurídico.

Ione, como você avalia o alcance da internet pela população-alvo e a criação de um site?

R. É assim, é engraçado que, por exemplo, a Secretaria de Justiça, ela tem um site, só que passou um tempão desativado. Mas agora, quando foi-se mexer, por exemplo, no arquivo de emails, tinha gente, inclusive, querendo ser voluntário do CR. É aquilo que eu te falei, todo mundo que trabalha aqui, leva as bases junto. Mas não terá tão cedo, não é prioritário, mas o bom, e a grande necessidade de você ter um portal é ter, nas pessoas que fazem parte das listas de discussão, nos grupos, que estão sempre visitando os sites, é essencial que você sempre tenha alguma coisa sobre CR, você sempre tem retorno, de alguma forma. Eu acredito que seja essencial mesmo, tanto para a população que não tem acesso, mas aí quem tem vai trocando as figurinhas, quanto para aqueles que não vivem sem internet. Não pode ser uma coisa apenas governamental, por que senão engessa o trabalho. Eu troco muito mais informação quando eu estou falando com alguém de listas da internet, do que quando eu estou com alguma coisa no site da CGDIC. Tanto que uma das propostas da Central da Cidadania é a criação de uma

revista eletrônica agora, com todos os centros de referência, fora isso tem o orgulho.org, que não está na rua por causa do servidor, que é uma porcaria, o que o cara escolheu, mas está prontinho e está bonitão.

Kleber - Você falou de cinco CR aqui no Rio de Janeiro, mas eles são referência em quê e funcionam onde?

R. Olha, é assim, que funciona mesmo, funciona tanto quanto o nosso, e até melhor que o nosso, em alguns aspectos, é o Centro de Referência contra o Racismo e Anti-semitismo, os outros não têm o suporte que nós temos até agora, mas funcionam e agora foram institucionalizados e são parceiros e, é claro, que eles também vão chegar a ter o mesmo suporte, que é o da Discriminação Religiosa e do Meio Ambiente e tem o das Comunidades Especiais.

Agora falando um pouco sobre o público-alvo do CR, qual o público que o CR quer alcançar com o trabalho?

R. Olha é... , o público-alvo daqui, é, principalmente, a população homossexual que não tem poder aquisitivo para estar nos guetos ou nos grupos constantemente e que é muito mais discriminada, por que não sabe nem dos seus direitos, nem de seus limites. Por exemplo, a travesti que "faz pista" na Avenida Atlântica é uma, a que faz pista ali no final da Avenida Brasil e que mora na Baixada, é outra. Então, na verdade, o público-alvo, nosso, é exatamente a nossa população de gays, lésbicas e travestis que não estejam dentro dos parâmetros de "organizados", "guetizados", não vão para as boates, não têm acesso à mídia, que andam de trem, que usam marmitas e dão Graças a Deus porque têm um emprego, que não tem documento, por que não sabe como tirar, essa sim é a nossa população-alvo, por que se um souber como fazer, ele vai estar divulgando, ampliando isso. E eu sou muito objetiva, às vezes a gente atende pessoas da nossa população que, por conta do poder aquisitivo, por conta do nível sócio-econômico em que vivem, que eles não falam nem para a pessoa com quem vivem, o que aconteceu e que eles precisaram nos procurar. É aquela coisa de dizer: "Ah, isso aí eu não preciso, isso é coisa pra plebe!", e isso é triste, é triste, mas é engraçado! A comunidade de Sepetiba, que foi construída agora, não tem nem asfalto, mas tem as travestis que fazem ponto ali. E elas têm necessidade de saber quem é que está violando os direitos delas e como elas podem se comportar diante disso.

Ione, em se tratando de números de atendimentos feitos pelo CR, qual a sua avaliação quanto a isso. Esse número poderia ser diferente, maior, menor?

R. Não, ele poderia ser maior, sem dúvida, por que a homofobia está comendo solta, a gente sabe disso, as discriminações acontecem cotidianamente, mas a gente precisava ter mais divulgação, divulgar também os resultados e não dizer: "Ah, não foi o meu grupo, então eu não vou dizer que teve resultados!", a mídia podia colaborar muito mais, para se ter mais divulgação. Mas para se ter um idéia, de 1999 a 2001, nós tínhamos feito um número básico só de quinhentos e poucos atendimentos. De 2001, para cá, nós já passamos dos dois mil atendimentos, isso demonstra que cada vez mais a gente está atingindo a população e demonstrando que se ela não ficar calada, ela vai ter o retorno dos direitos dela. Também é um problema delicado, você explicar para a nossa população os deveres. Nós tivemos um problema com um grupo de travestis da zona oeste, que eles foram convidados a não fazer mais ponto na porta da igreja local. Agora, porque que elas não podiam mais fazer ponto na porta da igreja? Não era por que as famílias iam para a igreja e elas estavam lá, mas por que elas ficavam desnudas, aquela minissaia, os peitos de fora. Aí elas apontavam: "Mas as minininhas da escola usam

minissaias!", usam, mas que pena que as mães e os pais não ligam e a sociedade deixa passar por que acham engraçado, por que não deveriam. Depois elas passam por um estupro, por uma violência, não vão poder dizer que não motivou aquilo. Então, a educação da nossa população, por conta exatamente da falta de comunicação e da falta de empenho do próprio governo e da sociedade civil, de colocar a coisa dos deveres. É aquela coisa: "Eu prefiro dar um murro na cara do guarda, do que ligar e denunciar o guarda que me chamou de 'filho da puta'". Então, até demonstrar para a população o peso político dela não levantar a mão, mas atingir o guarda legalmente e não acontecer isso nunca mais! Em vez de provocar: "Vai lá dá uma porrada no guarda" e o guarda vai e mata: "Ah, por que um viado deu na minha cara e eu não vou deixar ficar assim". Se a gente conseguir alcançar de que o povo entenda, que ignorância maior está em revidar ao invés de levar adiante politicamente a coisa, levar a juízo e aí, sim, ver os seus direitos garantidos, vai fluir muito melhor.

Kleber - ...mesmo que não seja tão imediato, não é?

R. Com certeza, mas mesmo assim a gente cutuca para ser rápido. Quer um exemplo, veio uma denúncia do CNCD, a respeito de um cidadão, que passou vinte anos com o mesmo companheiro, o companheiro morreu e ele já está há dois anos com um pedido de pensão e a justiça nega. E nós temos uma lei que garante isso ao funcionário público. Nós fomos pela Secretaria e veio uma resposta para nós, que aquele pedido de pensão estava só aguardando o "LU". Mandamos um ofício pedindo explicação do que era o "LU", porque o nosso jurídico não sabia, a Secretaria inteira não sabia. Antes de ontem eu pedi para o André, ligar para lá e falar com o Jorge da Silva – que é o coronel daqui e não o de lá, é o da justiça – e dizer que só estávamos aguardando essa resposta. Sabe o que que é esse artigo "LU", é uma pessoa que não vai trabalhar há seis meses e é quem define quem vai receber ou não. Eu ria muito, de raiva também, né? O ou a "LU" por não ter ido trabalhar há seis meses. É uma pessoa, é um ser, que deveria estar com o "rabo" lá dentro trabalhando e se está doente deveria colocar outra pessoa, mas não, está tudo atrasado há meses e meses, por conta do "LU" e que se nós não tivéssemos a curiosidade de saber que sigla era esta que nenhum advogado conhecia... isto é o nosso governo, isso é Brasil!

Ione, em relação às identidades das travestis, você poderia falar um pouco sobre isso?

R. Posso, posso sim. Na verdade essa idéia não foi do nosso CR, essa idéia foi de Giovana Baby, que era líder da ASTRAL, o primeiro grupo a sacudir as travestis e mostrar seus direitos e deveres, foi de onde saiu o Encontro Nacional de Travestis, que acontece todo o ano, e Giovana teve essa idéia, só que a polícia queria que Giovana passasse o cadastro de todas as travestis. E Giovana era muito realista, ela fez pista e sabia que não tinha como: ou a travesti nasce rica ou ela é cabeleireira ou ela tem que fazer pista, ela tem que se tornar profissional do sexo, até por que tudo para ela é mais caro... mas em fim, ela queria implementar, mas além da polícia atrapalhar, nós temos muitas travestis que não têm nenhuma documentação. Ou por que a polícia já tomou ou por que perdeu ou por que não interessa – deve ser terrível para a auto-estima, você é uma mulher e gosta de ter seu nome social e vão te chamando de "João" ou "José"- era por aí. Então, quando Giovana saiu do movimento, acabou com o ASTRAL, isso ficou pendente e assim que eu peguei a coordenação do disque ainda, e a gente partiu para o CR, a minha primeira preocupação foi essa, um nome social, pois isso é terrível, às vezes eu estava no aeroporto com as companheiras e vinha lá um palhaço ou uma palhaça: "Aí, seu João!", Janaína Dutra viajava muito comigo e quantas vezes a

chamaram de Jaime! Pelo amor de Deus, é uma mulher na frente dela, deixa de ignorância! Então eu sabia da necessidade delas, mas aqui no Rio, a gente caiu no mesmo problema. Eu só teria a parceria do governo se eu passasse os cadastros para a Segurança Pública e os cadastros tinham que ficar conosco, no serviço. E como no meu serviço ninguém pode trabalhar vinte e quatro horas, isso era uma das alegações da polícia, como buscar informações de pessoa que tenha identificação. Demos um tempo e falei com o Cris, leva e faz em Campinas que é menor, agita, vamos ver. Mato Grosso do Sul também tentando implementar, bateu de frente com as polícias. Então agora que a gente foi institucionalizado, a primeira etapa nossa o ano que vem, com certeza é a implementação da carteirinha. Por que aí é estadual, é nível Rio de Janeiro mesmo. E para muitas das nossas companheiras, a Moli já está vendendo a idéia, para tirar a documentação civil, para poder ter a identificação de trangênero. É um trabalho de formiguinha, mas que a gente vai estar implementando isso vai.

Ione, quanto às empresas em geral, existe algum tipo de trabalho voltado para elas contra a discriminação?

R. Olha, as empresas, elas só se preocupam com isso quando tem alguma denúncia em relação a elas. Aí elas solicitam, elas chamam, elas atendem, elas pegam os materiais – por que nós temos muitos materiais dos grupos – em fim, ela fazem aquelas coisas e depois param, não tem jeito. Mas por outro lado, tem uma empresa, que fez uma proposta para nós, enquanto CR e que como o governo não podia entrar como parceiro a gente está fazendo pelas bases, que é a mesma empresa que lançou tudo em relação à Fundação Banco do Brasil, está fazendo tudo para a gente lançar em relação ao homossexual. O estorno disso, vai ser a doação de cinco por cento do movimento bruto da empresa para a criação – por que o movimento DELAS, que é a minha base, nós temos um projeto que é a casa de convivência, para a terceira idade, para a juventude, em fim para capacitar, inserir ou reinserir no mercado de trabalho para a população homossexual – e eles gostaram muito desse nosso projeto e a proposta deles é que, por exemplo, a fundação tenha previdência, saúde, a gente pediu até tratamento odontológico e principalmente, também, visando atendimento à população de soropositivos. Não é uma população que a gente queira ver amarrada à positividade, mas é um fato. Então, o que acontece? Eles vão fazer através dessa proposta nossa, em cada estado eles vão estar montando, dando todo o aprouxe para estar se montando e trabalhando uma casa de convivência. Essa seria uma proposta para o CR, que, por estar institucionalizado, a gente está fazendo pelas bases, mas na verdade a gente vai querer primeiro contemplar os CR que estiverem funcionando, para poder dar esse tipo de cobertura, por que a gente acaba fazendo esse tipo de trabalho pelas nossas bases. Um jovem que está na rua e que não se assumiu e a família descobriu ou descobriram na escola, ele não tem esporte, por que, legalmente, você procura o Conselho da Infância e da Juventude, eles vão devolver para aquela família que está martirizando, que está violentando. A pessoa mais velha, vai fazer o que? Vai comer um dia num restaurante de um real, vai passar uma noite num hotel de um real e depois? E foi pensando na continuidade desse trabalho é que a gente está dando esse passo. Infelizmente algumas grandes empresas estão de olho, também, nisso. Tem a empresa que trabalha com plano de saúde, já disse que monta um consultório dentro da casa, se a seguradora garantir dez mil vidas. E, engraçado, se você fizer a conta da nossa população, nós somos dezessete por cento da população do mundo, dentre estes dezessete por cento, oito por cento é de gays, parece que seis por cento de lésbicas e quatro por cento de travestis. Então, é

muito engraçado, por que teria um campo imenso para qualquer pessoa, desde a que anda de trem e só tem dois reais para pagar por mês, até pessoa que tenha um bom dinheiro para pagar um plano de saúde de seiscentos reais por mês, vai estar contemplado. A gente vai estar trabalhando no social, por que isso vai ser estornado para o movimento social em questão, que é o movimento homossexual.
Agora falando um pouco de quem cuida, existe alguma proposta voltada para quem cuida?
R. Não, nós temos o atendimento psicológico e um trabalho em grupo, uma dinâmica em grupo com a equipe de quinze em quinze dias, até por que eu já via a necessidade disso há muito tempo. E é contar com a nossa sensibilidade mesmo. Quando tem alguém passando mal, a gente manda para casa – por que aqui não tem direito a férias, nada disso – quando a situação está sob controle, dá para dar um dia para cada um tratar de sua vida pessoal – por que senão fica tudo atropelado mesmo – aqui tem dias em que você trabalha até meia noite, tem dias que você atende telefone na sua casa e já parte para a denúncia, já parte para o encaminhamento e acompanhamento, então, como a gente tem muito isso, a gente conta com a sensibilidade um do outro. E assim, André, dá suporte para a Amanda e é na base do vamos resolver, por que a gente vai resolver.

FIM DA ENTREVISTA



CAMPINAS (SP)

ESTRUTURAÇÃO
Grupo Homossexual de Brasília

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Campinas – SP
Centro de referência GLBTT
Entrevistados: Paulo Reis – Coordenador
Cristiane Simões - Advogada
Valdirene dos Santos – Assistente Social
Bárbara - Psicóloga

Qual a condição jurídica...?
A gente faz parte da prefeitura.
Secretaria de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social.
Um serviço da prefeitura municipal.
Não é parceria nem ONG, é um serviço público.

Criação e estruturação.
Projeto do Movimento Homossexual, junto ao OP.
O movimento elaborou o Projeto e levou para as Assembléias do OP.
O projeto foi aprovado e o CR inaugurado em 31/07/2003.
A estrutura do CR atualmente conta com parte Jurídica, Psicológica e Social. Uma Coordenação Administrativa.
2.1 – Quanto a essa estrutura, é contratada pelo CR ou faz parte da Secretaria. Quem contrata esse pessoal?
Tudo é da Secretaria. Os serviços gerais são terceirizados, eu (Paulo) e a Cris (Cristiane) temos cargo comissionado de Advogado. Então todos os recursos vêm da Prefeitura, os recursos financeiros.

3 Quais os atores institucionais envolvidos na criação da estrutura do CR?
O Movimento Homossexual de Campinas, os grupos organizados da cidade e o poder público, a Prefeitura Municipal.
3.1 Essa vinculação ao poder público foi uma estratégia do Movimento Homossexual?
Isso só se viabilizaria através do poder público. O MH não teria a capacidade financeira de manter um CR como este.
Cristiane: o alcance populacional que a Prefeitura tem, o MH não tem. Para abranger o número máximo de pessoas foi necessária essa vinculação ao poder público.

Qual a influência inicial desses atores no delineamento dos programas?
Cristiane: O MH, ele é total, é bem protagonista do CR no seu momento inicial. Foi ele quem propôs o Projeto. E todos os serviços que o CR englobou a partir de sua criação são projetos do MH aprovados no OP. A Prefeitura Municipal tem o papel de acolher e desenvolver esses projetos. Depois, esse protagonismo passou a ser do CR como mantenedor e executor desses projetos.
Paulo: Hoje o CR tem uma gama de Projetos e procedimentos que ultrapassam o MH
(parece chamar a atenção para um distanciamento do MH e uma tentativa de se mostrar mais eficiente com uma visão de maior alcance que o MH)

Qual o nível de participação e permanência desses atores iniciais na estruturação e desenvolvimento de propostas atuais?
Paulo: a relação do CR com o MH da cidade, é uma relação tensa. Em alguns momentos a gente consegue estabelecer algumas parecerias e em outros momentos a gente polariza e cada um assume determinada posição. Num primeiro momento houve uma confusão de entendimento do que seria o CR. O MH entendeu que por ter participado do momento de criação do CR, achou que seria nosso patrão. O posicionamento inicialmente era assim de cobrança mesmo. De dificuldade de negociação.
(o MH queria ditar como seria o funcionamento do CR por ter participado de sua criação)
Hoje é uma outra posição, o que é serviço público e o que MH está mais claro tanto para nós técnicos e coordenação do CR, quanto para o MH.
A gente tem levado a discussão da homossexualidade e das demandas institucionais que chegam aqui, para outras Secretarias, outros órgãos do governo. E a gente tem encontrado acolhimento em algumas Secretarias, mas a gente tem problemas de efetivação das propostas elaboradas, dos projetos. Perguntaram-me uma vez se isso se devia à homofobia, eu acho que se deve a um misto de coisas, que é o cidadão, o sujeito homossexual é um sujeito novo que está sendo colocado para as políticas públicas e por ser novo e totalmente desconhecido
(deu a impressão de que este desconhecimento se refere ao sujeito homossexual em sua plenitude de cidadão, ou seja, com direitos a serem respeitados pelo Estado e deveres a serem cumpridos por ele)
a gente precisa, num primeiro momento, levar este sujeito, fazê-lo conhecido no serviço, nos gerenciadores dos vários serviços e torná-lo passível como cidadão. Acho que a gente está nesse momento, nessa fase atual de chegar na Secretaria de Saúde e dizer que esta população tem problemas de saúde específicos e que se tem que ter um olhar para isso. Quanto a isso a gente tem o protocolo do projeto de redução de danos de uso de silicone, ele é dado como implantado, mas tem um monte de problemas aí na ponta, no atendimento, no acolhimento dessa população, as travestis e a gente têm procurado sanar esses problemas com capacitações. A idéia é ambiciosa, é capacitar os profissionais da Prefeitura, todos os funcionários, para o acolhimento e atendimento dessa população. É um projeto contínuo, capacitou vinte e poucas pessoas que trabalham em várias Secretarias, sabe-se que tem um árduo trabalho pela frente, espera-se que as pessoas passem por essas capacitações e assimilem esses conhecimentos. A gente tem problemas com a Secretaria de Segurança, a gente tem problema para implantar projetos. Na Secretaria de Educação também, a gente fez uma capacitação o ano passado, mas esse ano a coisa ficou meio devagar, a gente criou um Kit com livros, manuais, vídeos, para serem levados para as escolas, para estar discutindo a homossexualidade dentro do ambiente escolar. Tem momentos que a coisa flui legal, tem outros momentos em que dá uma parada.
(fluência ligada à relação com as Secretarias)
Mas é um aprendizado pela equipe aqui do CR. A gente tem aprendido muito a lidar com essa estrutura, com esses entraves, e a gente tenta aprender, tem horas que bate de frente, contorna, tenta comer pelas bordas.
Kleber – Você falou que encontrou alguns problemas específicos com a Secretaria de Segurança. Dizem respeito a quê, esses problemas. Você poderia falar um pouco mais sobre isso?

Junto com a criação do CR houve a criação do DDH que foi locado na Secretaria de Segurança, mas houve problemas e não conseguimos implementar o projeto. Não conseguimos capacitar o pessoal que ia trabalhar no atendimento telefônico que era 24 horas. A interlocução com os gestores da Secretaria foi bastante tensa inicialmente e nós fomos bastante desqualificados durante o processo. As poucas reuniões de coordenadoria, nós fomos bastante desqualificados, o serviço e a população. Tem esse projeto de capacitação da Guarda municipal para atendimento mais humanizado dessa população que a gente não conseguiu implantar. Diversos projetos, diversas possibilidades de implementar, a última, na semana em que ia acontecer a capacitação dos líderes, ligaram cancelando depois de uma série de conversas.
Kleber – Então esses problemas permanecem até hoje, desde a implantação do DDH?
Então, até hoje, mas conseguimos capacitar uns poucos agentes de segurança, a gente sabe que é irrisório, que tem seiscentos e poucos agentes e a gente capacitou trinta e dois, não é nem dez por cento.
Kleber – Essas trinta e duas capacitações se deve a uma chamada voluntária, que não envolve currículo, nada disso?
É voluntária, se abriu uma grade e os guardas que quisessem iam lá e faziam a inscrição, isso conta como currículo.
Cristiane: isso conta, mas não tem tanto peso quanto as atividades obrigatórias. Os cursos obrigatórios, eles têm uma carga horária maior e contam muito mais pontos, mas esse contava pouca coisa, mas contava, por ser curso optativo, que a academia coloca como optativo, e conta os pontos, mediante certificado de participação, mas a carga horária é baixa, então conta muito pouco.
Valdirene: na verdade o curso que a Guarda deixou a gente fazer, né, porque o nosso curso pode ser ampliado para um dia, dois dias, enfim, com a carga horária alta ou ser reduzido para uma hora, a gente consegue fazer isso, se for o caso. A Guarda nos deu quatro horas, mas é pouco para a extensão da discussão é muito pouco.
Kleber – Quem são esses trinta e dois capacitados, são guardas municipais que estão na rua?
Valdirene – Foram trinta e dois guardas, mas três apenas eram de ronda, de atendimento na rua e da ronda escolar, o restante deles era todos do serviço administrativo, serviços internos. Então, na verdade a gente acabou não atingindo, não se cumpriu o objetivo dessa capacitação que nos foi possível ser dada pelo comando da Secretaria, não cumpriu o seu objetivo de jeito nenhum.
Paulo – em relação aos órgãos de Segurança, também, a gente tem um conflito estabelecido, aqui na cidade, que é o Bosque, que é onde as travestis se prostituem. Isso já é histórico, já acontece ali há alguns anos. E com a inauguração do CR a gente procurou intervir ali, nos conflitos. A gente fez algumas reuniões com as travestis, com a associação de moradores e com a polícia militar e conselho de segurança, mas também os diálogos são sempre duros, sempre pesados, você não consegue furar o bloqueio. Numa das últimas discussões que a gente teve, a gente tava pautando a questão da violência física da polícia para com as travestis. Um dos questionamentos que eles fizeram era apresentar dados, mas não é fácil de levantar esses dados. A gente pautou, mas eles são bastante corporativistas, a dificuldade de acesso que as travestis têm às delegacias e como elas são tratadas na delegacia quando vão fazer BO, fazer exame de corpo delito. A gente não consegue amenizar, a gente tenta. A gente tem acompanhado as travestis nessa questão de violência e tudo mais, quando elas nos solicitam, nos

procuram, a gente dá os encaminhamentos, a gente acompanha até a delegacia, para fazer os BO, mas o número é meio ínfimo.
Kleber – Sobre a carteirinha das travestis?
Paulo – A idéia da carteirinha, a gente trouxe do Rio de Janeiro, e o GGB também tem, fornece carteirinha, enfim, mas a função que a gente pensou para essa carteirinha é de estar trazendo as travestis para o CR. A gente sabe da imagem que o serviço público tem de ineficiência, enfim, é de estar trazendo as travestis para o CR, vinculando-as ao serviço e a gente pensou nessa questão da cidadania. Para tirar a carteirinha a travesti tem que ter todos os seus documentos, na verdade a gente está pensando que ela tenha a documentação dela, então ela vem aqui e diz que está sem o RG, então a gente intermedia a retirada desse documento. Ela tem que morar na cidade e assinar um termo se comprometendo a participar das atividades do CR. A gente faz algumas oficinas de cidadania, de cabelo, de maquiagem, de sexo seguro, enfim, de vez em quando a gente faz algumas atividade dessas e elas se comprometem a estar participando. Na verdade a carteirinha é só um instrumento para ela estar vindo até aqui, mas por outro lado a gente percebeu que ter uma carteirinha que não é um documento oficial, é oficioso, com nome feminino, acaba elevando a auto-estima dessa pessoa.
Kleber – A carteirinha funciona mesmo como um facilitador dessa auto-estima?
Paulo – inicialmente a gente fez conversas com a Secretaria de Saúde e com a Secretaria de Segurança. Com a Secretaria de Saúde para que quando a travesti fosse a algum Centro de Saúde, fosse registrada e atendida com o nome feminino, para evitar o constrangimento ali, na hora, dela ser chamada pelo nome masculino e levantar um "mulherão"... e na Secretaria de Segurança, quando um guarda municipal abordar as travestis, nas madrugadas da vida e ela apresentar um documento, saber que esta travesti tem um vínculo com a própria prefeitura e ao abordá-la, se for bater, pelo menos vai bater menos.
Kleber – Como você avalia, caso seja o caso, o nível de comprometimento dos diferentes agentes públicos de segurança na gestão e na sustentabilidade política e financeira do CR?
Paulo – Olha, não tem nenhuma interferência dos órgãos públicos aqui, assim, nesse sentido de manutenção e sustentação do CR. Mesmo porque está vinculado a outra Secretaria, então não tem nenhuma.
Kleber – Existe algum trabalho de capacitação de atores institucionais com relevância política para o CR?
Paulo – Olha, acredito que todas as capacitações que nós fizemos até agora foram para atores relevantes. A gente fez a capacitação para a guarda municipal, embora de todos os problemas, a guarda municipal tem uma relevância, a gente fez com os professores, um pequeno grupo, mas a gente fez. Porque é assim, a Educação tem um projeto de educação sexual nas escolas que capacitam professores, a gente conseguiu incluir nas discussões homo... A diversidade sexual, quer dizer, nenhuma discussão específica sobre a homossexualidade, mas sobre a diversidade sexual e colocar a homossexualidade como mais uma das outras maneiras das pessoas se relacionarem afetiva e sexualmente. Agora, a capacitação geral, vem o pessoal da saúde e da assistência, da saúde que vai vir também agora, o 156 que é um serviço telefônico de informações da prefeitura, qualquer tipo de informação, tem o pessoal também que faz atendimento nesse serviço, que também participou da capacitação. E aí, assim, a gente tem feito um monte, monte de palestras e oficinas, tanto para ONG's, tanto para escolas,

escolas municipais, escolas estaduais, a gente tem sido chamado também para universidades, então a gente tem disseminado essa discussão. Na verdade a gente acredita que os homossexuais estão em todos os lugares. Qual é a atenção que se dá para isso? Principalmente no ambiente escolar, a gente vê que a homossexualidade dos alunos, a homossexualidade é escondida, é rebaixada, complicada e é deixada de lado e causa um sofrimento muito grande nessas pessoas, que muitas vezes acaba culminando com o abandono da escola, com chacota, e a gente tenta reverter esse quadro.
Cristiane – e a gente vai se infiltrando, também, nas outras atividades propostas por outras Secretarias ou por outros órgãos, por exemplo, é... aconteceu semana passada um seminário de violência contra as mulheres e nós fomos pra lá para dizer: "Olha, a mulher lésbica também sofre violência, ela também, às vezes, apanha da parceira, a violência contra a mulher não é só a da mulher que apanha do marido, ela apanha da companheira, ela apanha da parceira, do pai, do irmão...". Enfim, a violência contra a mulher lésbica também existe e nessa capacitação para funcionários públicos que a gente está fazendo, é uma capacitação continuada, a gente vai voltar ainda a falar disso, a gente percebeu que os funcionários de ponta, às vezes, eles não dão a atenção necessária e não é por homofobia, não é por preconceito, é por não saber o que fazer, eles não sabem, como chamar a travesti, por exemplo, o que falar para ela. O médico ginecologista, às vezes, ele atende uma lésbica, e quando ela fala que é lésbica, porque geralmente ela não fala, ele não sabe o que fazer, ele... Em prevenção, ele faz o que? Então, não é... é desconhecimento mesmo, a gente percebeu isso, então foi bem legal, o pessoal participou bastante, e teremos resultados.
Kleber – Quais são as garantias institucionais e políticas de continuidade dos trabalhos do CR, bem como a permanência institucional e política do próprio CR?
Paulo – É difícil, né, é difícil garantir, ter uma garantia qualquer sobre qualquer coisa. O CR ele tem um decreto do final do ano passado, justamente pensando nessas questões de mudança de governo, por conta de um partido que venha a governar a cidade, e aí a Secretaria onde a gente estava lotado, a de Serviços Jurídicos propôs um decreto e foi publicado, justamente para dificultar o desmantelamento do serviço, mas a gente não tem nenhuma garantia. Tem assim, o comprometimento da Secretaria de manter e tal, a gente está inserido aí dentro da Secretaria, mas essas coisas políticas a gente não tem... O próximo governo, se quiser, com uma "canetada" desmantela isso aqui, re-aloca os funcionários e... E eu perco a minha "boquinha".
Cristiane – o que pode dar um pouco mais de segurança, no caso, é o papel do Movimento. Porque, o papel do Movimento, também, é fazer com que a Prefeitura garanta o serviço. Então, quando há uma articulação, quando há uma briga do Movimento, a coisa acontece.
Paulo – Mas eu acho que tem, assim, aquela coisa da capilaridade das ações do CR. A gente conseguiu pautar, a gente conseguiu fazer parceria com vários outros órgãos, vários outros programas, universidades, enfim, eu acho que essa rede, eu acho que funciona como um suporte para a continuidade do Serviço.
Cristiane – E a própria referência, porque Campinas, hoje, é referência nacional, nós somos o único CR para a população GLBTT que é um serviço público. O CERCONVIDH é ONG, é... né? Mas nós ainda somos o único serviço público, então, acaba se tornando uma referência, somos conhecidos em outros lugares, algumas pessoas vêm para cá exatamente para saber como funciona, nos procuram muito para

isso, então, para a Prefeitura também isso é importante, é legal, traz um reconhecimento pro Governo.
Paulo – Participar de outros espaços políticos, discussão de políticas públicas, tem o Fórum Estadual de Profissionais do Sexo, dentro do programa estadual, não estadual, que agrega as pessoas dentro das políticas públicas, com recorte de saúde e prevenção e assistência contra HIV. A gente está no Comitê Técnico da Diversidade, também, a gente tem algumas outras Comissões, Secretaria de Direitos Humanos. Então eu acho que essa rede fortalece bastante. Existem muitos olhares para esses serviços, assim, eu acredito que, politicamente, não seja... não seja politicamente correto, jurídico, legal, no sentido do popular, acabar com o serviço, desmantelar um serviço desses. Por maiores que sejam as dificuldades que a gente tenha de implementar as nossas propostas, os nossos projetos, né? Então a gente está disparando aí, em vários lugares, a discussão da homossexualidade e da diversidade sexual, propondo, né, uma atenção em relação aos direitos desta população. Eu acho que tudo isso dificulta o desmantelamento do serviço, mas não impossibilita isso, né?
Kleber – Não existe uma garantia que vá permanecer, né?
Paulo – é.
Kleber – Por favor descreva a infra-estrutura do CR, considerando os aspectos operacionais e de coordenação dos diversos serviços oferecidos à população.
Paulo – A parte pronta que a gente tem aqui para oferecer para a população. Na verdade a gente oferta à população assistência social, jurídica e psicológica... acho que a Val podia descrever melhor aí o que as meninas fazem... a gente tem aí uma assistente administrativa, que dá conta um pouco aí da burocracia, né? E da ligação do CR com a Secretaria. E aí tem a coordenação que faz o meio de campo, e... que recebe toda a carga de cobrança e que procura, na medida do possível atenuar isso, ser um anteparo aí dessas cobranças pras meninas e a gente está procurando projetos, procurando fazer parcerias...
Kleber – Aqui é uma sede própria, do CR?
Paulo – É, própria no sentido de que o CR está localizado aqui. É... o prédio é alugado pela Secretaria, o prédio não é da Prefeitura.
Valdirene – Bom, dentro dos atendimentos sociais, psicológicos e jurídicos, a gente procura, assim, quando a gente começou a trabalhar, quando o CR foi criado, a equipe foi composta, uma das coisas que a gente tentou fazer, a primeira conversa que a gente teve era de não deixar isso aqui com cara de Serviço Público, tá? De deixar as pessoas esperando, de ficar jogando uma para a outra, sem dar retorno, sem saber o que fazer. Então a gente procura fazer o seguinte, a equipe, na medida do possível está sempre aqui, somos uma equipe muito reduzida então, é... Às vezes temos atividades fora, fica aqui só a Camila, que é assistente administrativa, ou só o Paulo e aí as pessoas que vêm, têm que agendar depois com a gente, mas a gente procura não fazer isso. Uma de nós, na medida do possível, está sempre aqui e a gente acaba atendendo, é... Se alguém, nesse momento vem procurar a psicóloga, ela está no seminário de violência contra a mulher, mas se alguém vem procurá-la aqui, eu atendo, a Cris atende, a gente faz um acolhimento dessa pessoa e aí agenda para a Bárbara para depois, para que ela não tenha que voltar para casa sem nada... Né? Pelo menos o acolhimento a gente faz, pelo menos uma de nós está sempre preparada para fazer. A gente discute todos os casos, então, a gente sempre sabe qual é o caso uma da outra, porque se a pessoa liga, se a pessoa vem, a gente tem uma satisfação, a gente tem um ponto de vista para passar para ela, uma

informação, a gente sempre tem. E dentro dos atendimentos, a gente tem os mais diversos possíveis, assim, de encaminhamento hospitalar, visitas, cestas básicas, vales transporte, que são atendimentos ainda importantes, principalmente dentro do Serviço Social e as pessoas vêm, é uma forma que a gente tem, as pessoas vêm ainda buscar isso e é uma coisa que a gente trabalha bem, é... As denúncias, os acompanhamentos às delegacias, e a própria questão da aceitação da homossexualidade, a gente trabalha bastante com isso.
Cristiane - E aí dentro dos atendimentos, a gente tem uma divisão assim, que a gente já notou no primeiro relatório que nós fizemos, os gays, eles vêm procurar mais Atendimento Jurídico, que já buscam uma questão de direitos, "olha eu estou sendo discriminado, eu quero que vocês tomem uma providência, eu quero processar... eu quero isso, eu quero aquilo", eles vêm muito em busca de direitos. As travestis elas vêm em busca do Serviço Social, porque já é mais aquela coisa mais, paternalista mesmo, de "Olha, cuida um pouco de mim, porque eu estou cansada de ser mal tratada, eu não sei mais o que fazer", então a travesti, ela vem muito em busca disso. E a lésbica vem em busca do Serviço Psicológico, da questão da aceitação, "do que eu faço agora, sou lésbica e minha família não me aceita, e a minha família não vai me aceitar, agora os meus amigos vão me discriminar, não vão mais querer falar comigo". Então existe esta divisão do serviço, esse quadro até está mudando um pouquinho, mas ainda continua bem pautado assim. E aí, gays para a advogada, travestis para a assistente social e lésbicas para a psicóloga.
Kleber – Você falou em não dar uma cara de Serviço Público para o CR. Acho que vocês conseguiram até pela estrutura. Quando se chega é uma casa, não tem uma placa, nada. Fale um pouco mais sobre isso?
Cristiane – É, não tem nada, as pessoas, é... Muita gente tem a dificuldade em se assumir e vir aqui significa muito isso. Vir aqui significa meio que dar a cara para bater, então aqui não tem placa, é uma casa comum, a pessoa pode entrar e sair sem ser vista, nós temos pessoas aqui, que vêm, e cada vez que ela vem ela dá um nome, porque ela não quer, nem para ela, ela quer se identificar. Então não há o risco de, por exemplo, de alguém vê-la entrando e comentar por aí depois, sei lá, na sociedade, por fora, que "olha lá, fulano, estava lá num CR para gays, fulano é gay, fulano é viado", não sei o quê, então a gente não tem esse problema, né? As pessoas entram e saem, é uma casa comum, não tem placa, não tem nada, assim. Isso facilita bastante.
(gueto, visibilidade, visibilidade, segurança e insegurança. Prédio público = proteção no caso de alvo de ataques externos, os que atacam saberiam que estão acertando o serviço público. Vide RJ).
Kleber – Como se dá a estrutura hierárquica do CR, como a mesma foi definida e qual o suporte político e administrativo atual que a mantém?
Paulo – em termo de estrutura administrativa, acho que está o Prefeito, o Secretário da Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social. Aí tem a ... (ele escreveu esta estrutura na cópia das perguntas) nossa! Como a gente está baixinho aqui... (risos)... é essa a estrutura. Aí, como que é a pergunta?... como a gente está dentro de uma Secretaria, a gente já faz parte dos móveis e utensílios, né? Então toda a questão orçamentária entra no bolo da Secretaria.
Valdirene – que é o que garante...
Kleber – Por favor descreva as situações e fatos jurídicos, matéria do trabalho do CR.

Cristiane – Bom é, assim, o que a gente tem... Não no DDH, que é o serviço que acolhe as denúncias, é... A gente tem assim uma divisão um pouco marcada das situações de discriminação. A gente tem família muito presente, a discriminação da família assim presente de várias maneiras, desde ofensas até cárcere privado, expulsa de casa, agressões, os mais diversos tipos aí de discriminação. Temos muito, vem aí, bastante alto o índice de discriminação na escola, no ambiente escolar, tanto dos colegas, como dos professores, como do inverso, de alunos para os professores homossexuais, também a gente tem bastante nesse sentido. Muita é... Denúncia referente à agressão policial, violência policial geral, tanto física, quanto moral, isso tem bastante. É... Discriminação no ambiente de trabalho, bastante também, um número considerável. E, assim, discriminação de vizinhos, desconhecidos, em geral, de prédio, apartamentos, vizinhos de rua, assim em geral, eu acho que é o que de mais freqüente acontece no CR, né, essas denúncias nesse sentido. Assim, os encaminhamentos, eles têm sido os mais diversos. A gente procura fugir um pouco da... De... De ir para o enfrentamento judicial, que a gente entende como pouco eficaz no combate à homofobia, a gente tenta uma interferência, uma intervenção, sei lá, ou na família, ou no ambiente escolar, a gente tenta intervenções dentro da própria polícia, a gente vem tentando aí capacitações...
Kleber – Só de prevenção ou também de orientação?
Cristiane – é, de orientação tal... Então esse tem sido o nosso procedimento nesta área, né? É mais de intervenção, no sentido de alterar a realidade, do que uma disputa judicial ou administrativa, né, que... Que acaba se tornando ineficaz, ou seja, para reverter o quadro de homofobia, ela só vai punir... E não vai, você não reverte este quadro simplesmente com a punição, quando ela acontece, né? Porque ela esbarra também na ineficiência do Judiciário, e os outros órgãos competentes para punir, né? Os agentes. Porque o CR não tem como função a punição, não cabe ao CR aplicar uma punição, mas sim encaminhar os casos. Isso tem sido nosso trabalho nessa área.
Kleber – Como vocês avaliam essas modalidades e os níveis de violência nesses casos jurídicos?
Cristiane – esses casos que eu te citei... Ela vai da mais simples à mais grave. As ocorrências mais freqüentes são ocorrências mais amenas, digamos assim – se é que possamos dizer que algum tipo de violência seja ameno -, né são mais brandas, mas você tem, você chega aos extremos. A gente já chegou a cárceres privados, né? de pai que não deixa a filha sair de casa, pega, leva e deixa na escola. Pega, na porta da escola, tranca dentro de casa, não deixa atender ao telefone. Esses tipos de coisas assim, agressões físicas e tal... Já chegamos nessas coisas, violência policial também, nesse sentido. O índice maior de denúncias é na família. Os últimos dados que eu andei vendo, o índice maior de violência, está na família, mesmo..., Bem, grudado está a escola e a violência policial, que está bem grande também. Tudo variando também em níveis diferentes, do mais simples... como do mais leve ao mais grave... Casos de agressão física ou de insulto, elas variam bastante, assim, o grau, não tem um... Uma cara específica: "é assim que acontece em casa, é assim que acontece na escola", todas passam por diversos graus de violência e em diferentes níveis.
Kleber – Embora até já tenhamos falado um pouco sobre isso, mas quais os tipos de serviços prestados pelo CR, tanto para a população GLTTB quanto à população em geral?
Cristiane – na população em geral tem as intervenções. Até aqui mesmo.

Paulo – mas o foco é sempre as questões de direito e de cidadania, e dessa população (GLBTT). Por exemplo, a gente sabe que tem uma denúncia de uma descriminação ou violência ocorrida numa escola, a gente procura entrar em contato com a escola e a gente procura fazer um trabalho dentro da escola, assim, de esclarecimento, para a população ali da escola. E a gente acaba atingindo toda a população ali, tanto dos funcionários quanto dos alunos...
Kleber – Ou seja, os trabalhos são voltados para a população específica?
Paulo – o foco é!
Cristiane – o recorte que a gente dá, nas nossas orientações, é de orientação sexual e da identidade de gênero. É isso que a gente pontua, mas a população em geral é atingida nessas intervenções fora do CR, mas aqui, também, a gente tem um atendimento de...
Paulo – de diminuir estigmas, de diminuir a violência, de diminuir a discriminação, a gente tem que falar com quem violenta, com quem discrimina, com quem ofende, né?
Kleber – E quais são as frentes que vocês disponibilizam para esse público?
Cristiane – a gente faz de tudo!
Paulo – depende. Dependendo do público, do local, a gente faz uma oficina, tem palestras. A gente pode fazer ou uma oficina, ou um debate, ou uma palestra ou uma capacitação...
Cristiane – a gente pode fazer um curso, a gente varia de acordo com o tempo e o público que a gente vai atingir e a quantidade de pessoas...
Paulo – dependendo do evento, a gente vai discutir o que é mais legal, o que a gente acha que vai atingir melhor. Dependendo do tempo que a gente tem ali, de atuação...
Kleber – pelo que entendi, de serviços fixos, seria então o DDH e... E a carteirinha?
Cristiane – previstos, assim, do Estado, é o atendimento aqui de assistência jurídica, social, psicológica e o serviço DDH. São esses quatro serviços que estão aqui, que são mantidos aqui diariamente, no atendimento. Aí fora, isso a gente trabalha com essas intervenções em diversos locais. Tem as proposições de políticas públicas, né? Então, a gente está inserido em diversos grupos de discussão, e alguma coisa nesse sentido, que tenha, tanto em nível Municipal, Federal, também, e Estadual. A gente está em diversos fóruns, na proposição de políticas, então são essas as nossas frentes de atuação, são essas... Basicamente.
Kleber – e dentro desses serviços prestados, quais vocês consideram serviços preventivos?
Cristiane – são os de intervenções, eu acho. Os preventivos são as capacitações, a proposição de políticas, esse é o trabalho preventivo. O trabalho que a gente faz aqui já é...
Paulo – quando há uma denúncia aqui, o fato já ocorreu, né? Embora a gente procure fazer um trabalho mais geral ali, com escola, ou coisa do gênero... Já aconteceu...
Kleber – Pelo o que eu entendi, o que gera algumas ações é a denúncia, é isso?
Paulo – Sim, algumas sim, outras a gente propõe. A gente também trabalha com proposição de atuação, depende, é muito dinâmico. A gente não tem isso quantificado. A gente vai participar de atividades junto à Coordenadoria de Mulheres, à Coordenadoria da Juventude, à Coordenadoria do Negro, é... A Educação fez um evento, chamou a gente e a gente foi para lá. Tem um monte de outros grupos aí que promovem atividades e que nos convidam, assim, para os eventos... E aí a gente vai... E aí a gente sabe se está acontecendo alguma coisa. E qualquer espaço onde a gente acha que deveria estar metendo o "bedelho" a gente se enfia, ou conversa, manda uma carta

ou e-mail, procura estar lá junto para ver isso. Porque, assim, a gente trabalha... O homossexual, aí, está em todos os cantos, né? Você tem negro, jovem, mulher, então...
Cristiane – em todo o mundo, né? Você tem o servidor, você tem por todos os lados...
Paulo – uma coisa que a gente queria fazer e não fez, é a indústria, né? A iniciativa privada a gente não...
Cristiane – Mas também é pouca gente aqui no CR. Por mais que a gente tenha a necessidade e precise, a gente não dá conta de fazer. O necessário seria criar esse quadro e a gente poder, né? Conseguir, nem que seja com estagiários, a gente poder suprir o atendimento aqui e a gente conseguir sair mais, poder sair mais para os lugares, seria o ideal. Porque aí a gente amplia as ações, não tenha dúvida!
Kleber – Agora, falando um pouco do processo de atendimento daqui do CR. Como é o processo de formalização? A pessoa chega, tem que preencher, alguma coisa, tem que se filiar de alguma forma, o DDH, também, se existe algum tipo de identificação?
Cristiane – Tem, é, assim, a gente tenta deixar o menos formal possível, esse atendimento. A gente procura deixar a pessoa o mais livre possível para ela falar aquilo que interessa. Então a gente tem um formulário simples – depois a gente até pode disponibilizar – é uma coisa muito simples, contém pequenas informações básicas: nome, telefone, endereço, orientação sexual, assim, coisas mínimas mesmo. A gente vai perguntando e a pessoa vai falando e a gente vai preenchendo e deixa, ela, contar a história dela. Sabe, a gente não tem um roteiro assim: "Pergunte isso, pergunte aquilo", a gente não tem um roteiro, um fluxograma, com o objetivo de deixar bem à vontade, para ela falar, contar a história, depois a gente vai retomando, se for o caso, para ir anotando, tomando anotação, né? E a gente tem mais ou menos esse sistema. O DDH, também, é um pequeno formulário muito simples, aliás, a gente agora unificou os formulários que eram diferentes, mas a gente agora deixou um formulário só. E a pessoa se identifica se quiser, mas dependendo do tipo da denúncia, se não tiver uma identificação, só serve para uma notificação, né? Aí você não tem como dar prosseguimento, porque é uma ação pessoal e tem que estar o interessado, a vítima não é uma coletividade bem visualizada. Mas ela se identifica se ela quiser, se não quiser, a gente esclarece que a denúncia serve só para uma notificação, para contabilizar... É... Se for possível a gente encaminha uma correspondência para o local denunciado, com uma coisa, assim, sem a identificação da pessoa. Mas para um processo efetivo é necessária a identificação, mas a denúncia inicial não precisa não.
Kleber – Embora você já tenha falado um pouco sobre isso, como se dá esses encaminhamentos?
Cristiane – Bom, chegando a denúncia, você precisa ver qual a natureza dessa denúncia. Por exemplo, se é uma denúncia de uma discriminação em um estabelecimento comercial, por exemplo, aqui em Campinas a gente tem uma lei antidiscriminatória que pune, administrativamente por um processo interno que corre na Prefeitura Municipal, que pune administrativamente o estabelecimento que discrimina homossexuais, negros, mulheres, idosos, carcerados e aí uma lista gigantesca de pessoas, tal como condição econômica, religiosa, etc. É uma lista bem grande de contemplados por esta lei. Aí quando a pessoa faz a denúncia, então a gente convida, ela, a comparecer aqui no CR, a gente conversa e ela vai contar o caso com detalhes, traz testemunhas e tudo... Se tiver... Nesse caso é necessário ter testemunha. A gente até encaminha a denúncia, mas a gente sabe que não vai acontecer nada (sem testemunhas), é necessário testemunhas. Então a gente ouve todo mundo, elabora um relatório e isso é encaminhado, aqui em Campinas,

de acordo com a lei municipal, é encaminhado para um setor que chama: Coordenadoria Setorial de Proteção Especial, que é o órgão que processa administrativamente esses estabelecimentos que discriminam as pessoas. Esse processo é encaminhado para lá e corre por lá, a gente pode fazer intermediação, vamos lá, a gente verifica o andamento do processo e esse tipo de coisa, mas é uma relação mais direta, a gente faz só um "meio de campo", eu não sou advogada do processo. Se houver a necessidade de constituir advogado, a gente encaminha a pessoa para que ela tenha assistência. Se a pessoa for pobre, né? Ganha até três salários mínimos mensais, a lei dá o direito a ela de ter assistência gratuita, então a gente encaminha para os órgãos de assistência gratuita. O Estado de São Paulo não tem defensoria gratuita, mas tem Procuradoria de Assistência Judiciária. Então a gente encaminha ou para a Procuradoria de Assistência ou para a OAB, que também faz assistência gratuita. Quando a pessoa ganha mais de três salários mínimos, então a gente vê se a pessoa tem um advogado de sua confiança para fazer a ação ou então a gente encaminha para alguém que tenha parceria aqui com a gente e tal... Esse tipo de coisa assim.

Kleber – Como vocês avaliam os cursos ou capacitações que são promovidos para os guarda municipais d'aqui de Campinas?

Cristiane – Olha, esse... Né... Como a gente já falou, o curso que a gente deu aqui, no nosso ponto de vista ele não atingiu o objetivo que ele tinha né? Porque nós temos um contingente de quase seiscentos e quarenta guardas municipais e trinta e dois, só, compareceram. Foram abertas, se não me engano, oito turmas. Tinha capacidade para cada uma de umas vinte pessoas e... ao todo, nas oito turmas teve trinta e dois, ou trinta e seis, acho que foram trinta dois. Então, quer dizer, a gente não teve, a gente não alcançou, né? A gente entende que é importante, quer dizer, tem que, devido à nossa demanda, é uma necessidade, tem que haver uma capacitação para sensibilização desses guardas para o atendimento dessa população, que tem algumas especificidades, que é necessário que haja um certo "jogo de cintura" na hora de lidar com essa população, mas, quer dizer, a gente esbarrou, acho, na falta de interesse do setor de segurança em geral, não especificamente da Guarda Municipal de Campinas, mas eu acredito que os setores de segurança em geral, tanto Polícia Militar quanto Polícia Civil, eles são meio... São bastante... É... Eles não querem, né? Têm resistências, têm muita resistência a discutir o assunto, a discutir a questão da homossexualidade, da diversidade em si.

Paulo – Na verdade o que eles têm é uma dificuldade, assim, de interferência na maneira deles trabalharem, né?

Cristiane – Sim, é, o que mais apareceu lá na capacitação foi a questão da abordagem, é... O questionamento deles é: "Mas vocês vão me ensinar a trabalhar?" Entendeu? "Você vai me ensinar, agora, como é que eu chego no... no bandido?". É uma coisa assim, né?

Paulo – Pois é, quando o recorte é esse, né? Homossexual, homossexualidade, então...

Cristiane – O grande medo é esse, né? Eles têm medo de perder a autoridade. Isso apareceu muito: "Ah, eu vou chegar todo delicadinho, neguinho vai fazer graça comigo, eu vou perder a autoridade. Eu nunca vou conseguir controlar a situação se eu chegar todo delicado, entendeu?". Quando não é "chegar delicado", você pode chegar forte, você pode chegar firme, sem chegar xingando: "Ô Traveco, filho da puta", mas você pode falar: "Ô meu, levanta daí". Você tem maneiras e maneiras de fazer uma abordagem, ser duro e não ser desrespeitoso. Então, quer dizer, é isso que a gente tenta colocar. E a resistência se dá muito em cima disso mesmo. Isso apareceu muito nesse

curso, é o medo de perder a autoridade como agente de segurança, o agente da ordem. É o medo disso, ao chegar de uma maneira menos grosseira ao falar com a população.
Paulo – E tem também o outro lado, né? A gente fez aí umas discussões, não especificamente com a Guarda Municipal, mas com a Polícia Militar e a Polícia Civil, assim: quem é esse "agente da ordem", né? Assim, com essa crise toda pela qual passa o país, assim, acho que foi no Fantástico, que apareceu um estudo que o cara que presta concurso para entrar na polícia, ele está há dois anos desempregado, em média, e tem uma baixa escolaridade. Então o cara está desempregado, "fudido", ele vai fazer o concurso dele. Passou, entrou e vestiu uma farda, porque ele reverteu todo o quadro, ele é autoridade agora. Tem isso aí, também. Eu acho que é um auto empoderamento.
Cristiane – E eu não sei se tão "auto", não, pensando bem, olhando bem para a situação, não é tão auto empoderamento, porque a partir do momento em que você veste uma farda nessa pessoa, você dá a ela a autoridade de vida e de morte, porque ele está com uma arma, então, ele tem autoridade de vida e de morte sobre o ser humano, né? O Estado dá a ele esse poder, então não é nem tanto um "auto-empoderamento", é um empoderamento dado pelo Estado, supervalorizado pelo sujeito, o sujeito supervaloriza este empoderamento que lhe é dado. A violência policial, ela é uma situação "muito doida", ela é uma coisa "muito louca" de se olhar, porque ela não se dirige a uma população específica, não é aos gays, aos travestis, às lésbicas especificamente, ela é dirigida a toda e qualquer pessoa, que não esteja de terno e que não seja branco, andando na rua, durante o dia; de madrugada também já é suspeito, então, a maneira como a polícia aborda a população já é truculenta, sem exceção, sem exceção.
Paulo – Mas no caso dos homossexuais, você tem um agravante...
Cristiane – Não, você tem um agravante, mas não é.. Outro dia eu fui abordada pela polícia de uma maneira HORROROSA! Pelo simples fato de estar sentada no Teatro de Arena, que ali a galera senta para "fumar um...", fica aquele monte de molecada e eu estava ali, batendo um papo com uma amiga que eu tinha encontrado, passando por ali: "Vamos sentar aqui que a gente conversa e tal..." E a polícia chegou arrebentando... Foi preciso eu pegar a carteira, mostrar a carteira de advogado. Aí o assunto muda, aí é: "Desculpa doutora, é que este lugar é muito mal freqüentado". Aí faz o papel de orientação: "A senhora não pode ficar sentada aqui, não sei se a senhora não é daqui, talvez não conhece o lugar". E isso acontece com todo mundo, isso não é exclusivo da gente, é uma maneira truculenta mesmo. Com os homossexuais tem o agravante e se for com os travestis, então, nem se fala, com os nordestinos tem uma abordagem que é, principalmente em São Paulo, no estado de São Paulo, os nordestinos e moradores de rua, é uma truculência tanto quanto é com os travestis, entendeu. É difícil a situação. É que você não tem muita notificação, são coisas que acabam ficando ali na periferia mesmo, do submundo mesmo e que não vem, a gente não tem esses dados. Mas a Polícia ela é assim com todo mundo.
Kleber – Falando um pouco da comunicação do CR, com a população-álvo. Como vocês avaliam as estratégias de comunicação como público que vocês pretendem alcançar?
Paulo – "Se tem, né?"! Na abertura do CR, a gente tinha uma filipeta, que a gente fez, e fez um cartaz. Os cartazes a gente colocou nos ônibus e mando para um monte de lugares. Tudo que era órgão público, enfim, tinha lá o cartaz. E a filipeta foi distribuída, assim, na rua e acabou, acabou! A gente não refez mais isso. Esse ano, com a mudança de Secretaria, a gente propôs estar refazendo esse material, agora sim, a gente já tem,

com esses dois, dois anos e meio de existência do serviço desde o início, queremos fazer um *folder* com toda a lista de ofertas da gama de atividades que a gente tem, mas a gente... Na verdade são dois problemas: primeiro que a gente está pra mudar daqui. O contrato daqui venceu em julho... Junho, e a gente não conseguiu a mudança, porque a gente não encontrou outro imóvel e daí terminou o contrato. E, por outra, a situação financeira da Secretaria, que para você fazer um material qualquer, demanda tempo, demanda... Então a gente tem... A gente pensou em esperar mudar para fazer o material e aí a gente não muda e não faz o material de divulgação. Então é uma "saia justa" esse serviço. Então é isso, e a gente tem o *site*, mas está meio escondido, de difícil acesso para as pessoas (por conta do *link* com o *site* da Secretaria).
Kleber – Como vocês avaliam as estratégias de comunicação com a população em geral?
Paulo – Assim, com relação ao público específico a gente tem uma interlocução aí com o Movimento, então a gente já foi em algumas reuniões com alguns grupos, assim, aqui na cidade tem o Fórum GLTTB que congrega todos os grupos e a gente já foi em algumas reuniões, a gente foi chamado para lá algumas vezes para "prestar contas", né? Então, com a população em geral, a gente não, não tem uma estratégia não. De vez em quando, dependendo da atividade que a gente faz, repercute na imprensa, a imprensa vem aqui, faz uma matéria ou outra. A "carteirinha" no ano passado teve repercussão boa, aí a gente sai na imprensa e o telefone toca, é um monte de gente falando um monte de "abobrinhas". Mas a gente não tem... não tem assim, uma... A gente está tentando criar nesse momento uma estratégia junto ao Departamento de Comunicação da Prefeitura. A gente está reformulando o *site*, a gente está criando aí um jornal eletrônico, já que a gente não consegue viabilizar outros mecanismos, pelo menos eletronicamente a gente consegue divulgar as nossas atividades aqui... E é aquela coisa, você clica e manda para um monte de lugares, embora, assim, a grande maioria da nossa população, não tenha acesso à informatização de uma maneira geral, mas é uma maneira de estar divulgando o serviço. Aí dentro desse projeto que a gente fez para a Secretaria de Direitos Humanos, a gente propôs a fazer um jornalzinho, bimestral, caso seja aprovado, daí a gente entende que talvez seja um caminho para estar disseminando essas divulgações, porque aí é uma coisa impressa que você vai aos lugares e deixa, distribui e as pessoas vão ter um acesso maior, né? Ou seja, não temos estratégia ao nível de planejamento mesmo, assim, dinheiro reservado para isso...
Kleber – Qual a secção que melhor responde aos serviços do CR?
Cristiane – não sei avaliar isso...
Paulo – são várias estratégias...
Cristiane – cada população, ou seja, cada letrinha, se concentra mais num atendimento. Então, por exemplo, você vai falar de travestis, os atendimentos estão concentrados mais na área de assistência social. O de lésbica, agora mais de psicológico, mas agora nem tanto, quer dizer, os gays estão mais próximos. E comigo, na área jurídica, você tem uma concentração maior de gays.
Paulo – porque depende muito da demanda pessoal, do problema, da situação que a pessoa está envolvida naquele momento. Claro... Nada impede que gay precisa de apoio psicológico...
Cristiane – e financeiro... Porque há uma concentração, assim... Para mim é mais... O jurídico, cinqüenta por cento, mais de cinqüenta por cento são gays que vieram, de todos os atendimentos que eu fiz. Eu acho que quarenta e poucos por cento são gays

normais e mais setenta por cento de travestis. A Bárbara (Psicóloga) tinha um atendimento de quarenta... E pouco, quase cinqüenta por cento de lésbicas, deu uma diminuída e gay, parou, os dois está dando em torno de trinta por cento.
Bárbara – para a Psicologia, aumentou a demanda de gay, bissexual que aumentou muito e não tinha antes...
Kleber – Vocês falaram por seguimento (Psicológico, Serviço Social...), mas qual o seguimento que mais se destaca?
Ruídos vocais – "lésbicas... não sei... talvez...".
Bárbara – TALVEZ... Dá para chutar os gays, porque eles são mais militantes, são mais... Não é nem que são mais militantes, mas é que eles são mais... Escancarados, são mais evidentes. São também mais despreocupados, indicam mais, freqüentam, cobram mais coisas, então, dá para chutar... Eu acho. Mas não tem um seguimento que seja claramente mais destacado. Bom... Mas com certeza os travestir e os gays são os que mais aparecem por aqui. As lésbicas deram uma diminuída, transexuais vieram poucas até hoje, os bissexuais estão aumentando, estão aparecendo mais...
Kleber – A Cristiane falou das dificuldades em alcançar algumas metas. Mas e com relação ao atendimento, vocês não têm uma meta a ser alcançada? E como vocês avaliam isso?
Paulo – não, mas não tem uma meta, assim... "Você atendeu quantos?"
Kleber – Mesmo sem metas, como vocês avaliam os atendimentos em si. Vocês gostariam que esse número fosse maior ou diferente?
Paulo – O CR tem uma capacidade ociosa sim, que daria para atender mais gente...
Bárbara – Tem uma dificuldade de divulgação, até por isso esse número não aumentou tanto quanto a gente gostaria, mas eu acho que a gente pode...
Paulo – Mas tem aumentado... Tem aumentado! Mas o fluxo de pessoas aqui dentro é muito interessante. Quer ver, você pega aí os relatórios, você vai ver que está aumentando. Eu acho que o que acontece é muito de "boca-a-boca", de alguma maneira vem um problema para solucionar, passa para outras pessoas...
Kleber – Ainda em relação à comunicação, como vocês avaliam a comunicação do CR de Campinas com os outros CR do Brasil?
Cristiane – Assim, formal, a gente não tem comunicação com os outros CR...
Kleber – Com os CR ou com algum programa...
Cristiane – Sim. Sim... não, formalmente a gente não tem nenhuma comunicação direta com os outros. Assim, próximo, comunicação pessoal eu tenho muita com o pessoal do Rio de Janeiro, algumas relações pessoais, então a gente troca, acaba trocando sempre coisas, mas não é uma comunicação formal, uma troca de dados formal, nada disso. Troca de "figurinhas", a gente troca figurinhas, assim, e tal... E vem consulta, de outros lugares. O povo de São Paulo esteve aqui o ano passado, então este tipo de comunicação há. As pessoas vêm para cá para conhecer o trabalho, para conhecer o CR, para levar para os seus Estados. Esse tipo de comunicação há. Não é uma coisa formal, assim, direta que a gente faça formalmente, mas a gente acaba articulando, conversa com outros serviços ou... Coisas semelhantes!
Bárbara - Às vezes a gente acaba se convidando para alguma reunião, a gente acaba se infiltrando aí, em outros órgãos e outras comissões, onde a gente possa estar discutindo as questões GLBTT, e participa. E aí a gente mantém a presença e algum trabalho, a gente pensa junto e a gente vai se metendo aí, onde deve, para estar fazendo algum trabalho, parceria...

Kleber – Mas formalmente, não tem nada definido... E como vocês avaliam o nível de conhecimento do público que vocês atendem, sobre a existência dos serviços prestados pelo CR. Como é que vocês avaliam isso?
Paulo – Quando a pessoa chega aqui, ela tem uma demanda específica. Ele não tem o conhecimento específico da gama de oferta de serviços que a gente tem aqui. E tem uma dificuldade nossa de divulgar isso, né? Fazendo um "*mea culpa"*, eu acho que é assim, a gente não consegue divulgar isso. Acho que tem uma gama de ofertas de atividades, assim, muito grande, mas a gente não consegue passar isso adiante. Poucas pessoas têm conhecimento pela *internet* de todas estas possibilidades que passam por aqui...
Kleber – Embora a gente até já tenha falado um pouco sobre a *internet*, como que vocês avaliam o alcance do público-alvo ou não, que vocês atendem aqui, com relação ao alcance da *internet*?
Cristiane – Como a gente já tinha falado, a gente percebe que um questionamento que a gente não faz, não é nenhum dado estatístico que a gente tenha, pela percepção da população, pelo perfil da população que a gente atende, não é um povo que tenha um acesso fácil e constante à *internet*. É uma população mais carente, periférica, então, de perfil, não é uma população que tenha acesso constante à *Internet*, né? Então, é por causa do nível financeiro, etc. a gente não tem... A gente percebe que a maioria não tem, tem assim, a gente percebe que tem um povo que tem acesso sim, que tem acesso direto, o pessoal do Movimento bem ou mal tem um acesso mais facilitado para a *Internet*, este tipo de coisa, a gente tem... Mas não é o perfil geral, a maioria, não sei te dizer em números, mas a maioria não tem este acesso não...
Kleber – Da para definir que divulgar ou ter acesso a *Internet* é uma estratégia pouco viável, né? De acesso à informação...
Ruídos vocais – (.....)
Cristiane - Atinge uma pequena parcela, atinge, mas, vai atingir um público que pode ser que não conheça o CR, um público mais esclarecido, que tenha acesso à Internet, mas que não é o público que vem por aqui, com certeza...
Paulo – Talvez venha, corra até aqui em busca do conhecimento dos seus direitos. Aí você já tem outras estratégias de vida, para lidar... Pessoas que têm recursos outros para lidar com os problemas, além de buscar o CR.
Kleber – Pegando esse gancho, como vocês definem o público-alvo, na prática, que vocês querem atingir?
Cristiane – Não tem o público definido... o público é GLBTT, venha de onde venha. Venha da periferia, venha de grupos militantes, venha de um...
Kleber – Independente de classe econômica...
Cristiane – Eu ampliaria até para a população toda, assim, porque o CR, ele não tem... O nosso recorte é identidade sexual, orientação sexual, o que seja, mas eu acho que o nosso público é a população, porque os serviços específicos têm uma população mais específica, que é a GLBTT, mas o trabalho em si, do CR, o conjunto do trabalho, o público é a população em geral, independente de classe. E a gente não tem um público definido, também, entendeu, assim. Tem uma maioria, que é de um baixo poder aquisitivo, sim, porque essa é a realidade do serviço público, mas o público freqüentador, os nossos usuários, passa por todas as classes sociais, por todos os níveis de escolaridade, todas as orientações diferentes...
Bárbara – Por exemplo, quando a gente dá uma palestra em algum lugar, por exemplo, até acho que dá para falar que a maioria é heterossexual, e a intenção, talvez seja essa

mesma, de minimizar o preconceito, de minimizar a discriminação, então, assim, de atendimento pessoal, o público GLBTT é o mais contemplado, mas no geral, eu acho que é todo mundo...
Valdirene – Mas têm ações específicas para cada população, por exemplo, quando a gente trabalha com geração de renda, geração de emprego e renda, o foco é as travestis, não para tirá-las da prostituição, a idéia não é essa, mas a idéia é dar uma alternativa de renda para elas, uma alternativa de complementação de renda, mas é uma decisão dela também. Se ela decidir que vai... Porque não somos nós quem vai decidir se ela pode ou não pode se prostituir. Mas nós vamos estar oferecendo algo a mais. Então, os nossos projetos de geração de renda, a gente trabalha com um... Bijuteria, cabelo e maquiagem. Então a gente trabalha com curso de bijuteria, cabelo e maquiagem, elas vinham para cá, fizeram bijuterias, venderam, aquela coisa e tal... E agora tem uma proposta de uma cooperativa de corte e costura, enroscada na burocracia, mas um dia sai também, mas um pouco fechado para elas, mas a gente não está dizendo que só possa participar travestis, mas pelo menos, a gente gostaria que a maioria fosse, né? O... Redução de danos, também é mais voltado para as travestis, porque elas botam silicone no corpo, e coisa e tal... Então tem algumas coisas que são pontuais para uma das letrinhas...
Kleber – E a questão da "carteirinha" para travestis? Vocês podem falar um pouco mais sobre ela, para que foi criada, a quem se destina?
Cristiane – A carteirinha foi, como a gente já tinha falado antes, criada, a gente trouxe do Rio, a gente fez um estágio por lá e tal... E eles estavam com a idéia de implementar essa carteirinha, acabou não acontecendo lá no Rio, é... O governo barrou, não liberou a confecção, não sei se eles fizeram informalmente, é... Daí a gente trouxe... É... Tem alguns princípios, o primeiro é vincular a travesti, que é uma população que a gente tinha dificuldade de acesso, dificuldade de trazer para o CR, de conseguir acessar, então isso foi também uma desculpa para a gente conseguir o acesso para conseguir entrar um pouco nesse universo, para trazê-las um pouco aqui para dentro, então, o primeiro objetivo dela é esse. Segundo é a questão da auto-estima. Você fazer com que esta pessoa se reconheça enquanto sujeito, enquanto cidadã e a partir da identidade, que eu acho fundamental na constituição do sujeito, a identidade é primordial. Então eu acho que é também o reconhecimento público do Estado, estatal e que simbolicamente o Município respeita esta identidade que ela escolheu. Então tinham esses objetivos primeiro e aí você vincula, a partir da carteirinha a gente desenvolveu uma série de projetos, foi aí que a gente conseguiu, daí para frente, implementar, criar um curso de bijuterias, por exemplo, a cooperativa foi vindo de um vínculo inicial com a carteirinha, que a gente conseguiu trabalhar melhor essas questões. E a carteirinha, assim, ela criou polêmica quando foi criada, teve muita briga por causa disso, é... Os comentários, os mais diversos, desde carteirinha para "bandido", até "brinquedinho de travesti", a gente teve críticas de todos os lados, por parte do próprio Governo, do Movimento. Mas a gente tinha feito uma pesquisa com o nosso público-alvo, que eram as travestis, que era uma idéia que elas tinham gostado, elas aprovaram e a gente tocou para frente assim mesmo. Porque se o nosso público quer, é isso que a gente tem que fazer.
Bárbara – É... Uma das reclamações das travestis é que elas usam o RG masculino, então quando elas saem à noite, elas não andam com documento, elas normalmente não andam e aí é uma falta de respeito muito grande com relação às pessoas que abordam elas, independentes de quem seja, sejam clientes, seja um policial, seja o serviço de saúde, de chamá-las pelo nome masculino e isso incomoda muito, né? Elas falam assim,

que elas já chamam a atenção por si só, né? E aí, por exemplo, quando vão a um atendimento médico, que quase nunca vão, mas quando têm que ir, quando chegam a ir ao serviço de saúde, chamam lá: "João da Silva" e aí levanta aquela "mulherona" né? E então, assim, pelo menos que chamem pelo nome que elas escolheram. A gente às vezes adota apelidos e todo mundo nos conhece pelo nosso apelido, porque não chamá-las pelo nome que elas escolheram? O RG da carteirinha é o masculino, continua sendo, a gente nem poderia estar mudando, é falsidade ideológica, então nem pode estar mudando. Então, se precisar consultar o RG, por exemplo, o policial abordou, está fazendo alguma coisa, quer consultar o RG, consulta, o RG masculino dela. E nem elas se conhecem pelo nome masculino. Se eu chegar lá no meio e dizer: "Vocês viram o João? Que João?". Mas se eu falar a Sheila, a Maria, a Ana, a Shaiane, sei lá, elas conhecem. Então foi um pouco mesmo para o respeito à identidade que elas escolheram.
Kleber – Finalizando, existe uma preocupação com quem cuida, então, quem cuida do cuidador?
Bárbara – A gente cuida um do outro e agora, com essa mudança de Secretaria, a gente está mais cuidado. A gente tem um respaldo maior, até pela própria Secretaria onde a gente está. Acho que a gente está mais amparada agora.
Kleber – Só para registro, qual é a Secretaria mesmo?
Bárbara – A gente fazia parte da Secretaria de Assuntos Jurídicos e da Cidadania. Agora a gente está na Secretaria de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social, que a gente resume como Secretaria de Assistência. Então a gente está mais peixe dentro d'água agora, a gente estava fora d'água antes.
Cristiane – Até foi criado por conta daquilo que você falou, pelo disque defesa (DDH), da Secretaria do Jurídico e tal... Agora a gente está tendo um respaldo maior, né? Alguma coisa que a gente precisa, pedir socorro, a gente pede socorro, então a gente tem um retorno maior.
Cristiane – Tem, mas eles não se esforçam pelo menos. Como a gente havia dito, no fluxograma, a gente foi parar lá em baixo, a gente era ligada direto ao gabinete, mas isso, hierarquicamente até dava um *status* maior, mas na hora, no dia-a-dia, complicava, o Secretário não tinha como largar a Secretaria de Assuntos Jurídicos, mas movimentava a Prefeitura, porque sem ela a Prefeitura não anda, para vir tentar resolver um assunto aqui, ver se precisa de papel crepom... É complicada essa negociação. A gente acabava ficando meio órfã. O Secretário: "Eu sei que eu deixo vocês meio órfãos, assim, mas é assim mesmo, não tem como lidar com isso". Mas agora a gente entrou numa Secretaria que a gente consegue, nesse sentido, precisou socorro, nem que seja uma "carinha" institucional aqui dentro, para nos dar um suporte para alguma coisa, a gente consegue.
Bárbara – O dinheiro continua o mesmo, continua não tendo...

FIM DA ENTREVISTA